



Prefeitura de Jacareí

Secretaria de Governo e Planejamento

CADERNO LEITURA CRÍTICA

SÍNTESE DIAGNÓSTICA - LEITURA TÉCNICA E COMUNITÁRIA

2022

ASSESSORIA TÉCNICA UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA

Fabiana Felix do Amaral e Silva
Lidiane Maria Maciel
Maria Angélica Toniolo
Pedro Ribeiro Moreira Neto

1. APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO

O objetivo central deste documento é apresentar a leitura crítica da cidade. Nele estão contidas considerações e confrontações de dados disponíveis no **Caderno de Leitura Técnica** e **Caderno de Leitura Comunitária** (incluído a Consulta Pública realizada *online*). O primeiro sistematiza os dados secundários produzidos por diferentes institutos de pesquisa e pela gestão municipal entre os anos 2003-2020, já o Caderno de Leitura Comunitária apresenta as transcrições dos conteúdos coletados durante as Oficinas de Leituras comunitárias ocorridas entre os dias 15 de março e 2 de abril de 2022 e Consulta Pública *online* realizada no mesmo período. Os dados coletados por meio dos formulários *online* foram organizados de maneira a sobrepor às Oficinas de Leitura Comunitária. Esclarece-se que no formulário *online* os municípios indicaram seus bairros e este dado foi utilizado nos cruzamentos das informações.

Nas oficinas de leitura comunitária estiveram presentes 788 pessoas (O que representa 33 participações a cada grupo de 10 mil habitantes), e no questionário *online* obteve-se 249 respostas dos municípios.

Na organização dos dados do **Caderno de Leitura Técnica** organizou-se por Eixos que agora serão retomados para a exposição dos **dados da Leitura Comunitária e Consulta Pública *online***.

O Eixo 1 se intitula: **DINÂMICA POPULACIONAL, TERRITORIAL, SOCIOECONÔMICA E HISTÓRICO-CULTURAL**, nesta linha visualiza-se uma relação direta entre a dinâmica urbana e socioeconômicas do município que impactam a crescimento e dispersão populacional pelo território.

O Eixo 2 se intitula: **INFRAESTRUTURA - SERVIÇOS URBANO/RURAIS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS**, ele apresenta a mobilidade e acessibilidade vista a partir da estrutura viária, como orientadora e fundamental na dispersão dos bens de consumo coletivos (Água, esgoto, eletricidade, limpeza pública), bem como

relacionada diretamente aos usos dos equipamentos comunitários divididos em diferentes categorias (Educação, Saúde, Esporte Lazer, Cultura, Educação e Assistência Social).

O Eixo 3 se intitula: **MEIO FÍSICO E AMBIENTE**, ele expõe a necessidade de compreender e mapear os aspectos biofísicos (relevo, hidrologia e cobertura vegetal) como condicionantes ambientais que constituem o ambiente urbano e rural, assim como, balizadores para a manutenção das funções ecossistêmicas imprescindíveis para o equilíbrio ambiental. O objetivo é promover a leitura territorial do uso e ocupação do solo das áreas urbanas e rurais e identificar, nas relações sociedade-meio ambiente, as oportunidades para a conservação (áreas protegidas e recursos hídricos), recuperação (arborização e restauração florestal) e mitigação (risco ambiental e mudanças climáticas). Os planos devem constar na leitura como elemento marco das políticas que normatizam o uso e ocupação de caráter ambiental.

Vale salientar que as dimensões e os conteúdos que compõem os eixos, assim sistematizados por nós, estão em permanente relação na vida urbana, social e cultural do município.

2. METODOLOGIA

A sistematização das informações - da **Leitura Comunitária e Consulta Pública online** - foi realizada por meio da técnica de análise descritiva e de conteúdo, a última constitui uma metodologia de análise de pesquisa usada para **descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos** (BARDIN, 1979). A análise parte de descrições sistemáticas das informações qualitativas ajudando a **reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão de seus significados** num nível que vai além de uma leitura comum, permitindo investigar **os textos** dentro de múltiplas perspectivas. O objetivo maior foi capturar **as experiências do município**, considerando as problemáticas que percebe no dia a dia e as potencialidades que vê

no bairro e no município.

As etapas do trabalho realizado foram: 1 – **Organização dos dados**: exploração do material; transcrição das informações; realizada pela Equipe da Prefeitura de Jacareí junto à FATEC/Jacareí 2 – **Unitarização/codificação** ou transformação dos conteúdos em unidades (de frequência) realizada pela Equipe da Prefeitura de Jacareí junto à FATEC/Jacareí); 3 - **Classificação** das unidades em categorias (por eixos temáticos); 4 – **Descrição e levantamento de inferências** (Raciocínio desenvolvido a partir de indícios considerando o Caderno de Leitura Técnica).

Apresenta-se na análise gráficos que foram produzidos pela Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Jacareí (PMJ) que considerou as frequências citações realizadas nas oficinas, informações anotadas pelos municíipes de forma livre. Nessa ocasião também foram produzidas cartografias ainda em tratamento. Para essa etapa também considerou-se as análises descritivas da Consulta Pública *online* realizada por meio da Plataforma *Google*, valorizou-se nesse momento as visões do bairro e também a pesquisa geral de Grau de Satisfação do município em relação a diferentes itens temáticos dos eixos do Plano Diretor.

Além dos esclarecimentos iniciais, os conteúdos deste caderno síntese são organizados da seguinte forma: inicia-se como uma análise descritiva de cada oficina, seção intitulada Síntese Temática das Oficinas de Leitura Comunitária - questões específicas (por oficina); depois em seguida se discute a Síntese Crítica a partir das questões evidenciadas pela população comparadas com os conteúdos do Caderno de Leitura Técnica; em terceiro realiza-se uma síntese temática das oficinas de Leitura Comunitária considerando questões gerais do município de Jacareí, e por fim, apresenta-se a Consulta Pública *online* por meio de uma descrição de dados e análises. Por último, são feitas considerações finais do processo de estudo dos dados apresentados pela comunidade.

3. SÍNTESE TEMÁTICA DAS OFICINAS DE LEITURA COMUNITÁRIA - QUESTÕES ESPECÍFICAS (POR OFICINA)

Apresenta-se abaixo uma síntese dos principais pontos elencados pelos moradores de Jacareí nas oficinas de Leitura Comunitária, alguns apontamentos de complementação foram retirados da Consulta Pública *Online*. São 26 resumos ainda de análise descritiva cujos temas são trabalhados criticamente no tópico seguinte.

01) Oficina Educamais São João

A oficina Educamais São João (19) realizada no dia 15/03/2022, contou com a presença de 42 municípios que divididos em seis grupos debateram sobre as demandas e questões dos bairros São João, Cidade Jardim, Jardim Didinha, Jardim Jacinto, Jardim Siesta. A síntese das problemáticas apresentadas podem ser organizadas em três grandes temas. O primeiro com o foco na dimensão **da mobilidade urbana** apresentou problemáticas que iluminaram: a questão do necessário de ampliação e melhoria do transporte público em relação a abrangência de horários e de linhas e a descentralização de locais de paradas; o grande volume de trânsito em horários de pico; a deficiência da malha viária e a necessidades de alternativas como a criação de uma quarta ponte apresentada por um dos grupos; a questão da ciclovia e do uso de bicicletas como transporte apresentou a necessidade de integração e ampliação da malha cicloviária e a indicação da ausência de ciclovias em avenidas importantes da região (avenida São João e avenida Lucas Garcez). Ainda sobre o tema de mobilidade propuseram a revitalização das calçadas e incentivo à arborização adequada.

O segundo tema associado ao **meio-ambiente** indicou: a falta de área verde na região; a existência de enchentes no bairro Balneário Paraíba; problemas de erosão no Morro do Cristo; o despejo de esgoto não tratado nas valas de drenagem no Jardim Siesta; a necessidade de drenagem no região do Bairro Cidade Jardim; a proposta de

canalização do córrego São Luiz; a implementação de piscinão no Córrego Seco; revitalização da orla do Rio Paraíba e implantação de parques e área de lazer e investimentos em drenagem e combate à enchentes. O último tema concentrou-se em problemáticas e potencialidades sobre serviços e infraestrutura assim sistematizadas: iluminação precária e indicação de ampliação da implementação de iluminação de LED; coleta de lixo deficitária e necessidade de melhorias na segurança pública com instalação da base da PM na região oeste. Outra questão que apareceu no debate foi a leitura sobre o aumento da população em situação de rua em algumas áreas da região que abriu o debate para uma discussão estrutural do país e região sobre o aumento do custo de vida, a precarização do trabalho e a deficiente política de apoio social. Por fim, como potencialidades apresentam-se: o aproveitamento da orla do rio com o uso e ocupação de bares e comércios noturnos; a localização privilegiada pela existência de serviços; comércio e infraestrutura e a existência de equipamentos de lazer e cultura.

Gráfico 1: Experiências e percepções nos bairros - Oficina **Educamais São João (19).**



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

02) Oficina EMEF Aluizio do Amaral Campos

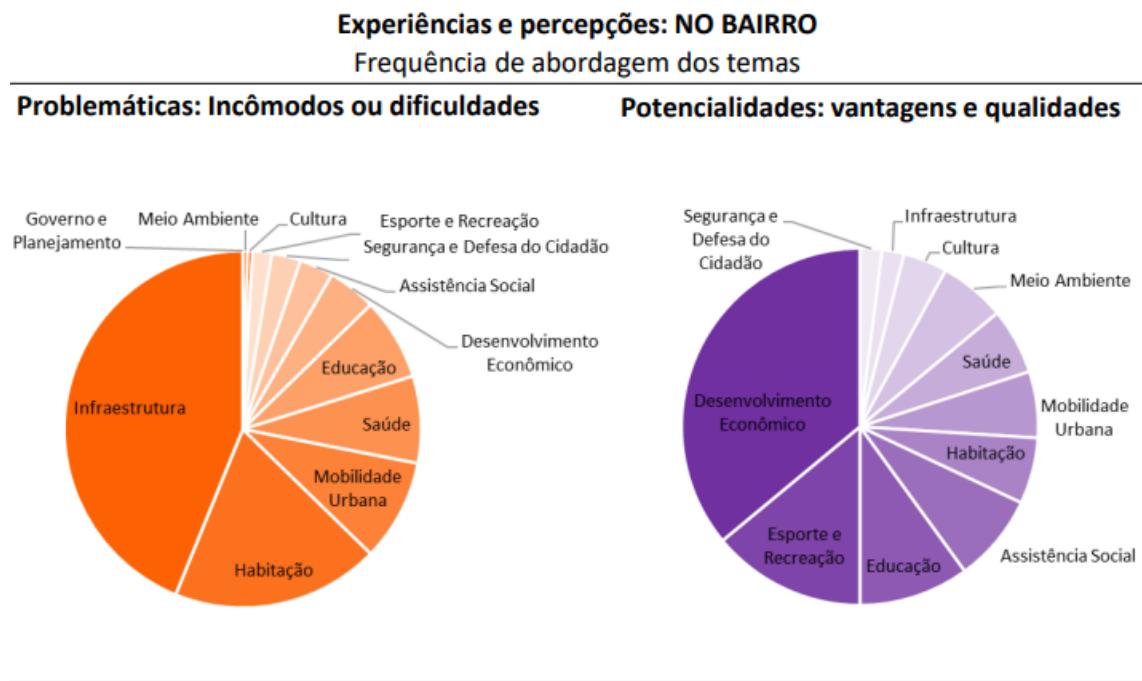
A oficina foi realizada no dia 16-03-22 e contou com a expressiva participação de 138 municípios que divididos em dez grupos de trabalho apresentaram suas questões e debates sobre a região e a cidade. Vale salientar, que a população da Ocupação “Quilombo Coração Valente” foi maioria trazendo para a leitura comunitária suas demandas e propostas. A região de Bandeira Branca I e II e Porto Velho também tiveram a presença de seus representantes. Neste sentido, a temática central da Ocupação Quilombo Coração Valente foi a regularização fundiária da ocupação que debateu a partir de três dimensões: a primeira sobre as precariedades causadas pela **irregularidade urbana**; a segunda sobre os processos de **resistência e a potência** das ações de sobrevivência cultural, econômica e alimentar e a terceira sobre as proposições como a implementação das ZEIS. As prioridades apresentadas foram a ausência de infraestrutura e serviços tais como: acesso à água encanada; saneamento básico e iluminação; asfalto e serviços como Ubs, escolas e creches. A dimensão da criminalização da pobreza foi foco de algumas falas que evidenciam o medo e a insegurança em relação à incerteza da permanência na área e o preconceito que sofrem em relação ao mercado de trabalho e a própria existência na cidade. “Em primeiro lugar, eu como moradora eu peço primeiro a desapropriação da terra. Porque sem a desapropriação eu posso sim lutar pelo meu direito, mas não é a mesma coisa que eu tá morando no que é meu, sem medo de qualquer hora estar dentro da minha casa com meus filhos e eu ter que sair correndo por causa da polícia, por causa do tiro de borracha, etc. E a questão fora a desapropriação que vem em primeiro lugar é a incerteza da moradia que a gente vive com medo, viu? E vivemos de situações precárias, sem luz, muitas das vezes e quando virá o tempo, a gente fica sem energia elétrica, viu? Também sem água, viu? E somos discriminados por conta disso.”

Sobre os processos de resistência e a potência das ações de

sobrevivência/resistência promovidas pela comunidade Quilombo Coração Valente vale destacar a construção de uma horta comunitária na área que garantiu, principalmente durante a Pandemia-Covid-19, uma soberania alimentar da comunidade que sem trabalho e com todas as precariedades não tinham como se alimentar. Outras falas compartilharam as ações geradas pelos moradores da ocupação que têm promovido possibilidades de sobrevivência econômica como oficinas de artesanato, feiras para vendas dos produtos produzidos e a organização de um espaço de lazer para as crianças do bairro. E como proposta para reverter este quadro no espaço da revisão do Plano Diretor apresenta-se a regularização da ocupação com a garantia da demarcação da área como ZEIS (Zonas de Especiais de Interesse Social).

As demandas e propostas associadas aos bairros do Bandeira I e II e Porto Velho foram: ausência de asfalto e de espaços de lazer e cultura e a necessidade de um projeto eficiente de drenagem. É Importante salientar que moradores desses bairros também participaram da **Consulta Pública Online**, no total, foram oito participações que destacaram problemas vinculados ao saneamento dos bairros, em especial, o descarte de lixo em lugares não apropriados.

Gráfico 2: Experiências e percepções nos bairros - Oficina EMEF Aluizio do Amaral Campos - Bandeira Branca I/ Coração Valente



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022

03) Oficina EMEF Adélia Rossi

A oficina foi realizada no dia 17-03-22 e contou com a participação de 33 munícipes que apresentaram as demandas e propostas associadas às seguintes localidades: Santo Antônio da Boa Vista, Jardim Leblon, Jardim Colônia (1). As problemáticas versaram sobre a dimensão de **serviço e da infraestrutura** que indicaram: deficiências no serviço público de saúde e educação; ausência de áreas de lazer; iluminação pública deficitária; moradias precárias; terrenos sem limpeza; necessidade de serviço de policiamento e ausência de projetos e ações de cultura. Sobre o tema de **mobilidade urbana** levantaram a necessidade de mais frotas de ônibus e aumento do horário aos fins de semana, assim como, melhorar o asfalto nas ruas da região. As propostas indicaram a ampliação dos postos de saúde; implementação e requalificação de áreas de lazer; criação de cursos

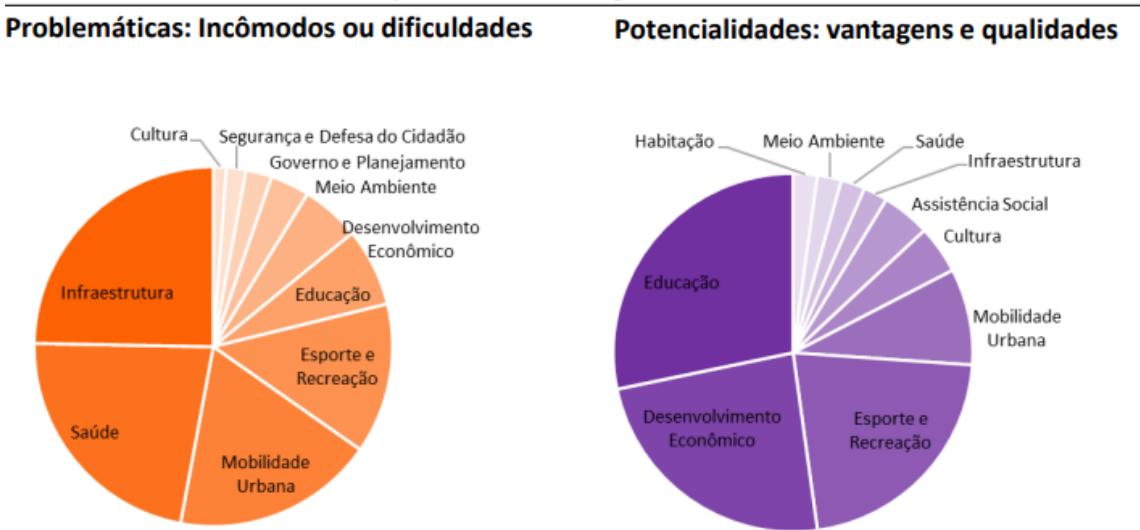
profissionalizantes que incentivem microempreendedores; realização de projetos culturais e de lazer e mais escolas para o bairro. Como potencialidade da região citaram o papel mobilizador da Ong Viva Boa Vista ao realizar ações para a comunidade. Vale salientar que as problemáticas foram muito bem sinalizadas e identificadas por ruas e localidades.

Os moradores desses bairros também participaram da **Consulta Pública Online**, no total, foram 4 participações que destacaram problemas vinculados à manutenção dos espaços de lazer e infraestrutura de mobilidade. Um dos depoimentos expressa: “Falta de área de lazer, áreas verdes para ser usada pela população, evitando deslocamento até o centro da cidade”.

Gráfico 3: Experiências e percepções nos bairros - Oficina EMEIF Adélia Pereira

Braz Rossi - Santo Antônio da Boa Vista

Experiências e percepções: NO BAIRRO
Frequência de abordagem dos temas



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

04) Oficina EMEF José Eboli de Lima

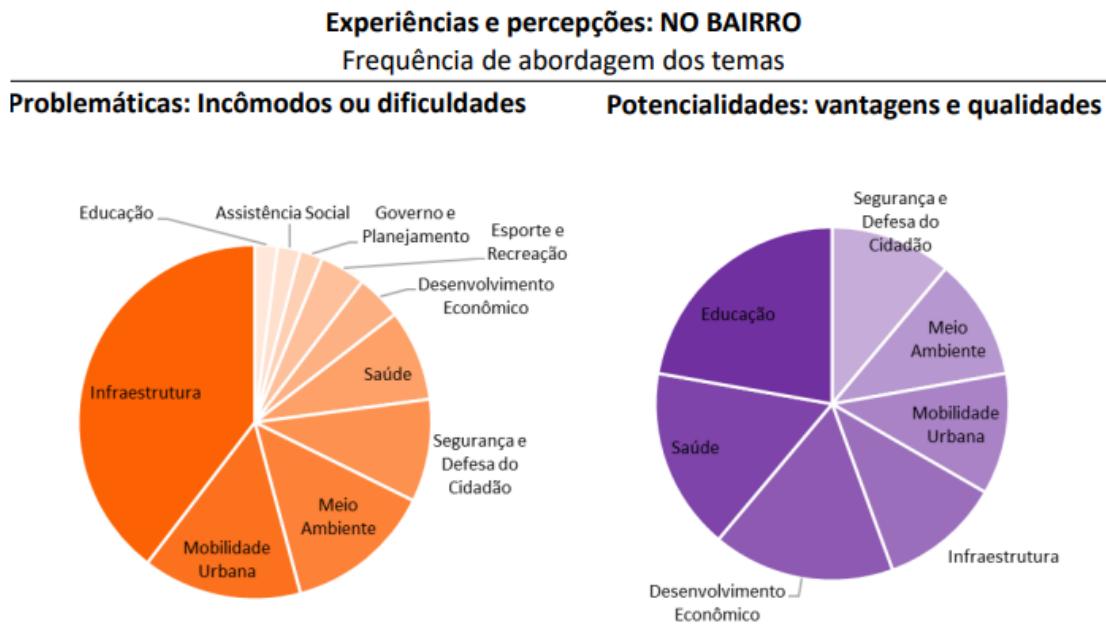
A oficina foi realizada no dia 18-03-22 e abrangeu os bairros de São Silvestre, Vila Garcia, Vila São João, Jardim Boa Vista, Jardim São Gabriel, Chácaras Marília e Chácaras Guararema, contou com a presença de vinte e nove moradores que reunidos em cinco grupos de trabalho apresentaram questões sobre a região. A ausência de **regularização** esteve presente nas falas, bem como, o debate sobre a iluminação pública precária que impacta no aumento da violência e o transporte público deficitário devido a baixa frequência e poucas linhas. Sobre a dimensão do **meio-ambiente** chamou atenção a discussão sobre o lixo que tem sido colocado na orla do Rio. Pela situação de irregularidade algumas questões apresentam-se como problemáticas da comunidade como por exemplo a falta de sinalização do bairro e ausência de CEP. Os moradores que participaram da oficina também falaram sobre equipamentos que existiam na região; citaram a base da ambulância e uma delegacia que atualmente já não existem e os impactos causados a partir disso. As propostas apontam a requalificação de espaços públicos existentes e a implementação de projetos sociais e educacionais para a região. Sobre o bairro do Lago Dourado algumas falas alertaram sobre a ausência de infraestrutura da prefeitura e compartilharam as ações que têm sido realizadas pela comunidade “ A prefeitura não entra lá para absolutamente nada. Fazemos coleta de lixo, fazendo o cuidado das ruas, iluminação. E pagamos o IPTU, um dos mais caros da cidade e o mínimo que a gente exige como contrapartida é que a prefeitura nos dê , no mínimo, ao retorno do acesso, que hoje está absolutamente precário”.

Por fim, citam a condição de distanciamento em relação ao centro da cidade de Jacareí que faz com que a população da região utilize os serviços da cidade de Guararema.

Na Consulta Pública online, obteve-se a participação de um munícipe do Jardim São Gabriel, ele destacou a falta de iluminação pública e transporte que atenda

todo o bairro.

Gráfico 4 : Experiências e percepções nos bairros - Oficina EMEF José Eboli de Lima



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

05) Oficina EMEIF Presbítero Mabito Shoji

A oficina realizada no dia 19 de março de 2022 na EMEIF Presbítero Mabito Shoji buscou englobar a participação dos municíipes dos bairro Veraneio Ijal e Veraneio Iraja e contou com a presença de 15 pessoas que se dividiram em dois grupos de trabalho para apresentarem suas demandas e propostas. Como problemas destacou-se os **serviços e infraestrutura representados pela ausência de saneamento básico e drenagem; baixa manutenção das vias e deficiente iluminação pública; ausência de espaços de lazer e cultura; transporte público ineficaz** (falta de linhas e poucos horários de ônibus); problemas como segurança pública e a falta de acesso aos outros bairros da cidade também foram citados. A questão do bairro fazer divisa com área industrial de Guararema, assim como, a falta de interação e oportunidade entre as empresas dos bairros e a população foram temáticas de discussão durante a oficina.

Como potencialidades as falas deram ênfase para a importância do papel das lideranças comunitárias, assim como, elogiaram a implementação dos LEV's na região.

Gráfico 5: Experiências e percepções nos bairros - Oficina EMEIF Presbítero

Mabito Shoji - Veraneio Ijal



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

06) Oficina Educamais Centro (15)

A oficina realizada no dia 21 Março de 2022 contou com a presença e participação de dezenove municípios que organizados em três grupos debateram sobre as demandas da região a saber: Centro, Jardim Bela Vista, Jardim Pereira do Amparo, Jardim Mesquita. As problemáticas levantadas nos debates versaram sobre: **problemas de tráfego intenso**; a necessidade de melhorar a sinalização dos equipamentos públicos na cidade; **ausência de lixeiras** nas ruas e de coleta de lixo residual; inexistência de projeto **de acessibilidade nas ruas e calçadas** que se encontram fora do padrão necessário; a retirada de muitas linhas de ônibus que

sobrecarrega outras linhas e impactou de forma negativa para o acesso de transporte público de qualidade e para todos. Como propostas foram destacadas a criação de um programa de destinação e reciclagem de lixo residencial e educação ambiental; implantação de árvores na região; expansão de equipamentos de lazer com acessibilidade; realização de projetos que potencialize o uso turístico da orla do Rio Paraíba do Sul; canalização do rio Turi; projeto de adequação da antiga rodoviária para implantação de terminal rodoviário municipal; requalificação de parques e praças e reestruturação viária em áreas de entroncamento. As questões também vinculadas à **mobilidade** também foram destacadas na fala dos participantes (14 participações) da Consulta Pública *online*.

Gráfico 6: Experiências e percepções Oficina Educamais Centro - Centro



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

07) Oficina EMEF Ricardina Moraes (21)

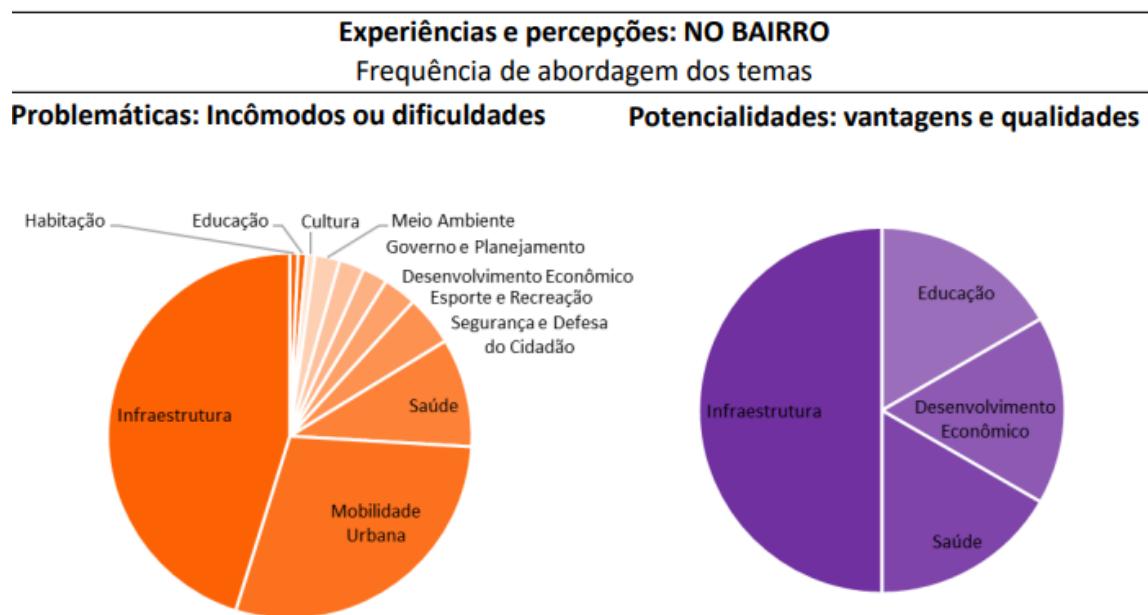
A oficina realizada no dia 23 de março de 2022 contou com a presença de quarenta e cinco moradores que apresentaram questões sobre a região dos bairros

Nova Esperança, Parque Imperial e Nova Jacareí. As discussões apresentadas englobam os seguintes temas: problemas de **infraestrutura** e sugestões de melhorias com indicação de áreas e avenidas para requalificação urbanas de asfalto, como também, projetos de drenagem (manutenção do asfalto na Rua Graciliano Ramos; projeto de infraestrutura de drenagem na rua Diogo Fontes; limpeza do córrego para frente do Bunkyo, realizar fiscalização de novos Loteamentos presentes na área) - ausência de equipamentos culturais; - necessidade de posto policial na região e - existência de uma única entrada no bairro do Parque Imperial. Outras problemáticas foram discutidas como por exemplo: - a distância do bairro dos equipamentos públicos essenciais (o Hospital Dr. Thelmo de Almeida Cruz foi citado várias vezes pelos municípios) e proposta de requalificar postos de saúde próximos e que passem a funcionar 24 horas e ampliem o quadro de médicos e especialidades. Neste sentido, apareceu no debate a discussão sobre a concentração de equipamentos na região central e como isso prejudica a população que vive em bairros afastados "Nós aqui do bairro Parque Imperial, Esperança, Nova Jacareí, Pedramar, nós estamos abandonados, porque tudo foi lá para o outro lado, a rodoviária, foi para lá, posto de ambulância foi para lá, hospital/pronto socorro foi para lá, quer dizer e nós? " Outro ponto colocado em debate foi o entendimento que o problema de enchente na região é consequência do aumento do número de loteamentos implantados que não veio acompanhado de uma reestruturação na infraestrutura de drenagem. Sobre o transporte tiveram relatos que durante a pandemia de Covid-19 diminuíram o número de horários de ônibus e que até o momento não foi retomado. O tráfico de drogas e o funk foram apresentados como problemas sociais da região. Uma das propostas para a região foi a mudança de zoneamento para incentivar outras atividades " Têm várias regiões de grandes áreas que poderiam ser liberadas para o comércio e indústria, trazer um pouco mais de emprego para o lado de cá, porque ia dividir um pouco a cidade, tanto na saúde, desenvolvimento, porque seria acho que melhor".

Outras propostas versaram sobre a implementação e reestruturação de espaços e políticas a saber: melhorar o bairro do Parque Imperial; construir galerias de águas pluviais no bairro do São Luís; reestrutura o parquinho do bairro Nova Esperança; criar projeto de lazer e cultura e, inspirados no projeto do Parque da Cidade, apresentam como ideia para a região e para toda a cidade a implementação de “mini” Parques da Cidade em áreas carentes de equipamentos sociais de cultura e lazer. Na **consulta pública** foram identificadas 5 participações, cujo problema mais citado foi a condição da pavimentação das vias do bairro.

Gráfico 7: Experiências e percepções Oficina EMEF Ricardina dos Santos

Moraes - Nova Esperança.



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

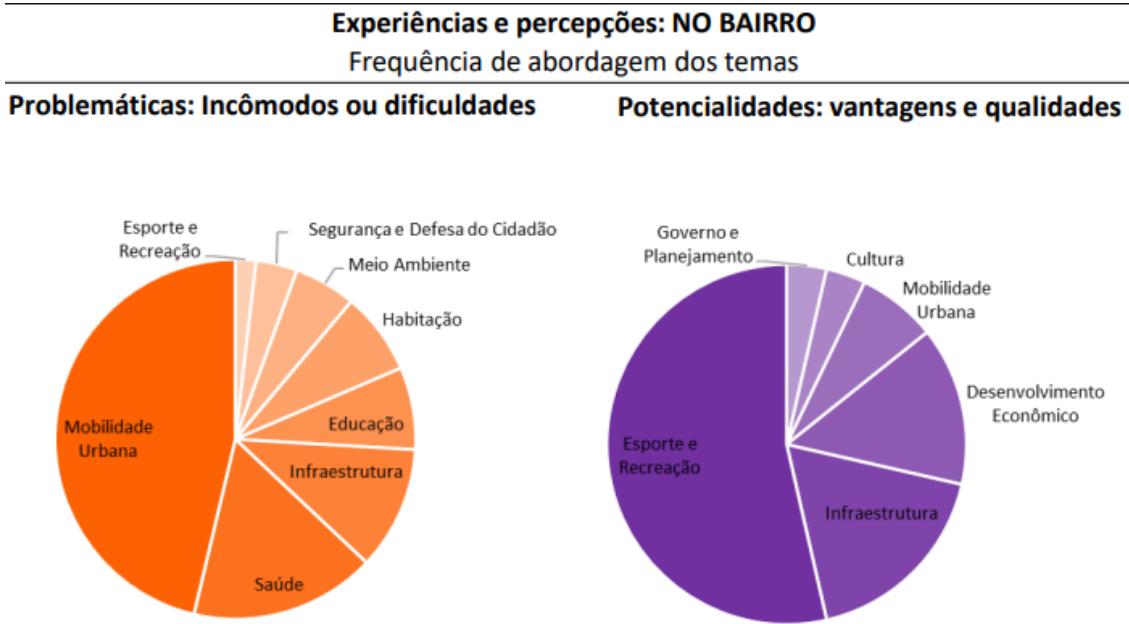
08) Oficina EMEF Joaquim Passos

A oficina realizada na EMEF Joaquim Passos no dia 23 Março de 2022 reuniu vinte e seis participantes que apresentaram suas demandas e ideias sobre a região dos bairros Cidade Salvador, Jardim Real e Jardim Santa Marina. As problemáticas

apresentadas apontaram para: - regularização fundiária do Jd. Marques; implementação de UBS 24 horas no bairro Cidade Salvador; - falta de manutenção das praças (áreas verdes); ausência de coleta de lixo seletivo; existência de Lixão (aterro sanitário); transporte público ineficiente com poucas linhas e horários e redução aos finais de semana e feriado; necessidade de recapeamento de asfalto na Cidade Salvador; existência de fluxo intenso de caminhões na Avenida São Jorge e falta de semáforo na Rua Sto. Ivo (saída da escola); falta de ciclovias e pouco policiamento da região. As propostas indicaram: a necessidade de implementação de creches e escolas; a requalificação da quadra de esportes do bairro Cidade Salvador; melhoria da sinalização na Av. D. Pedro e Rua da Feira (Pq dos Príncipes); construção de praça com mirante para incentivar o convívio da população; promover o aumento da população e comércio local; implementação de academia ao ar livre; incentivar ações de Hortas comunitárias (São Benedito); Criação de Parque Linear; requalificar Quadra (próxima a Rua Lorena) e Quadra de areia (Cidade Salvador) para promover atividades de esporte e lazer e criação de espaço para centro comunitário.

Na Consulta Pública *online* foi destacado o problema da infraestrutura, em especial, de saneamento básico, dos bairros. Foram 5 participações de moradores do bairro Cidade Salvador.

Gráfico 8: Experiências e percepções Oficina EMEF Joaquim Passos e Silva - Cidade Salvador



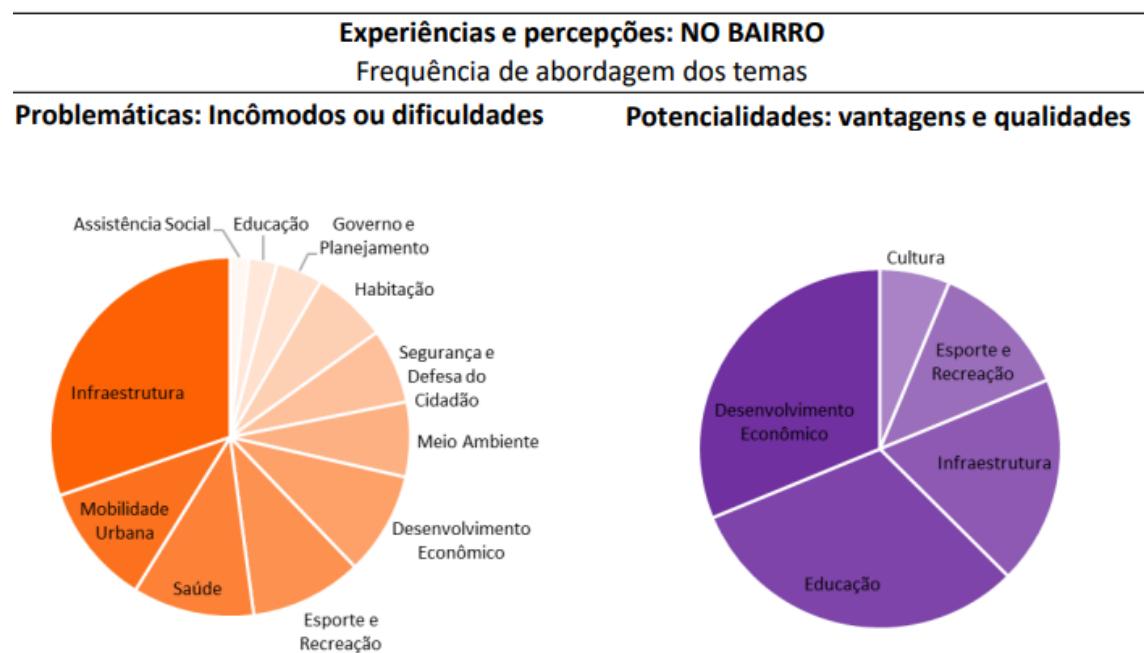
Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

09) Oficina EMEF Maria Luiza de Souza Pinto Vasques (12) - Rio Comprido,
A oficina foi realizada no dia 24/03/2022 e correspondeu aos bairros do Rio Comprido e Santa Paula. Apresenta-se no relato dos moradores uma problemática relativa à **mobilidade urbana, com destaque ao trânsito da Rodovia Geraldo Scavone, infraestrutura** (saneamento básico e pavimentação das ruas, com destaque a questão da drenagem das águas pluviais) e **habitação popular/regularização fundiária**. Verifica-se que diversas questões de infraestrutura se relacionam com a questão da **irregularidade fundiária vivenciada na área**.

Por fim, os munícipes apontaram que o bairro por ser próximo ao município de São José dos Campos, tem ainda espaços para crescer melhorando sua economia por meio **do comércio e investindo em espaços de lazer**. A atuação na **ONG Fênix** também é apontada como uma potencialidade de desenvolvimento social, bem como a

formação de uma Praça na área das torres de alta tensão. Destaca-se ainda que o bairro Rio Comprido tem uma potencialidade de se transformar em uma área urbana, considerando que ainda apresenta traços de ruralidade, há **áreas verdes**. Na consulta Pública foi destacado, por dois municíipes que “A região é esquecida e sem desenvolvimento urbano; 2) estrada do Rio Comprido até a estrada Nilo máximo, sem asfalto; 2) falta desenvolvimento urbano na região para implantação de loteamento (lotes entre 180 e 200 m²); 3) falta saneamento básico (água e esgoto); 4) iluminação pública precária; 5) faltam comércios (supermercado); posto de saúde; escolas municipais, posto policial, nesta região rural.”

Gráfico 9: Experiências e percepções Oficina EMEF Maria Luiza de Souza Pinto Vasques (12) - Rio Comprido



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

A oficina realizada em 24 de março de 2022 na EMEF Conceição Silva contou com 35 pessoas que apresentaram as problemáticas e propostas. No campo das problemáticas a **infraestrutura e serviços** aparecem com destaque a saber: problemas como limpeza das ruas e terrenos vazios; falta de coleta seletiva; asfalto de baixa qualidade e buracos abertos pelo SAAE; vazamento de esgoto (nas ruas do Jardim Paraíso) e despejo de esgoto nos córregos do bairro; transporte público deficitário pela ausência de linhas e poucos horários; iluminação pública deficiente; alagamento na avenida Nilo Máximo e ausência de praças, parques e hortas comunitárias. Com propostas indicam: - melhorar segurança na região com postos policiais e implantação de iluminação em LED na região; melhorar a ciclovia; implantar academia ao ar livre (bairro do Marquês); - oferta de cursos profissionalizantes para o bairro e implantação de Escola em período integral que proporcione mais opções de lazer e esporte para as crianças. Na consulta pública foi destaque a fala de oito municípios que chamaram a atenção para a estrutura de mobilidade da região, incluindo o transporte público e o “acesso principal do bairro Jardim Paraíso, Rua Pedro Gonçalves, via Rodovia Nilo Máximo, se encontra saturado, devido ao volume de veículos, com tendência de piora para o futuro, já que o bairro continua recebendo novos moradores.”

Gráfico 10: Experiências e percepções Oficina EMEF Conceição Aparecida Silva

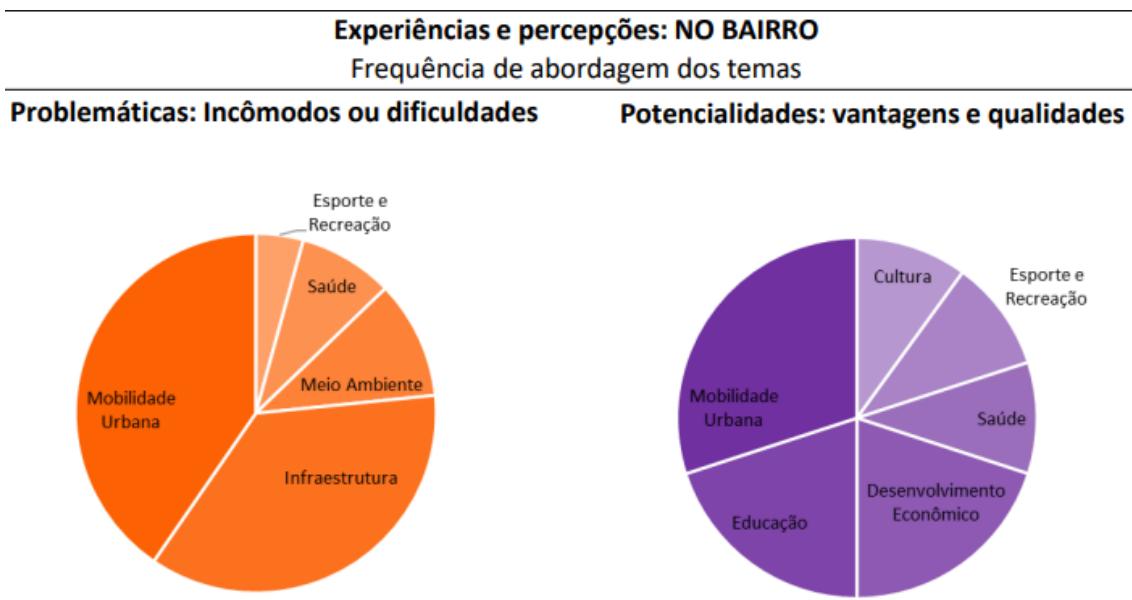


Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

11) Oficina EMEF Celia Guedes

A oficina foi realizada no dia 25/03/2022 na EMEF Celia Guedes e acolheu munícipes do Jd. Califórnia, do Jd. Marcondes do Jd. Vera Lúcia e do Jd. Primavera. A questão da mobilidade se apresenta de maneira central aos moradores dos bairros. É destaque os problemas de tráfego na Rodovia Geraldo Scavone, o fluxo na avenida Costa Rica e a circulação precária de linhas de ônibus. Outra questão evidenciada é a **infraestrutura relacionada a limpeza e iluminação pública**. A questão da **saúde** também é abordada. “Precisamos de mais UBS, centro de atendimento ao idoso, mais agilidade no agendamento e mais contratação de profissionais” (Fala do munícipe). Nesta oficina não foram destacadas as potencialidades dos bairros, apenas referentes a cidade. Destaca-se a possibilidade de ampliação das ciclovias, do uso da orla do Rio Paraíba para atividades de turismo e o Educamais. Não houve participação de munícipes dos bairros na Consulta Pública *online*.

Gráfico 11: Experiências e percepções Oficina EMEF Célia Guedes - Jardim Primavera



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

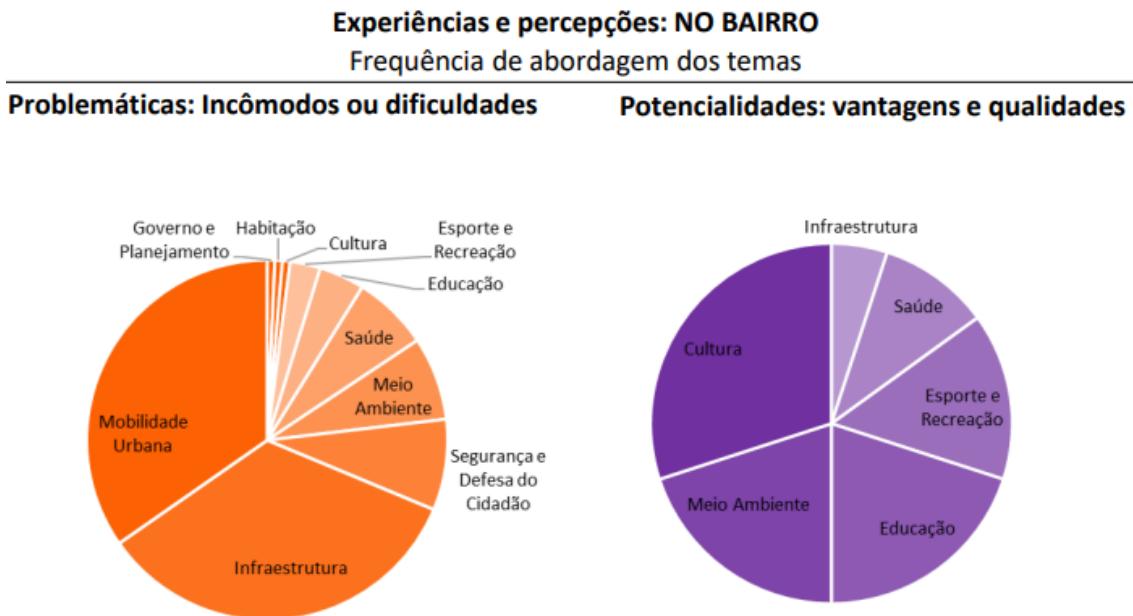
12) Oficina EMEF Maria Regina Cachuté (Jardim Pedramar e Jardim Imperial)

A oficina realizada na EMEF Maria Regina Cachuté (Jardim Pedramar e Jardim Imperial) apontou a dificuldade também relacionada ao **transporte público e particular**, considerando os constantes acidentes na Estrada do Tanquinho/Edson Loesch de Freitas e ainda a questão das calçadas e iluminação pública e sinalização das vias. **A ausência de escolas, creches e UBS** também afeta a vida dos moradores, bem como os **espaços de lazer**, a praça do Jacaré por exemplo, encontra-se “largada” na visão dos moradores. Há uma problemática também relacionada ao **saneamento básico**, o lixo é jogado nos córregos, não há qualquer coleta seletiva, bem como o esgoto é irregular, há a ausência de “boca de lobo”

também para vazão das águas pluviais.

A comunidade apontou como potencialidade a promoção **de roteiros turísticos** com a participação comunitária na região, considerando que a área é próxima da nascente do Tanquinho. Do Jardim Pedramar e do Parque Imperial destaca-se a participação comunitária como uma potencialidade para atuação do poder público em diferentes projetos. Na Consulta Pública *online*, obteve-se duas participações que destacam a necessidade de uma atenção ao saneamento básico, iluminação e as áreas de lazer dos bairros.

Gráfico 12: EMEI Maria Regina Cachuté (22) - Parque Imperial



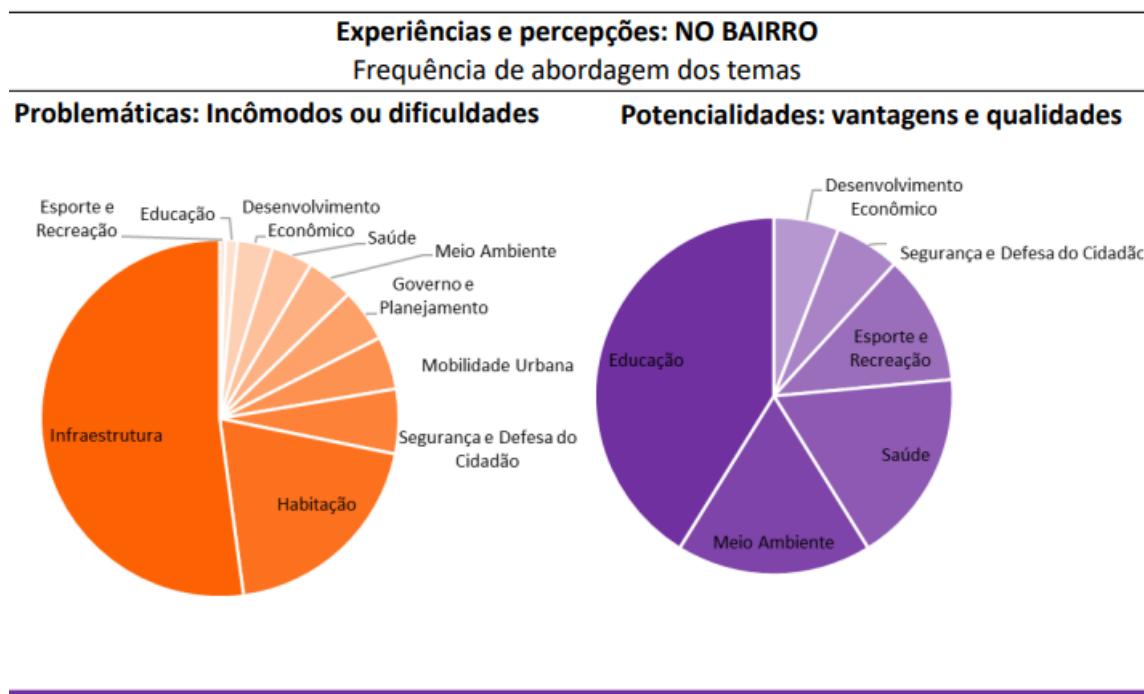
Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

13) Oficina EMEF Mario Jorge Vieira

Na oficina realizada na EMEF Mario Jorge Vieira, que compreende a região da Estrada do Varadouro e Jardim Colônia, observa-se que a questão fundamental a ser considerada é a do **zoneamento**. Há um interesse explícito da população em que a área se torne urbana. Dado o zoneamento ou condição de rural, é frágil a

infraestrutura de serviços públicos, incluindo água, luz, saneamento (destaque para o lixo), rede de comunicação, segurança/policamento, CEP, manutenção das estradas e transporte público. Segundo um munícipe "Houve um adensamento aqui e virou uma região urbana" e outro coloca que "a gente precisa realmente da regularização da área, que isso já está tomando uma proporção muito enorme do número de pessoas que estão vindo para a região, e não está dando conta, essa questão da coleta do lixo" (munícipe). Há uma necessidade também citada da separação dos bairros rurais Jardim Colônia e Varadouro, ou seja, as principais questões nascem segundo a fala da dos moradores do tipo de zoneamento que os bairros estão inseridos. A maior potencialidade da região é justamente a proximidade da natureza, julgam os moradores. No entanto, ainda está em aberto o conflito sobre o zoneamento. A relação com o município de Jambeiro também foi destacada pelos moradores, como algo positivo. Houve uma participação do munícipe na Consulta Pública *online* que também enfatizou a necessidade de regularizar chácaras rurais e alargamentos da estrada Varadouro, até a Estrada da Fazenda Primavera.

Gráfico 13: EMEIF Mário Jorge Vieira da Silva - Jardim Colônia (5)

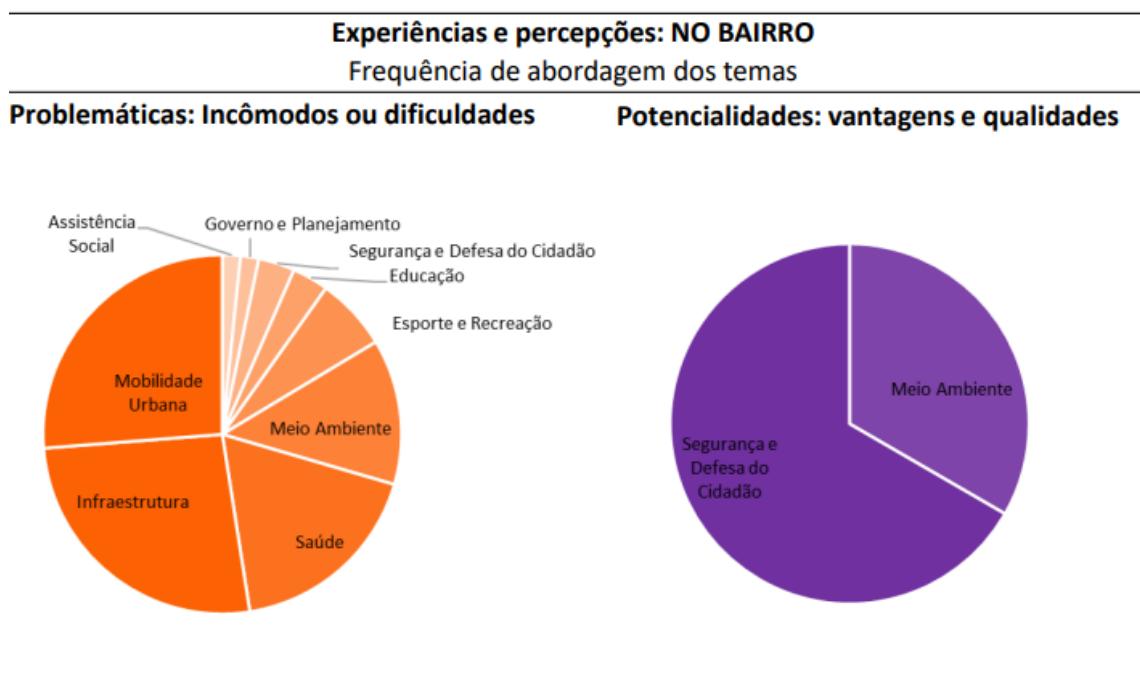


Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

14) Oficina da EMEIF Tarcísio Francisco Barbosa

A oficina da EMEIF Tarcísio Francisco Barbosa, contempla os bairros 1º de maio, 22 de abril, Recanto dos Pássaros e Portal Alvorada. Ela apontou questões vinculadas a **limpeza pública** (terrenos vazios e vielas), **iluminação pública** como questões a serem observadas pelo poder público, bem como a **regularização das estradas rurais**. Aponta-se a estrada da Servidão como problemática. Ausentam-se nos bairros (Chácara Santana/Santana, Primeiro de Maio) também **equipamentos públicos** como UBS e creches. As potencialidades destacadas estão no comércio e geração de empregos. O próprio Rio Paraíba tem uma potencialidade para áreas de lazer, a feira dos trilhos também, a presença de pequenos produtores.

Gráfico 14: EMEF Tarcísio Francisco Barbosa - Conjunto 1º de Maio (24)



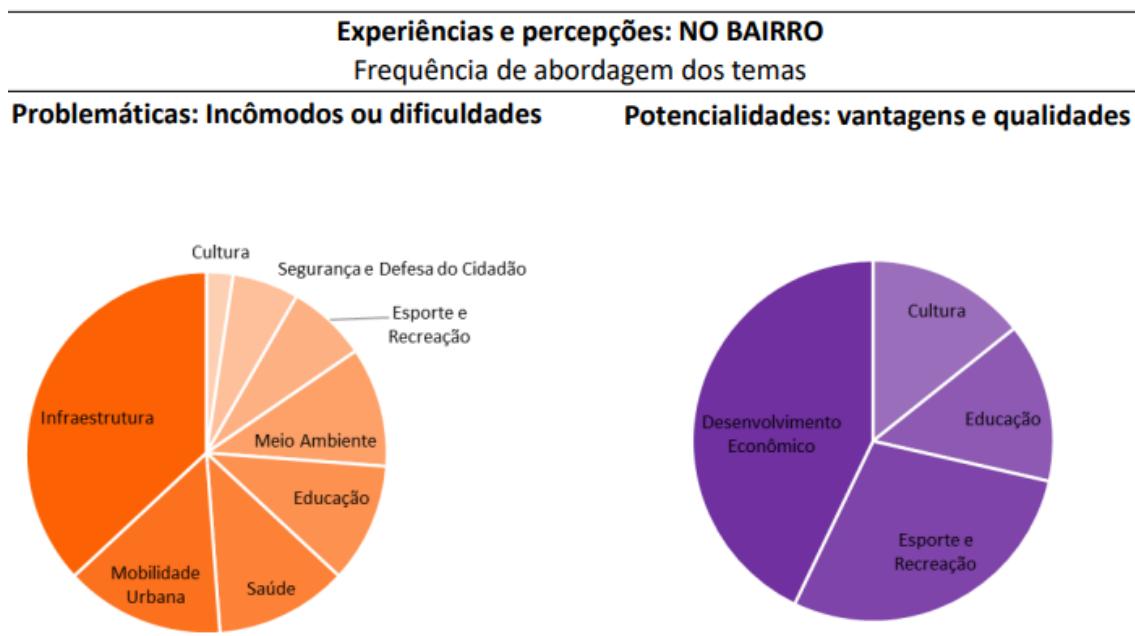
Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

15) Oficina EMEF Delly Gaspar dos Santos

Na oficina realizada na EMEF Delly Gaspar dos Santos, contemplou-se os bairros Conjunto São Benedito e Parque dos Príncipes, observa-se uma problemática vinculada ao transporte público, bem como manutenção da vias com destaque aos buracos no asfalto, destaca-se a ausência de lombada em frente a escola Delly Gaspar dos Santos, **e saneamento básico**, o que requer uma atenção maior da gestão municipal para a questão do escoamento de água e esgoto, bem como a **problemática do lixo**. Os munícipes citam que “Seria interessante um LEV na região (...) e que existe um problema na Cidade Salvador, que é o cheiro ruim que vem do **aterro sanitário**” Há uma ausência de área de esporte e lazer (academia ao ar livre) e **iluminação pública**. Na Oficina foi relatada a potencialidade da área verde para a construção de um Parque linear, a Valorizar a execução de hortas comunitárias e o

próprio Campo de futebol e quadra de areia que poderiam ser melhor utilizados pelos moradores. Na Consulta Pública *online* (três participações), ainda foram citadas questões vinculadas à mobilidade, com as ruas "esburacadas".

Gráfico 15:EMEF Delly Gaspar dos Santos - Conjunto São Benedito (7)



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

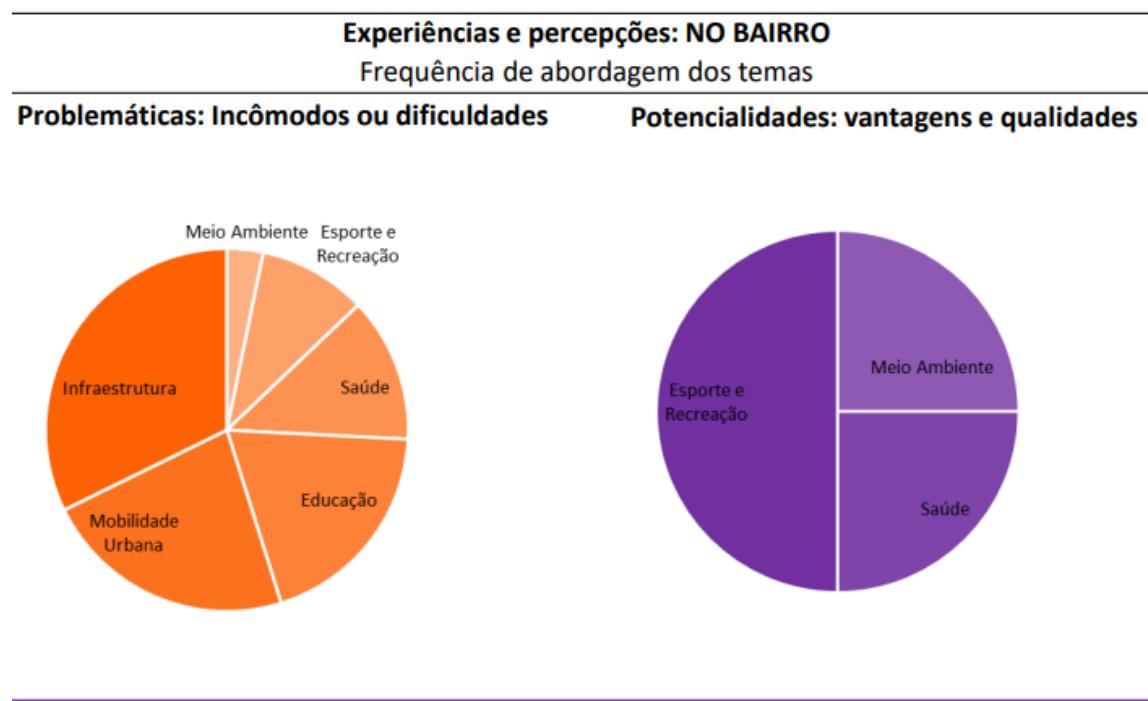
16) Oficina EMEF Tito Máximo/EMEI Maria Amélia Mercadante Turci

Na Oficina realizada na EMEF Tito Máximo/EMEI Maria Amélia Mercadante Turci - Parque Santo Antônio que cobre a área do bairro Parque Santo Antônio, Jardim das Oliveiras, Jardim Nova Aliança, Vila Aprazível, Bela Vista, Jardim Maria Amélia I, II e III, Jardim Santa Mônica, os munícipes apontaram que apesar de existirem **equipamentos públicos** como escolas, UBS e espaços de lazer, eles se encontram em um estado de deterioração, necessitando **de manutenção**. Na fala do munícipe: “A escola Tito Máximo está com várias goteiras e infestação de animais, inclusive ratos. Falta médicos na UBS do Parque Santo Antônio”. Outro problema relatado é o trânsito na região da rua Linda Mercadante. “Aqui existem ruas onde nós não temos

autorização para estacionar e outras são necessariamente colocadas como estacionamento só que aí de mão dupla não tem como o carro subir ou descer. Quem está subindo tem que esperar quem desce, quem desce, tem que esperar quem sobe. Necessário que a mobilidade urbana faça um estudo sobre isso". Sobre as potencialidades relata-se também que o Educamais poderia ser mais utilizado para diferentes atividades. O uso do campo de futebol de Areia do Maria Amélia e da UBS do bairro ou "Posto de saúde do Parque Santo Antônio", também são estruturas importantes.

Na Consulta Pública online foram identificadas seis respostas cujo tema principal foi a segurança no trânsito e também problemas de infraestrutura relacionados aos bens de uso coletivo.

Gráfico 16: EMEI Maria Amélia Mercadante Turci - Parque Santo Antônio



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

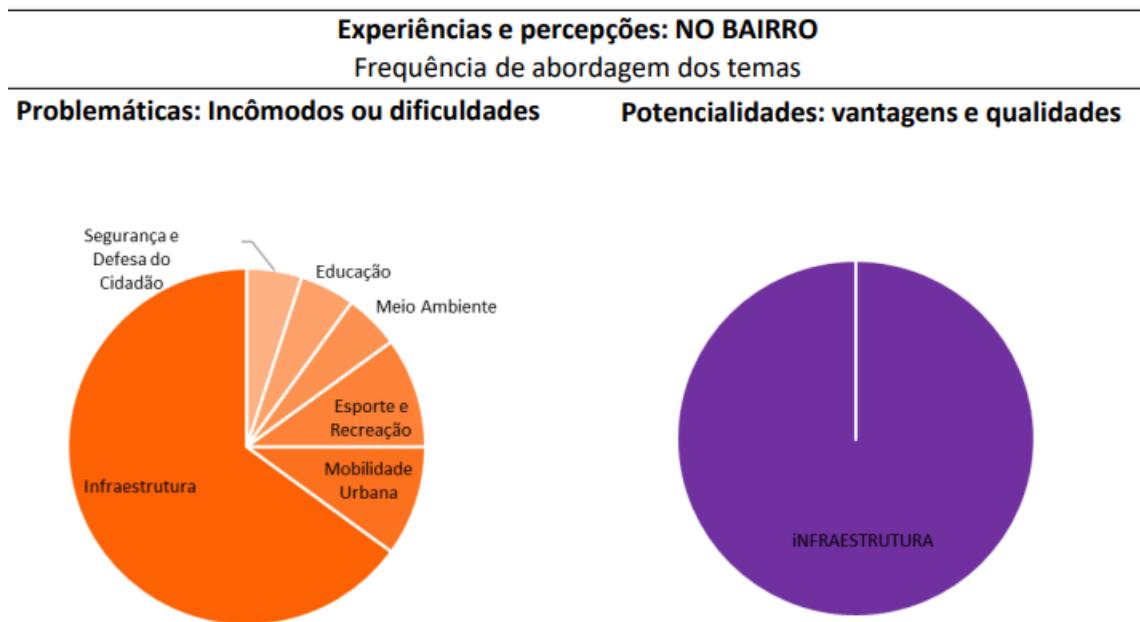
17) Oficina EMEF Adélia Monteiro

Na oficina EMEF Adélia Monteiro, realizada nas proximidades dos bairros Cidade Jardim, Jardim Olímpia, Vila Branca observa-se a falta de **iluminação pública**,

incluindo em equipamentos de lazer como no Campinho da Eugênio Bicudo, problemas relacionados com a ausência de **tratamento de esgoto**, e as ruas também apresentam problemas com recapeamento, há muitos buracos nos bairros, onde destaca-se a rua São Gabriel e ainda a falta de bueiros. Na oficina também foi destacado a questão dos **equipamentos de saúde**. Segundo um município: “Precisamos de mais UBS, centro de atendimento ao idoso, mais agilidade nos agendamentos e mais contratação de profissionais e farmácia de alto custo. Nós precisamos também de ambulâncias que sejam centrais de fácil acesso aos municípios. A gente pleiteia também há muito tempo um hospital municipal”. Na questão **de mobilidade urbana**, observa-se problemas de trânsito na Geraldo Scavone, inclusive incluindo rebaixamento de calçadas para cadeirantes, melhoria nas rotatórias e melhoria também ao acesso Vicente Ítalo Feola e na sinalização do acesso às escolas. Como potencialidade foi destacado que o bairro possui um campo tem capacidade para acolher atividades da população, e na própria escola onde foi realizada a oficina poderia ser implantado o ensino integral. Na Consulta Pública *online* foi destacado por 14 municípios questões vinculadas aos constantes alagamentos, em especial, na Av. Carlos Frederico Werneck em ocasiões de fortes chuvas e vários problemas que atingem a região vinculados à infraestrutura de mobilidade.

No Caso do Jardim Olímpia, se destaca a fala de um morador que considera que “Por ser um bairro rural, as ruas são de terra e, na época das chuvas, as estradas se tornam intransitáveis. Seria necessário melhorar o escoamento de água do bairro, para evitar os inúmeros buracos e alagamentos. O bairro também precisa de sistema de esgoto, já que as casas todas funcionam com fossa e muitas delas estão em desacordo com a legislação, liberando esgoto diretamente na via. É preciso melhorar a oferta de energia elétrica no bairro, por qualquer chuva, a energia cai. Durante a época de seca, muitos proprietários queimam o mato, seria necessária uma campanha de conscientização sobre o uso do fogo para queimar lixo/poda”.

Gráfico 17: EMEF Adélia Monteiro - Campo Grande



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

18) Oficina EMEI Prof. Antônio Vieira

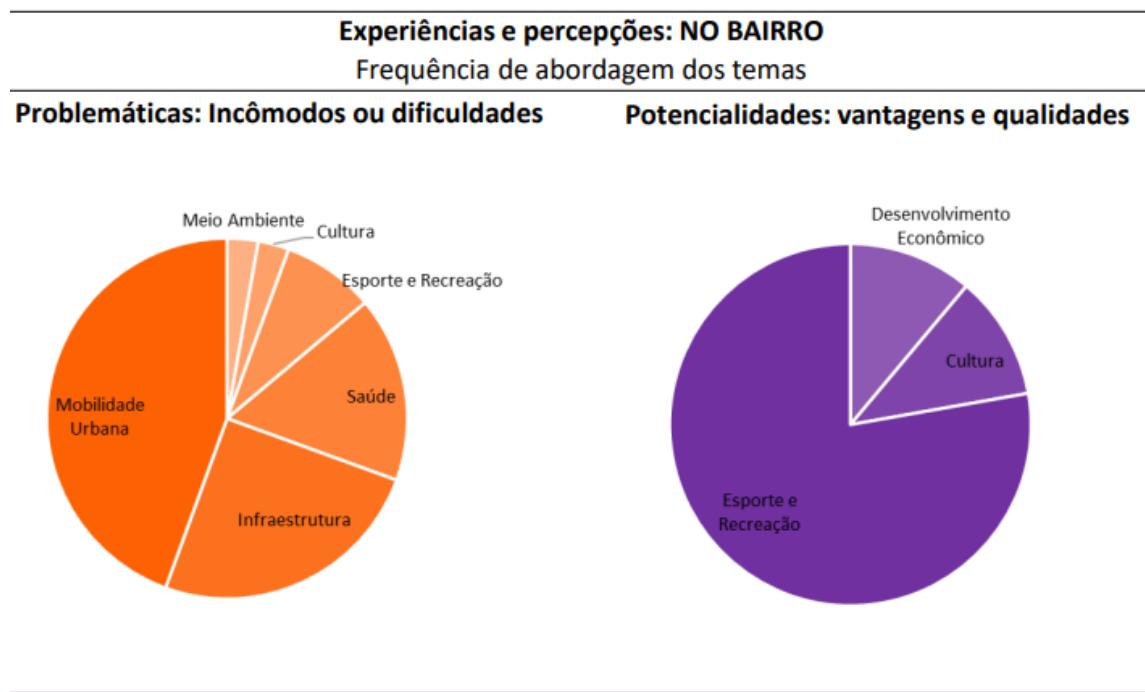
Na oficina da EMEI Prof. Antônio Vieira, nas imediações do Jardim Califórnia e Vila Branca, foram destacados problemas vinculados à **questão ambiental**, ligados a manutenção da **represa do Lago e arborização**. Conforme citou o munícipe há “Enchente nos últimos meses, no último ano, eu acho, começou a ter muita enchente aqui na região do Califórnia, perto da região do Lago. Não era uma coisa que acontecia lá, mas agora começou a ser corriqueiro. Entra água nas casas, nas ruas sem saída, Rua 11, Rua 12 e Rua 13 começou a entrar agora, recentemente. Então, tem que se rever isso, o que está acontecendo, qual é o problema. Se é só a vazão, limpeza, manutenção, então precisa de uma atenção nesse sentido. O recapeamento das ruas, incluindo a construção de lombadas, também se apresenta como uma problemática como a iluminação pública e a **questão da saúde**, ausenta-se UBS na região, para os usuários do Hospital São Francisco há um problema de insegurança,

mesmo utilizando o estacionamento que é pago, verifica-se na região problemas com a iluminação pública.|Segundo fala do Municípe “ Posto de saúde, nós falamos da questão de estar muito inchado o Posto de Saúde do Jardim das Indústrias, a demanda é muito grande. Não dá conta de atender nosso bairro Jardim Califórnia, e a região toda. Por isso que a agenda fica apertada, ninguém consegue vaga. E por fim, também é citada a questão do **transporte público**. “A questão do Jardim Califórnia não ter ônibus, nosso bairro aqui do Parque Califórnia depende do horário, também não tem ônibus, agora depende do ônibus que vai para o Rio Comprido. Final de semana à noite, quem usa ônibus, não consegue, porque de 2 em 2 horas o ônibus que vem lá do balneário Paraíba vem fazendo uma viagem passa por Terra Santana, Altos de Santana, Parque Califórnia, Jardim Califórnia, Vila Branca, Rio Comprido”. (Municípe).

Os municípes apontam como potencialidade do bairro o espaço já destinado ao projeto da UBS e o espaço do JAC “Aí a gente falou, tem a potencialidade do bairro, a gente falou do espaço do JAC. Até às vezes tem algumas atividades, mas é um lugar que está bem precário e que ali poderia virar uma área de lazer, um lugar para sua população. Até foi falado de como é uma região privilegiada, também outros bairros teriam acesso a esse espaço. Então, se pensou em olhar para esse espaço e planejar algo nesse lugar”, cita o munícipe da fala síntese. O Comércio poderia ser melhor aproveitado com a Revitalização do Lago - Ligação via Nilo Máximo, bem como a realização da feira noturna.

Na Consulta Pública *online*, em particular, os seis municípios participantes, destacam a questão também da mobilidade, e um deles foi bastante específico ao indicar que “Córrego que passa ao lado, fundos do MRV, cruza o bairro em dias de chuva alaga, trânsito pela manhã na Getúlio Vargas por conta do afunilamento do acesso a Dutra, estacionamento de caminhões tanque da rede 7 estrelas na av Getúlio Vargas, gerando poluição sonora desde as 6h30 da manhã, até por volta de 19h”.

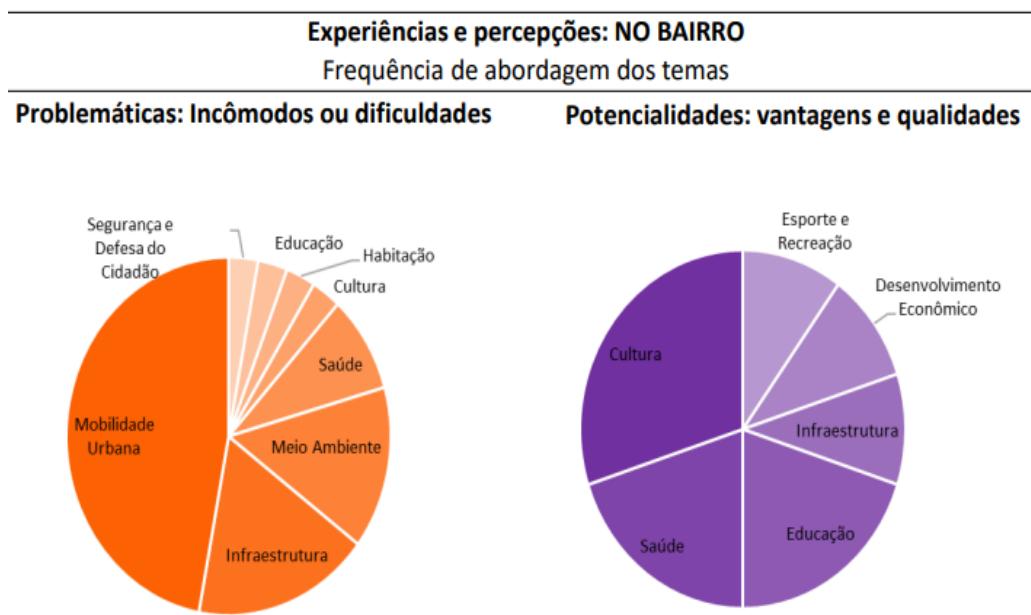
Gráfico 18: Oficina EMEI Antonio Lellis Vieira - Parque Califórnia



Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

19) Na Oficina da EMEF Silvio Silveira Mello, nas proximidades do Jardim Maria Amélia, Parque Brasil, Parque do Sino falta de **galerias pluviais**, o que vem ocasionando enchentes nos bairros, segundo o município há necessidade de “**Execução do sistema de drenagem** na Avenida Adhemar Pereira de Barros, o controle de pragas na região do Parque dos Sinos, principalmente com os escorpiões”, **acessibilidade** nas calçadas, coleta seletiva, e transporte em que se destaca a falta de horários de ônibus. Segundo a munícipe ainda existem problemas relacionados ao **transporte** “ a falta do horário de ônibus, nós sabemos que aqui é na região do parque dos Sinos só entra o ônibus uma vez por dia, quase não entra. O pessoal tem que ir até a Bica do boi para pegar o ônibus” .

Gráfico 19: Oficina EMEF Silvio Silveira Mello Filho - Jardim Santa Maria.



Fonte: Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

20) Na oficina da EMEI Vicentina das Dores Queiroz, Parque Santo Antônio, foram destacadas inicialmente as questões relativas à falta de **segurança no trânsito**, restauração dos prédios antigos, **tratamento de lixo e limpeza, transporte público, e Manutenção do Educamais** - Parque Santo Antônio. No entanto, também foi apresentado durante a oficina questões da saúde, com ausência de médicos especialistas. Como potencialidade foi apontado os imóveis abandonados no Jardim das Indústrias e espaço para construção de uma UPA no Jardim Princesa. Imóveis abandonados no Jd. Das Indústrias. A baixa participação da população nessa oficina prejudicou a coleta de dados. A oficina contou com apenas quatro participantes.

Gráfico 20: Oficina EMEI Vicentina das Dores Queiroz - Jardim das Indústrias



Fonte: Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

21) Oficina EMEF Décio Moreira, Vila Branca

Na oficina da EMEF Décio Moreira, Vila Branca foram destacados problemas ligados aos **terrenos abandonados**, e em particular, um problema de zoonoses expresso pela presença de escorpião. A falta de manutenção desses terrenos (limpeza pública/particular) pode estar ligado à presença desses artrópodes, segundo os moradores. **A mobilidade** também esteve em destaque, o trânsito na região ocasionado pela falta de semáforo foi um problema levantado, e ainda segundo o munícipe: “Em relação ao bairro, principalmente aqui na avenida Los Angeles, no Jardim Califórnia, precisa ter um controle de caminhões que passam aqui pela avenida que gera uma **imensa poluição sonora**. Além de um controle de velocidade também, né, mais bem sinalizado, mas bem controlado, porque tem muita gente que corre demais aqui. Também é levantada a falta de ciclovias, que por exemplo, principalmente em relação ali na estrada velha Rodovia Geraldo Scavone”. Mas uma

vez é citada a problemática da rodovia. Outra questão também levantada pelos municípios é a de **lazer**. “A falta de área de lazer no bairro, tanto aqui na Califórnia quanto na Villa Branca. O Vila Branca ainda tem mais estrutura, mas se for ver praça comum mesmo, só tem uma. E essa praça comum, por não ter praças em volta, ela acaba recebendo a população de todas as comunidades que circulam no bairro”. Na oficina foi apontado como potencialidade as áreas Verdes (Villas Branca), e espaço disponível para a construção de uma praça esportiva (Potencial esportivo, com área para UBS, área para centro comunitário, espaço cultural). E ainda explorar a área do estádio do JAC e região da Univap, Incentivo a programas de recreação e esporte nas áreas comuns da região, bem como o bairro apresenta um Potencial para feira artesanal e Facilidade de acesso a Dutra.

Gráfico 21: Oficina EMEF Décio Moreira - Jardim Dora



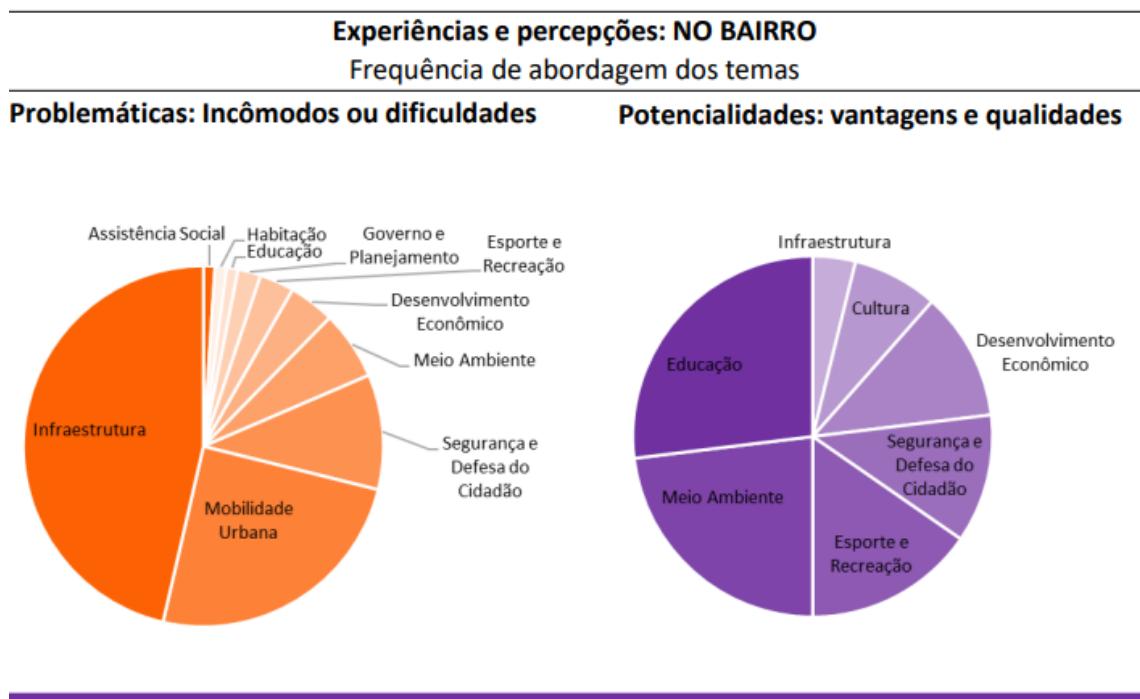
Fonte: Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

22) Oficina IFSP/Jacareí

Na oficina realizada no IFSP/Jacareí, as fragilidades apontadas na foram: a questão do **lazer**, pois falta uma praça no Bandeira Branca e no bairro Nova Jacareí, há a necessidade de melhorar a iluminação da Praça do Parque Paulistano. Falta de cuidado com as vielas, a falta de iluminação da Pereira Campos. No Nova Aliança e Novo Amanhecer os horários de ônibus são escassos. Na questão **mobilidade** observa-se que é necessário o alargamento na Rua Arthur Bernardes. Jd. América: o cruzamento é próximo ao Senai é perigoso, é necessário ainda melhorar o acesso aos bairros, manutenção da estrada do Porto Velho e a pavimentação da Estrada de terra nos bairros Alto de Santana e CECA. Ainda foi citado a questão **do saneamento básico**, considerando o forte odor no Bairro (Fibria) - Jardim Jacinto e a falta de bueiros na Avenida Santa Helena. A questão da segurança pública também foi apontada considerando a Criminalidade no Jardim 22 de Abril.

As potencialidades apontadas na oficina são as boas escolas, o próprio Instituto Federal e o SENAI, bem como próximo ao Parque dos Príncipes observa-se um potente comércio e praça bem iluminada. A arborização da região também é citada como um ponto positivo que poderia ser melhor aproveitado, para o lazer, por exemplo.

Gráfico 22: Oficina Instituto Federal SP - Jardim América



Fonte: Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

23) Oficina EMEF Beatriz Junqueira

A oficina foi realizada no dia 01/04/2022 - EMEF Beatriz Junqueira (14) e buscou englobar a participação dos munícipes dos bairros Parque Meia Lua, Jardim Conquista, Bairro do Poço, Lagoa Azul contou com a presença de 20 pessoas que apresentaram as dimensões das problemáticas e potencialidades do bairro e da cidade. Dentre as questões apresentadas a discussão da **irregularidade fundiária** teve destaque aparecendo como problemática e, segundo as falas dos moradores, pode ser solucionada com a regulamentação/implementação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social). Muitas das problemáticas apontadas são derivadas desta condição: a **deficiência de iluminação pública** em determinadas áreas; ausência de **saneamento** e limpeza; necessidade de manutenção de alguns acessos como é o caso da estrada do Poço e manutenção dos **espaços de uso público** como quadras e ciclovias. O tema

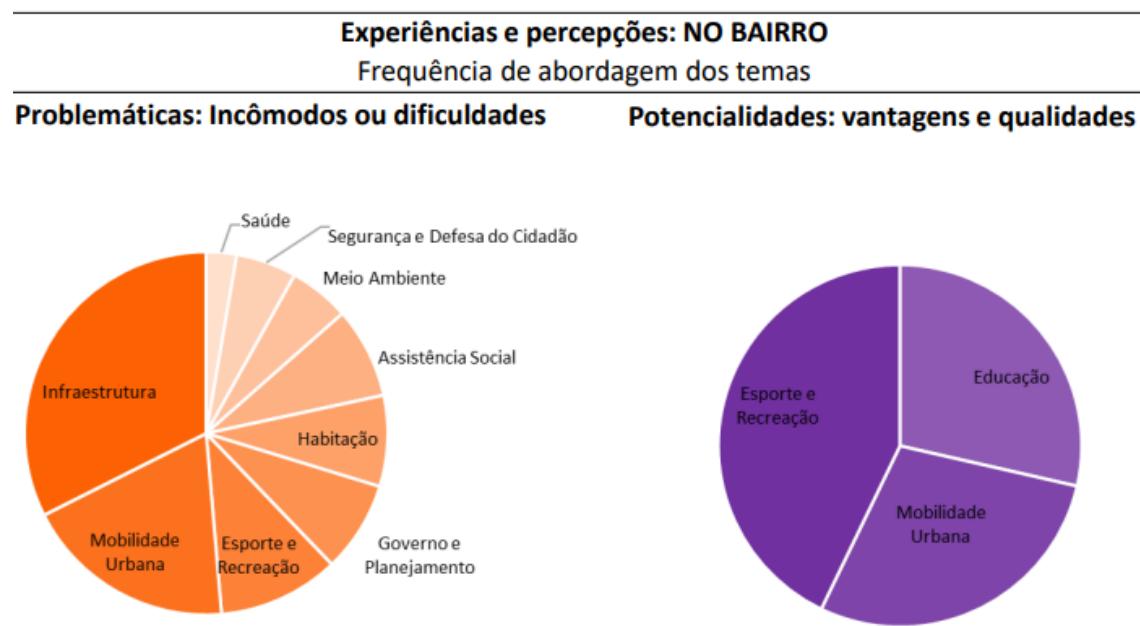
mobilidade urbana apareceu em algumas falas com destaque para a questão da existências de poucas linhas de ônibus que cobrem o bairro, principalmente nos finais de semana.

A questão da **exploração de areia** aparece com destaque e observou-se um conflito de percepções. Algumas falas que salientam a sua importância como atividade econômica: “Atenção a mineração como atividade econômica relevante, vamos parar com esse negócio de achar que mineração abarca, destrói! Maus empresários existem em todos os segmentos e é a minoria, a grande maioria quer trabalhar dentro da lei, quer gerar emprego, quer gerar renda, quer recolher impostos” . Outras participações colocaram os impactos ambientais e sociais ocasionados pela exploração e apresentaram como propostas a manutenção das áreas de várzeas previstas no Plano Diretor de 2003, bem como, ações que possam restringir e controlar a mineração de areia. Outro ponto que apareceu nas falas foi o controle da ampliação da ocupação urbana na região em relação a implementação de condomínios fechados. Levantaram a necessidade de ampliação de projetos e ações culturais. O tráfico de drogas e a falta de segurança foram temas apresentados e com indicativo de proposta a implementação de uma base integrada de segurança no bairro Meia Lua.

Como potencialidades os municíipes apontaram a existência do posto de saúde que funciona 24 horas, no entanto, levantaram a necessidade da ampliação e implementação de mais postos de saúde na região para atender à grande demanda dos bairros vizinhos. A existência do equipamento Educamais foi evidenciado como potencialidade e, como proposta, os moradores indicaram a necessidade de ampliarem os projetos e ações. A implementação da iluminação de Led em algumas áreas do bairro apareceu como potencialidade, assim como, possibilidade de ampliação para as demais áreas não atendidas. A existência de transporte para crianças se deslocarem para a escola entre os bairros Lagoa Azul 1 e Lagoa Azul 2 e o projeto da creche foram destaque como potencialidade. Para essa mesma região,

observa-se a participação de 27 municípios na Consulta Pública o destaque também é para a mobilidade e a infraestrutura de saneamento, como apontado acima.

Gráfico 23: EMEF Beatriz Junqueira da Silveira Santos - Parque meia Lua



Fonte: Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

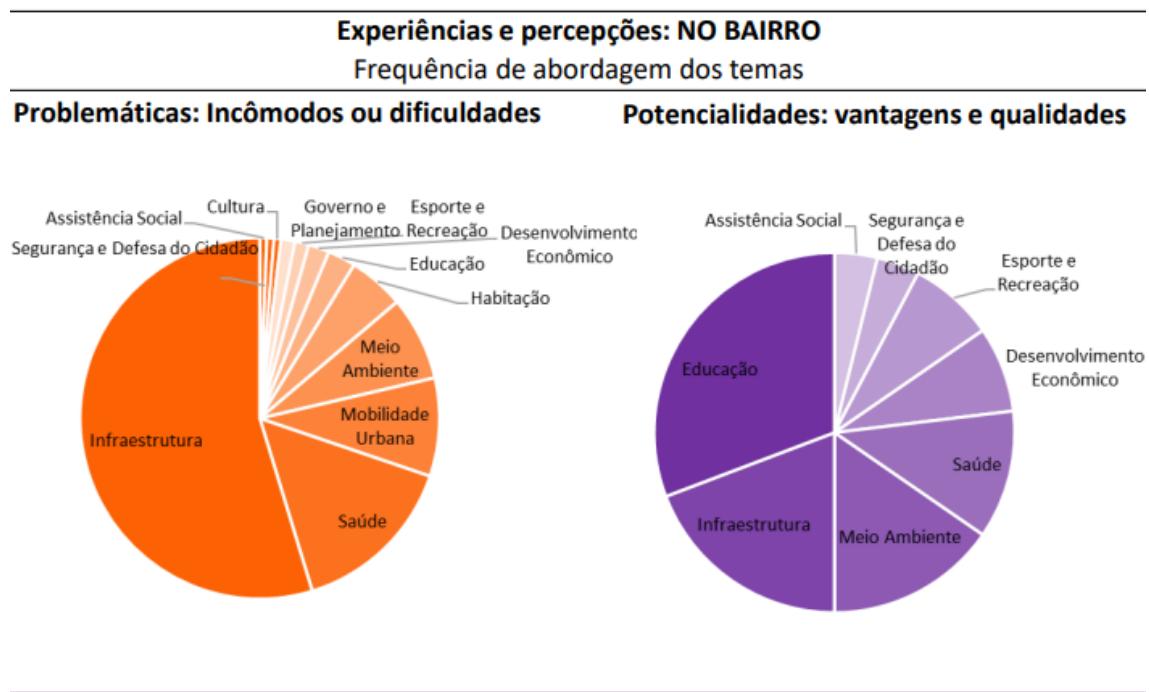
24) Oficina EMEIF Prof. Luiz Carlos Maiola Covre

A oficina foi realizada no dia 01/04/2022 na EMEIF Prof. Luiz Carlos Maiola Covre buscou englobar a participação dos municípios dos bairros Jardim Emília, Vila Ita, Jardim Terras de Conceição, Vila Machado e Jardim Flórida e contou com a presença de 20 pessoas que se dividiram em cinco grupos de trabalho. As problemáticas em **relação à infraestrutura** foram destaque das falas dos moradores que alertaram para as seguintes questões: necessidade de manutenção e pavimentação das ruas e avenidas; manutenção de praças no Jardim Emília e melhorar o saneamento básico em todos os bairros da região. Em relação aos serviços de saúde e educação, os municípios presentes alertaram sobre a necessidade de ampliar o número de médicos na UBS, bem como, sugeriram a implantação de escolas de ensino fundamental. A canalização e/ou limpeza do córrego Tanquinho foram

apresentadas como soluções para os problemas de alagamento e baixa drenagem existentes no bairro , pontualmente nos bairros Vila Ita e Jardim Emilia. A questão dos impactos causados pelo tráfico de drogas em relação a violência foi discutida por todos os grupos que indicaram com proposta a necessidade de ampliar o policiamento e a iluminação dos bairros. A pauta da **regularização fundiária** da Vila Ita I e Vila Ita II foi amplamente apresentada nas falas, assim como, a necessidade de ampliação do transporte público que, segundo os moradores, é deficitário pois possui poucas linhas e horários.

A existência de hortas comunitárias, de postos de saúde e de uma organização popular foram apresentadas como potencialidades da região. Algumas propostas foram aventadas no debate tais como: a possibilidade de uso das escolas pela comunidade durante horários sem aula; ampliação de linhas e horários de ônibus; implementação de áreas de lazer para fortalecer e potencializar ações já existentes na região como o caso dos times de futebol dos bairros e, por fim, a proposta de ampliar ações e projetos culturais e profissionalizantes.

Gráfico 24: EMEF Luiz Carlos Maiola Covre - Jardim Emília (20)



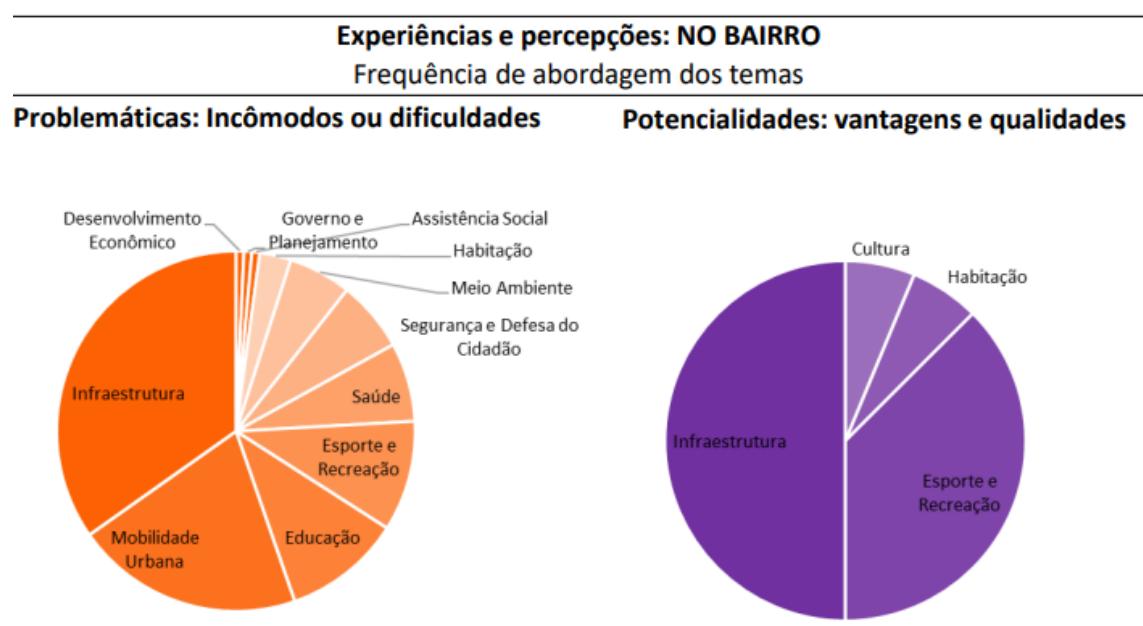
Fonte: Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

25) Oficina Capela Nossa Senhora das Graças

A oficina foi realizada no dia 02/04/2022 na Capela Nossa Senhora das Graças contou com trinta e quatro participantes que foram divididos em cinco grupos para debaterem sobre as problemáticas e potencialidades da região do Conjunto 22 de abril. A necessidade de **regularização fundiária** do bairro foi tema que percorreu a apresentação de todos os grupos que ainda alertaram de forma recorrente para algumas problemáticas como: a ausência de iluminação nas ruas e estradas; falta de asfalto na estrada Tonoli (acesso para o bairro); transporte público deficitário com ônibus sempre lotados devido a baixa quantidade de linhas e horários; ausência de coleta de lixo e iluminação na rua 23 de setembro e ausência de equipamentos de lazer e cultura. Apontaram ainda como proposta a implementação de ciclovias e academias ao livre, assim como, de uma EMEI e de postos de saúde. A creche aparece como um equipamento de destaque da região e segundo os moradores

precisam ampliar seu quadro de profissionais, assim como, seu espaço físico que necessitaria de reformas e adaptações. Como potencialidades os moradores elencaram o asfalto e a iluminação em algumas áreas do bairro, a reforma da praça e a organização comunitária.

Gráfico 25: Capela Nossa Senhora das Graças - Conjunto Residencial 22 de Abril



Fonte: Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

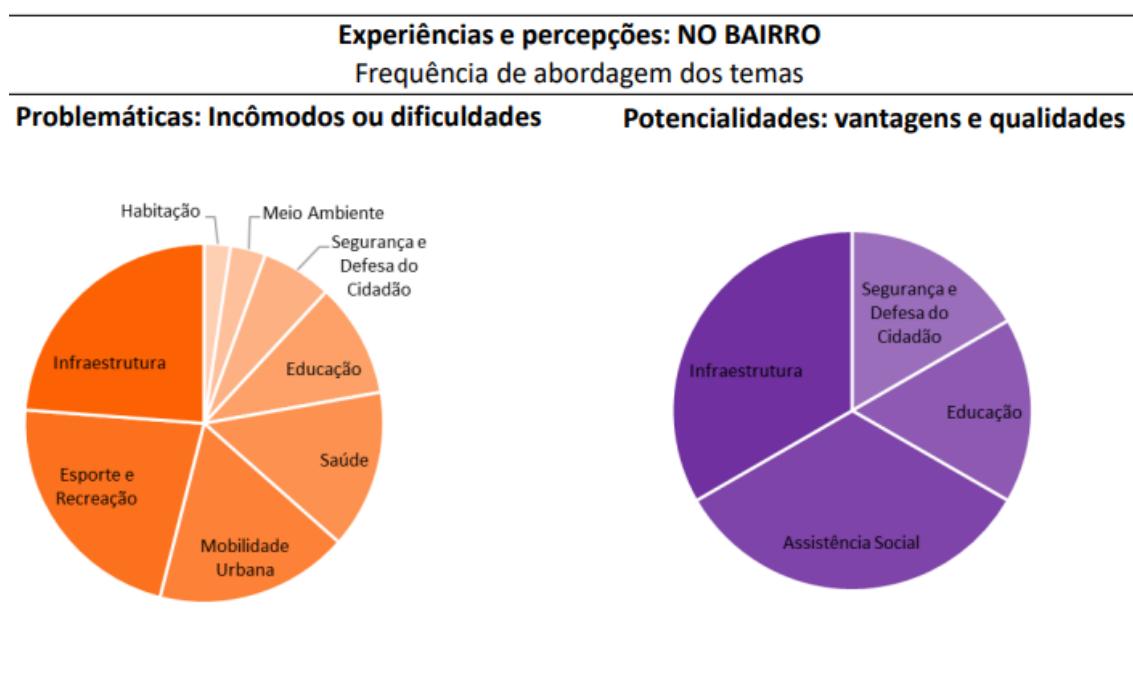
26) Oficina Alojamento da Associação Pagador Andrade

A oficina realizada no dia 02/04/2022 no Alojamento da Associação [Pagador Andrade] contou com a presença de 23 moradores que apresentaram suas impressões sobre a região e a cidade. As problemáticas versaram sobre o deficitário serviço de transporte público como poucas linhas e horários; a ausência de serviços de manutenção nas estradas e no paisagismo (poda de árvores); falta de policiamento e segurança; equipamentos de saúde que não atendem às demandas da

região; ausência de espaços de lazer e a necessidade de regularização fundiária.

Neste sentido, as propostas de demandas se concentraram na ampliação dos serviços e profissionais no equipamento de saúde e educação; implementação de creches e academia ao ar livre, bem como, equipamentos de lazer e cultura e projeto de hortas comunitárias. Como potencialidades da região, os moradores comentaram sobre a implementação das lâmpadas de Led em algumas áreas da região, o apoio da Ong Fênix, a regularização da região do Cepinho e a existência do EDUCAMAIS.

Gráfico 26: Oficina EMEI Pagador Andrade - Pagador Andrade



Fonte: Fonte: PMJ - Estudos da Leitura Comunitária. 2022.

4) SÍNTESE CRÍTICA A PARTIR DAS QUESTÕES EVIDENCIADAS PELA POPULAÇÃO COMPARADAS AOS CONTEÚDOS DO CADERNO TÉCNICO

Nesta seção organizou-se o material disponível nas **Oficinas de Leitura Comunitária** de maneira a confrontá-lo com os dados produzidos no **Caderno de**

Leitura Técnica. Esclarece-se que foi considerado na análise os pontos mais evidenciados pela população, pois o objetivo foi verificar por meio da opinião dos municípios uma ordem de prioridade para proposição da Revisão do Plano Diretor.

4.1 - Eixo 1: DINÂMICA POPULACIONAL, TERRITORIAL, SOCIOECONÔMICA E HISTÓRICO-CULTURAL

O Eixo 1 intitulado DINÂMICA POPULACIONAL, TERRITORIAL, SOCIOECONÔMICA E HISTÓRICO-CULTURAL segundo a proposta do Caderno de Leitura Técnica “visualiza-se uma relação direta entre a **dinâmica urbana**, estimuladas pela **dinâmicas socioeconômicas** do município que evidentemente impactam na **dinâmica populacional**” (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, p.18)¹. O Caderno de Leitura Técnica indica que as dimensões e os conteúdos que compõem o eixo estão em permanente e constante relação no fazer urbano, social e cultural da realidade do município. Vale destacar que no processo de Revisão do Plano Diretor os dados apresentados na leitura técnica devem ser contrapostos com os dados levantados na leitura comunitária, só assim será possível construir um diagnóstico municipal completo (ou seja a leitura crítica) capaz de orientar e conduzir a fase de elaboração de propostas.

Neste sentido, apresenta-se a seguinte síntese crítica sobre as questões relativas ao eixo 1 DINÂMICA POPULACIONAL, TERRITORIAL, SOCIOECONÔMICA E HISTÓRICO-CULTURAL presentes no debate da leitura comunitária. Assim, listam-se a seguir os principais pontos/elementos que apareceram na leitura comunitária que estão associados ao eixo 1 de forma direta e/ou indireta.

De maneira geral e, considerando a dimensão territorial, pode-se afirmar que **na maioria das Oficinas de Leitura Comunitária**, que aconteceram em áreas

¹ Para maior aprofundamento dos temas e dimensões presentes no Eixo 1 consultar o CADERNO DE LEITURA TÉCNICA Diagnóstico de Jacareí de 2.003 a 2.020.

periféricas com índices de vulnerabilidade social ou ainda em localidades com demandas sobre a regularização fundiária², algumas problemáticas estavam presentes tais como: **regularização fundiária e a política habitacional**, baixa infraestrutura de mobilidade urbana, transporte público deficitário, ausência de equipamentos e programas/projetos/políticas públicas de saúde, educação, cultura e incentivo ao emprego. Outra questão associada que apareceu nestas oficinas foi a discussão sobre a centralidade de equipamentos públicos e infra-estrutura no centro da cidade.

Portanto, sistematiza-se alguns elementos e problemáticas para a construção da síntese crítica sobre o eixo 1: - a regularização fundiária e dimensão da moradia digna; - ZEIS e políticas de moradia e os dados sobre vazios urbanos; - o entendimento dos instrumentos urbanísticos e o debate sobre a gestão urbana; - outros temas (- economia, desenvolvimento e emprego; - o centro da cidade: potencialidades e debates ; - cultura e as políticas culturais nos territórios)

4.1.1 A regularização fundiária e dimensão da moradia digna

Como observado na Leitura Comunitária, a dimensão da Regularização Fundiária apareceu no debate de boa parte das oficinas e que coincidiram com áreas mapeadas e descritas no Caderno Técnico sobre a política de regularização, pontualmente, ao programa de REURBs.³ No entanto, a Leitura Comunitária apontou para os elementos associados ao debate do conceito de **moradia digna** ao indicarem a ausência de Equipamentos sociais, Infraestrutura e Políticas sociais.

O Direito à Moradia Digna não se realiza de forma autônoma, eis que resta comprometido com as exigências do Direito à Cidade Equilibrada e Sustentável. O Direito à Moradia é uma função do Direito à Cidade. O Direito à Cidade Equilibrada e Sustentável, nesse sentido, é o direito à convivência em

² Informações presentes no item “Síntese temática das oficinas de Leitura Comunitária - questões específicas (por oficina). “ deste documento .

³ Ver Caderno da Leitura Técnica item tal, “*Núcleos informais em Jacareí*”, as áreas estão apresentadas no “*Mapa 27 - Núcleos informais de REURB-S, de responsabilidade da Fundação Pró-Lar.*”

liberdade dentro de um espaço onde se desenvolvem diversas atividades, articuladas entre si: moradia, educação, saúde, transporte, trabalho e lazer. Cada uma destas atividades é uma função e, portanto, devem ser realizadas tendo em vista as demais, a fim de tornar a cidade um espaço equilibrado e sustentável de bem estar, de modo a proporcionar qualidade de vida.(LOUREIRO, p..02,, 2018).

No Caderno de Leitura Técnica no item “Déficit habitacional e inadequação das moradias no município de Jacareí” (p. 101) a discussão sobre o direito à moradia digna está presente:

O direito à moradia digna - expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos (da qual o Brasil é signatário) e propagado na Constituição brasileira - diz respeito ao direito de viver com segurança, paz e dignidade. Segundo o Relatório da Missão Conjunta da Relatoria Nacional e da ONU (2005) são essenciais: a segurança jurídica da posse para evitar deslocamentos forçados; a **disponibilidade de infraestrutura** (água potável, energia, saneamento básico e tratamento de resíduos, transporte e iluminação públicos); custo acessível da moradia; condições físicas e de salubridade apropriadas; a inserção na cidade, com acesso às opções de emprego, transporte público, serviços de saúde, escolas, cultura e lazer; e a adequação aos padrões culturais de habitação das comunidades e grupos sociais. (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, p. 101, *grifo nosso*)

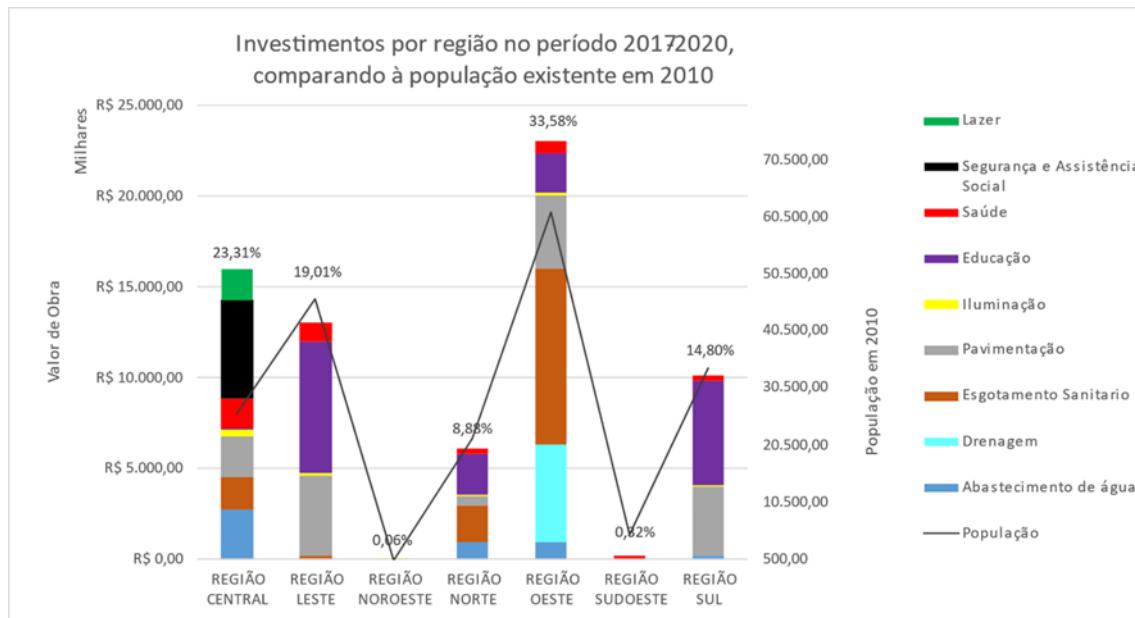
Neste sentido, para avaliar o cumprimento deste direito é importante realizar a **análise conjunta** entre os **dados dos investimentos públicos** (em infraestrutura, políticas sociais e moradia) com os **dados e elementos levantados na leitura técnica**. No entanto, na **Leitura Comunitária a discussão da regularização fundiária estava associada à ausência de outros serviços**. Conforme apresentado no tópico - **Síntese temática das oficinas de Leitura Comunitária - questões específicas (por oficina)** deste relatório o item infraestrutura (englobando a discussão sobre a qualidade dos equipamentos públicos de lazer, educação e saúde) e mobilidade urbana (com foco no deficiente sistema de transporte público) estão entre os mais citados e apresentados como problemáticas⁴.

Ao contrapor os dados sobre investimentos por região presentes no Caderno Técnico especializado no Gráfico 21 (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA- Gráfico 21 -

⁴ Para um maior aprofundamento em relação aos equipamentos e serviços públicos ver item síntese crítica do e Eixo 2: INFRAESTRUTURA - SERVIÇOS URBANO/RURAIS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Investimentos por região no período 2017-2020 separado por assunto e comparada à população existente em 2010.)⁵ e as demandas apresentadas nas leituras comunitárias pode-se comprovar que alguns investimentos ainda se concentram em áreas mais centrais e que algumas informações de investimentos em infraestrutura em outras regiões, como é o caso da região oeste, ainda que tenham aumentado continuaram presentes na Leitura Comunitária. Como pode-se observar nas oficinas da região oeste⁶, as problemáticas com maior destaque foram sobre infraestrutura e mobilidade urbana seguida sobre discussão da regularização fundiária.

Gráfico 27 - Investimentos por região no período 2017-2020 separado por assunto e comparado à população existente em 2010.



Fonte: PMJ. 2020

⁵ O Gráfico 21 apresenta a distribuição dos investimentos por região e assunto. Em cada barra se observa o montante investido em cada região, sendo que cada cor representa os valores investidos em cada assunto. A fim de verificar a proporcionalidade do que foi investido em relação à população, a linha preta que corta o gráfico representa a população de cada região.

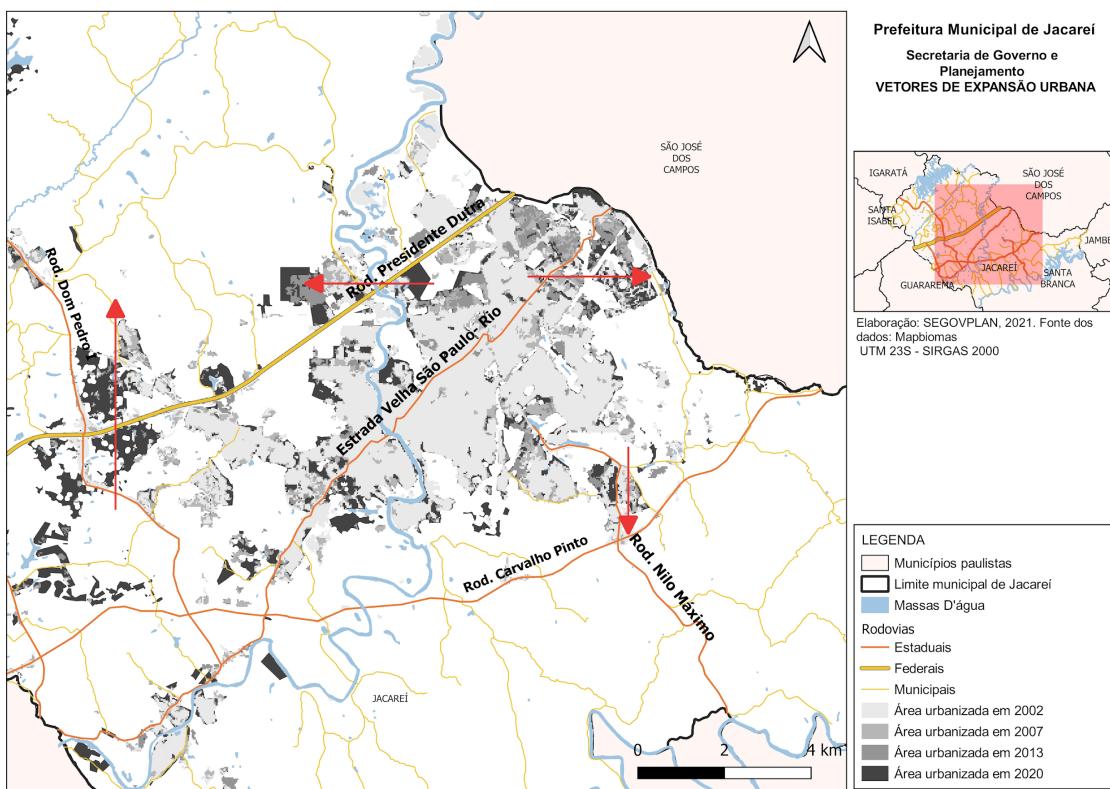
⁶ As oficinas que aconteceram nas seguintes escolas: EMEIF Tarcísio Francisco Barbosa; EMEIF Presbítero Mabito Shoji; EMEI Maria Regina Cachuté; EMEF Aluizio do Amaral Campos; EMEF Ricardina dos Santos Moraes; Instituto Federal SP; Educamais São João; EMEF Luiz Carlos Maiola Covre) : Para maior aprofundamento ver Informações presentes no tópico “Síntese temática das oficinas de Leitura Comunitária - questões específicas (por oficina) deste documento .

Sobre a questão dos investimentos na região central o Caderno de Leitura Técnica apresenta: “A única exceção é a região Central, que ao ser comparada com as demais regiões e população, teve investimentos numa proporção maior, especialmente no quesito de segurança, dado que houve a implantação do COI – Centro de Operações Integradas, equipamento este que auxiliará na segurança do município como um todo, com implantação de câmeras por toda a cidade.” (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, p. 40)

Estes dados estiveram presente nas observações dos municípios durante as oficinas ao citarem com alguma frequência **a centralidades dos investimentos**, pontualmente referentes a **equipamentos de lazer, saúde e cultura na região central**, e a **dificuldade de acessar tais recursos devido a precariedade dos serviços de transporte público**. As oficinas que aconteceram nas regiões centrais também validaram esta observação.

Outro elemento do Caderno da Leitura Técnica que pode ser contraposto e posteriormente analisado a partir das leituras comunitárias é o item: “Tendências de Crescimento: Vetores de Expansão”, neste item são indicados os vetores de desenvolvimento da cidade⁷ e segundo a análise do Caderno a partir dos seguintes entendimentos: “o crescimento da cidade tem acontecido do centro para periferia, expandindo seu perímetro urbanizado”. (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA. p. 79) e “A expansão da urbanização acompanha grandes vias de circulação e transporte, como as rodovias”. (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA p. 79). Mapa 1 – Vetores de Expansão Urbana

⁷ Vetor Leste: conurbação com São José dos Campos (ocupação residencial), principalmente em torno da Estrada Velha São Paulo-Rio (Rodovia Henrique Eroles);- Vetor Oeste: ao longo da Rodovia Presidente Dutra (ocupação industrial);- Vetor Norte: ao longo da Rodovia Dom Pedro I, especialmente nas áreas próximas à Rodovia Presidente Dutra; -Vetor Sul: ao longo da Rodovia Nilo Máximo. (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, p 79).



Fonte: PMJ

Contrapondo as informações sobre o **Vetor Leste** (conurbação com São José dos Campos (ocupação residencial), principalmente em torno da Estrada Velha São Paulo-Rio (Rodovia Henrique Eroles) presentes no Caderno da Leitura Técnica com elementos levantados na Leitura Comunitária realizada na região chama-se a atenção para seguinte questão: O que nomea-se de “Tendência ao crescimento e vetores de expansão” tem impactos distintos para bairros da mesma região. Em alguns bairros este processo está associado à implementação de infraestrutura, como é o caso do Vila Branca I e II e em outro bairro, como é o caso do Rio Comprido , a ausência das mesmas. Nas leituras comunitárias desta região apareceram estas contradições e a **discussão da precariedade socioespacial foi elemento central**.

Na seção terceira deste documento, encontra-se a seguinte citação

“Apresenta-se no relato dos moradores uma problemática relativa à mobilidade urbana, com destaque ao trânsito e a infraestrutura (saneamento básico e

pavimentação das ruas, com destaque a questão da drenagem das águas pluviais) e habitação popular/regularização fundiária. Verifica-se que diversas questões de infra estruturas se relacionam com a questão da irregularidade fundiária vivenciada na área.”

Neste sentido, avalia-se que estas **análises de vetores e indicadores de crescimento** devem ser **contrapostas** aos **dados observados na Leitura Comunitária** que revelam as experiências e as problemáticas, bem como, aos dados socioeconômicos de renda por região. Segundo os dados apresentados no Caderno de Leitura Técnica pode-se observar que as áreas com menor renda coincidem com os locais da leitura comunitária que apresentaram demandas relacionadas à dimensão do direito à moradia digna.⁸

Outro dado presente no Caderno de Leitura Técnica relevante para compreender e validar a discussão da moradia digna foi o estudo realizado pela *Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)* que, dentre outros estudos sobre Déficit habitacional em Jacareí, apresentou o levantamento da ocorrência de inadequações em moradias por faixa de renda que indicam as deficiências **relacionadas à dimensão do direito à moradia digna** tais como: energia elétrica, serviço de saneamento básico, coleta de lixo, etc.

⁸ Ver Mapa *Mapa 12 - Porcentagem de domicílios com renda per capita inferior a ½ salário mínimo por UP*. Caderno da Leitura Técnica p.66

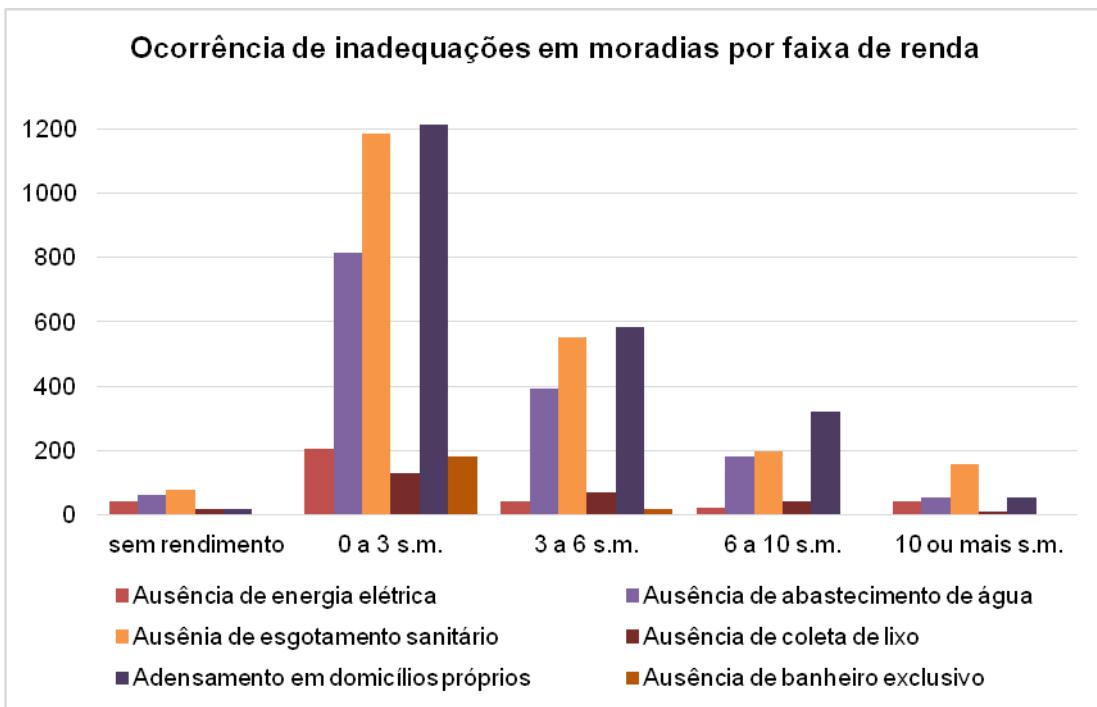


Gráfico 10 - Inadequações em moradias por faixa de renda

Fonte - Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)
(CADERNO DA LEITURA TÉCNICA)

4.1.2 A Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), as políticas de moradia e os dados sobre vazios urbanos

O Caderno Leitura Técnica apresenta no item Habitação (p. 85-p.113) os elementos da Política Habitacional da cidade de Jacareí apresentado as discussões: “Nesta seção os marcos legais relacionados à habitação em Jacareí serão expostos, a partir do Plano Diretor de Ordenamento Territorial de 2003 – que indica as Zonas Especiais de Interesse Social - até a Política Municipal de Habitação, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), os programas habitacionais existentes no município, bem como a questão das irregularidades fundiárias e o diagnóstico do déficit e inadequações habitacionais” (p. 90)

Ao contrapor estas informações com as demandas apresentadas nas leituras comunitárias avalia-se duas dimensões da política de habitação da cidade que nos

leva a debater sobre a importância da demarcação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) para garantia do direito à **moradia digna**.

A primeira é a existência da definição de três tipos de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), conforme definido no Art. 95 do Plano Diretor de 2003 que, no entanto, não tem a descrição do perímetro, somente uma indicação pontual em mapa⁹.

A segunda é a descrição com dados e informações sobre as políticas de habitação que ocorreram na cidade, nos âmbitos municipais, estaduais e federais, de 2003 até o presente momento.¹⁰ Ao analisar tais informações observa-se uma política de habitação que realizou, a implantação de conjuntos habitacionais, alguns processos de regularização fundiária (outros em andamento), alguns programas para a melhoria das condições de habitação¹¹. Mais recentemente pelo decreto 03/2021 foram criadas, em um contexto de diálogo com o movimento por moradia de Jacareí e a ocupação “Quilombo Coração Valente”, três Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) com polígonos definidos.

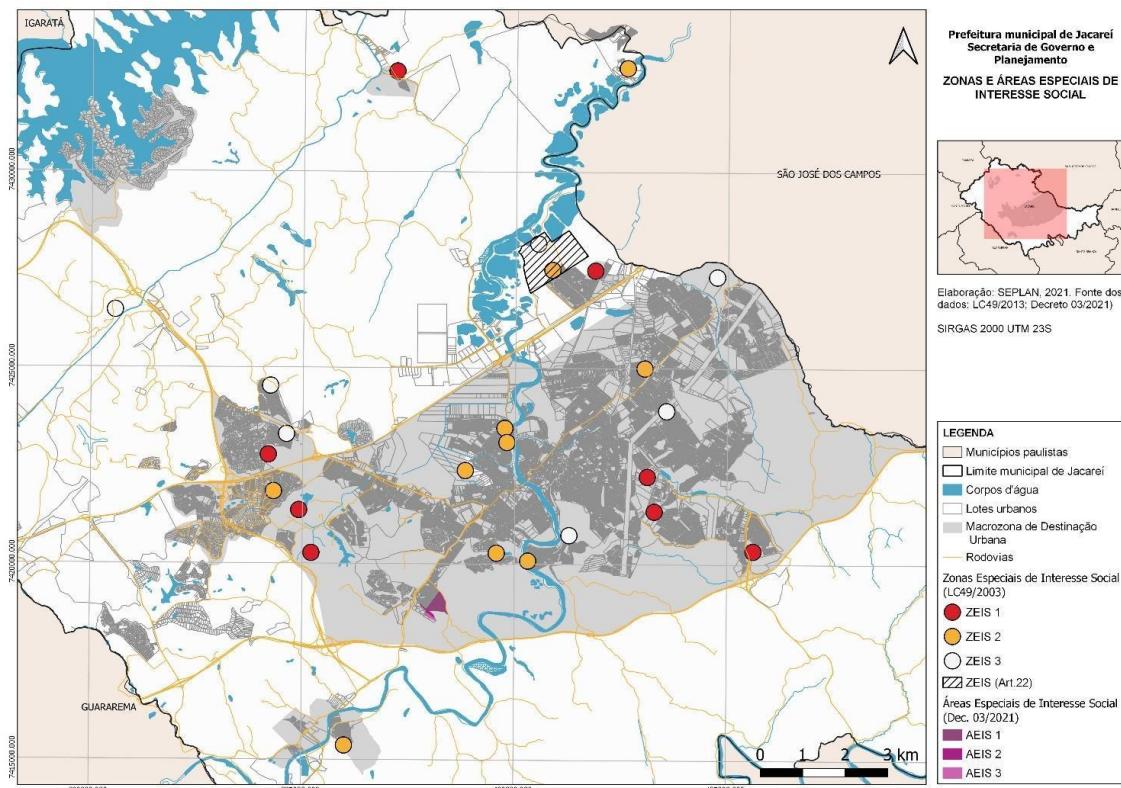
Estas informações podem ser visualizadas no mapa (2) de Zonas e Áreas Especiais de Interesse Social.

⁹ Existe apenas uma ZEIS com polígono descrito no Art. 22 da LC 49/2003.

¹⁰ Ver item sobre Habitação do CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, (p. 85-113).

¹¹ Idem

Mapa 2 - Zonas e Áreas Especiais de Interesse Social



Fonte: CADERNO DA LEITURA TÉCNICA. 2020.

Partindo do entendimento que as ZEIS são “As Zonas Especiais de Interesse Social são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social – HIS” [Zona Especial de Interesse Social – ZEIS](#). Compreende-se a **importância da sua regulamentação e demarcação** para garantir uma política habitacional consolidada e que respeite as dimensões do direito à moradia digna. Vale salientar que tal instrumento urbanístico - **ZEIS** - ao regulamentar, por meio de demarcação e definição dos parâmetros urbanísticos aplicáveis para cada caso, **pode garantir que a política habitacional**

não fique à mercê de programas de habitação e de regularização fundiária que surgem deslocados do entendimento do ordenamento urbano da cidade.

Sendo assim, com a regulamentação das ZEIS **garante-se a regularização de áreas irregulares já consolidadas**, assim como, **define possíveis reservas de terras para implementação de Habitações de Interesse Social.**

As informações sobre a temática (**regularização fundiária**) presentes nas Leitura comunitárias coincidiram com as áreas e os dados apresentados no **Mapa 27** do Caderno da Leitura Técnica que apresenta os Núcleos informais de REURB-S, de responsabilidade da Fundação Pró-Lar (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, p. 98) e **Mapa 28** - Núcleos urbanos informais implantados até dezembro de 2016 monitorados pela Secretaria de Planejamento. do Caderno Técnico. (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, p.98). No entanto, nas leituras comunitárias a discussão da regularização fundiária se apresentou associada à ausência de equipamentos, serviços e políticas sociais.

Verifica-se que é necessário um **estudo mais específico sobre a dimensão da regularização fundiária que englobe o debate sobre moradia digna e a demarcação e regulamentação das ZEIS**. Como reflexão da análise crítica entende-se, por conseguinte, a necessidade de atualização da legislação das ZEIS (presentes no Plano Diretor de 2003) no processo da Revisão do Plano Diretor, bem como, **reavaliar a lei de uso, ocupação e urbanização do solo vigente - Lei 5867/2014**. pontualmente em relação ao Parágrafo 1º do artigo 95, e reforçado no Art. 61 que, segundo as informações presentes no Caderno Técnico: “Também não há definição dos parâmetros urbanísticos aplicáveis para cada caso, pois estes devem ser apresentados quando da elaboração de projetos habitacionais” (Caderno da Leitura Técnica)

E por fim, orienta-se que os mapas e análises sobre os Vazios Urbanos presentes no Caderno da Leitura Técnica (p. 81 a p.84) **sirvam de base de dados no processo de Revisão das ZEIS.**

4.1.3 Os instrumentos urbanísticos e o debate sobre a gestão urbana

Nas Leitura Comunitárias o entendimento dos instrumentos urbanísticos e o debate sobre a gestão urbana apareceram com maior clareza nas discussões sobre as problemáticas na escala da cidade assim sistematizadas:

Quadro 1-Síntese das problemáticas sobre instrumentos urbanísticos e o debate sobre a gestão urbana presentes nas oficinas de leitura comunitária referente a escala da cidade

Controle da expansão urbana e Controle da ampliação da área urbana (Condomínio),
Criação de um grupo de fiscalização sobre o que foi realizado no plano diretor 2003, Implantação do IPTU progressivo,
Gestão participativo e democrática dos parques e Educamais
Implementação do IPTU progressivo,
Controle social de ampliação da área urbana da cidade (Não à cidade-condomínio Arboville).
IPTU progressivo nos imóveis do centro, favorecendo moradias populares ZEIS
Rever zoneamento (indústrias em áreas residenciais)
Dar transparência no uso das multas da cidade
Controle social da tarifa de ônibus
Controle de crescimento urbano
Ordenamento territorial e incentivar o uso de vazios urbanos. Utilizar o IPTU progressivo(regulamentar)
Incentivar as potencialidades da área rural.

Elaborado a partir dos dados coletados nas leituras comunitárias (Ver Caderno de Dados da Leitura Comunitária).

Em relação a este tema o Caderno de Leitura Técnica apresenta o item “Instrumentos de Política Pública” (p. 35) que discorre sobre as situação atual em que

se encontram os instrumentos da Política Pública que regulam o ordenamento territorial, a saber: 1. Parcelamento, Edificação ou Utilização compulsória; 2. IPTU Progressivo no Tempo; 3. Desapropriação com Pagamentos em Títulos; 4. Direito de Preempção; 5. Outorga Onerosa do Direito de Construir; 6. Operações Urbanas Consorciadas; 7. Consórcio Imobiliário; 8. Transferência do Potencial Construtivo; 9. Estudo de Impacto de Vizinhança..

Ao contrapor tais dados do Caderno da Leitura Técnica como as demandas e discussões presentes nas leituras comunitárias sobre os instrumentos (sintetizadas no quadro acima) evidencia-se a necessidade de **realização de um debate mais aprofundado sobre o papel de cada um dos instrumentos** no âmbito das **oficinas de apresentação da leitura crítica** para a **elaboração de propostas** que atendam as reais demandas de um ordenamento territorial justo e democrático. Ainda vale levar para o debate, no âmbito da **Participação Popular**, a importância de regulamentação dos instrumentos urbanísticos com o objetivo de **garantir a implementação e a definição de recursos e políticas setoriais**. O Quadro 2 (Também presente no CADERNO DA LEITURA TÉCNICA) apresenta a situação atual dos Instrumentos da Política Urbana:

Quadro 2 - Comparativo entre os Instrumentos de Política Pública Urbana

DENOMINAÇÃO	DEMANDA	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Parcelamento, Edificação ou Utilização compulsória	Regulamentação	Não	Não regulamentada e não aplicada no município.
IPTU Progressivo no Tempo	Regulamentação	Não	Não regulamentada. Sua aplicação depende da aplicação do instrumento de parcelamento e ocupação compulsório.

Desapropriação com Pagamento em Títulos	Regulamentação	Não	Deve ser aplicado após a aplicação do IPTU progressivo no tempo
Direito de Preempção	Regulamentação	Não	Não há lei específica
Outorga Onerosa do Direito de Construir	Não	Sim	Lei nº 4.850/2005
Operações Urbanas Consorciadas	Regulamentação	Não	Não há lei específica
Consórcio Imobiliário	Regulamentação	Não	Não há lei específica
Transferência do Potencial Construtivo	Regulamentação	Não	O PDOT estabelece sua aplicação a imóveis de interesse Arquitetônico do Município
Estudo de Impacto de Vizinhança	Revisão	Sim	Não regulamentada. Aplicada através da Lei de Uso, Ocupação e Urbanização do Solo.

Fonte: Secretaria de Planejamento. (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA).

Ao avaliar o quadro 2 que sintetiza as informações presentes no Caderno Técnico observa-se que o único instrumento regulamentado pela Lei nº 4.850/2005 é a Outorga Onerosa do Direito de Construir. O Caderno da Leitura Técnica apresenta informações sobre a mesma:

Outorga Onerosa do Direito de Construir: instrumento através do qual o particular compensa o município pela construção em área superior àquela permitida pelo Coeficiente de Aproveitamento Básico estabelecido para a Zona de Adensamento considerada, incluindo as hipóteses de ampliação de área construída. As condições de aplicação desse instrumento constam na Lei Municipal nº 4.850/2005, onde são estabelecidas a forma de cálculo para cobrança e como deverão ser aplicados os recursos provenientes. Somente poderão ser utilizados para regularização fundiária, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, constituição de reserva fundiária, ordenamento e direcionamento da expansão urbana, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental, proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico. Este instrumento tem sido aplicado efetivamente desde a sua implantação, outorgando aproximadamente 180.000m² (cento e oitenta mil metros quadrados) de área construída e convertendo em projetos de urbanização, estudos técnicos terceirizados e revitalizações urbanas. Os valores arrecadados por meio da Outorga Onerosa do Direito de Construir são aplicados no Fundo Municipal de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, e utilizados após

consulta ao Conselho Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CMHDU), aprovado pelo Decreto nº 371/2006. (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, 2021).

Do exposto, sobre o instrumento “**Outorga Onerosa do Direito de Construir**”, indica-se a elaboração de um levantamento sobre os usos e aplicações dos recursos provenientes.

4.1.4 Outros temas (- economia, desenvolvimento e emprego; - o centro da cidade: potencialidades e debates ; - cultura e as políticas culturais nos territórios)

Este subitem sistematiza outros temas presentes nas leitura comunitárias e que tangenciam de alguma forma os elementos presentes na discussão do eixo 1. A discussão sobre **economia, desenvolvimento e emprego** esteve presente no debate e apresentada enquanto problemáticas e/ou propostas na escala da cidade que versaram sobre: Aumento dos investimentos em geração de emprego; Falta de concurso público; Melhoria das condições trabalhistas; Valorização dos servidores públicos do SAEE; Criação do centro de referência dos trabalhadores; Melhorar a geração de renda; - Estimular a economia solidária, Estimular o comércio local para pequenos produtores; Comércio - incentivos fiscais; Geração de empregos; Cursos profissionalizantes; Mais horta urbana; Valorizar e apoiar o turismo rural, com circuitos, entre outros.¹²

A discussão do **centro da cidade: potencialidades e debates** também compuseram as discussões das leituras comunitárias, não apenas nas oficinas realizadas na região Central, como também em oficinas realizadas nas outras áreas da cidade.¹³ Do exposto, vale destacar os problemas característicos de centros

¹² Para análise de todas as problemáticas e potencialidades/propostas ver Caderno da Leitura Comunitária- Quadro de Problemáticas e Potencialidades da escala da cidade. Ou ainda no item **SÍNTESE TEMÁTICA DAS OFICINAS DE LEITURA COMUNITÁRIA - QUESTÕES GERAIS DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ** deste documento.

¹³Para um entendimento territorial ver mapa: <http://geosegovplan.jacarei.sp.gov.br/geojacarei/planodiretor2022/index.html> ao clicar no local da Leitura aparece uma caixa de diálogo, nela tem o link "VER RELATÓRIO"). Vale salientar que as informações sobre todas as oficinas também estão sistematizadas neste documento em

urbanos como a questão mobilidade urbana e circulação, a concentração de equipamentos públicos de cultura e lazer, a relação da ocupação das várzeas do Rio Paraíba, entre outros. Contrapondo aos dados apresentados no Caderno Técnico no item **“Distribuição das atividades econômicas no território”** (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, p.127- 129) um dos dados interessantes para uma leitura no âmbito da elaboração de propostas para Revisão do Plano Diretor é sobre o “Plano Integrado de Valorização do Centro” estabelecidas no artigo 93 do Plano Diretor de 2003. O Quadro 15 (da CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, p. 129) apresenta a relação de diretrizes para o Plano Integrado de Valorização do Centro estabelecidas no artigo 93 do Plano Diretor de 2003. e indica que “Apesar do plano não ter sido desenvolvido, 03 das 13 diretrizes foram executadas e há projetos desenvolvidos ainda não executados para 04 diretrizes” (p. 128)

forma de síntese, bem como, na sua forma bruta no Caderno de Leitura Comunitária.

#	Diretriz	Status
1	Plano Viário Funcional Básico	não elaborado
2	Projeto de Requalificação do Parque dos Eucaliptos	projeto executado
3	Projeto de Requalificação do Eixo Beira Rio	projeto desenvolvido ainda não executado
4	Projeto de Requalificação da Praça dos Três Poderes	projeto desenvolvido ainda não executado
5	Projeto de Requalificação da Praça Conde Frontin	projeto desenvolvido ainda não executado
6	Projeto de Requalificação do Pátio dos Trilhos e área contígua	projeto desenvolvido ainda não executado
7	Atenuação do conflito entre veículos e pedestres	não realizado
8	Padronização dos elementos de comunicação visual, de distribuição de energia elétrica e mobiliário urbano	não realizado
9	Desativação da Estação Rodoviária Presidente Kennedy com a transferência do terminal para a área nas proximidades da Rodovia Presidente Dutra	realizado
10	Adequação dos serviços públicos de modo que as interferências nas atividades de comércio e serviços geradas pelas obras não sejam impactantes, sem prejuízo da economicidade	não realizado
11	Requalificação do prédio da Visetti, tornando-o um equipamento cultural	realizado (atual Sec. de Educação)
12	Requalificação do Cine Rosário, tornando-o um equipamento cultural	não realizado
13	Requalificação da Fábrica de Tapetes Santa Helena, tornando-a um equipamento cultural	não realizado

Quadro 15 - Diretrizes para o Plano Integrado de Valorização do Centro

Fonte: Lei Complementar nº 49/2003 - Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Elaboração: Secretaria de Planejamento. (CADERNO LEITURA TÉCNICA)

Avaliando estas informações e contrapondo às informações da leitura comunitária vale promover a constituição de um **espaço de discussão mais amplo de participação popular** para além dos já consolidados.

Sobre o tema da **cultura e as políticas culturais nos territórios** observou-se nas discussões das leituras comunitárias uma valorização de alguns projetos e equipamentos municipais como o EDUCAMAIS e o Parque da Cidade e a reflexão que tais equipamentos deveriam acontecer em mais áreas da cidade. Outro fator de destaque nas oficinas foi a evidência de **projetos e ações culturais** que têm acontecido nos **territórios por iniciativa comunitária e sem recursos municipais**,

ou ainda outros com incentivo da política municipal. Vale destacar, que no Caderno Técnico não estão apresentadas e nem espacializadas as políticas culturais. Na discussão sobre as **potencialidades/propostas** sobre cultura para a cidade alguns temas **alertaram para a importância da cultura com elemento da política socioespacial** assim expostos: Fundação Cultural é boa, porém poderia ter mais oficinas; Atividades de cultura e lazer; Centros culturais; Estímulo a economia solidária; Explorar os espaços históricos e centros culturais; Incentivo ao teatro popular e cultura de rua nos bairros; Museu de antropologia e cultura; Cultura produzida pelo público jovem; Eventos, festivais gastronômicos; Eventos culturais e musicais na Sala Mário Lago; Patrimônio cultural e folclore; Potencial de Jacareí para atividade artísticas e culturais; Feira de artesão aos domingos para incentivar a economia circular; Restauração dos casarões histórico e incentivo a cidade histórica; Aproveitar melhor os prédios públicos com bibliotecas e museus; Ampliar parcerias com a Instituto Federal e Fatec; Atividades culturais realizada pela fundação cultura; Município deveria incentivar mais na cultura - Organizar novos festivais como: festival do pastel, bolinho caipira ; Os programas culturais Comércio popular no centro ; As feiras de artesanato ; Turismo cultural e histórico da Cidade; Investimento na oferta de oficinas culturais para crianças e jovens.

Do exposto, aponta-se que um **estudo/mapeamento** que correlacione **as ações e políticas das áreas de cultura, educação, saúde e esporte** pode auxiliar num levantamento mais aproximado capaz de avaliar o alcance e os desafios de tais ações nos territórios.

4.2 Eixo 2: INFRAESTRUTURA - SERVIÇOS URBANO/RURAIS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Observa-se que os temas do Eixo 2, do Caderno de Leitura Técnica, que se intitula: **INFRAESTRUTURA - SERVIÇOS URBANO/RURAIS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS**, apresentam questões relativas à mobilidade e acessibilidade, os

bens de consumo coletivos (Água, esgoto, eletricidade, limpeza pública), bem como relacionada diretamente aos usos dos equipamentos comunitários divididos em diferentes categorias, são elas: Educação, Saúde, Esporte Lazer, Cultura, Educação e Assistência Social, esse são temas citados de maneira exaustiva em todas as oficinas da Leitura Comunitária.

Segundo o Caderno da Leitura Técnica "É no Plano Diretor de Ordenamento Territorial que é **definida a política de distribuição de equipamentos públicos**. Sua localização exerce papel fundamental na democratização do acesso a toda a população. A implantação de espaços públicos comunitários apresenta fundamental importância para o planejamento urbano socialmente justo, que busca a redução de desigualdades sociais" (p. 140), portanto, lista-se abaixo algumas articulações entre a Leitura Técnica e Comunitária, considerando, fundamentalmente, **as problemáticas** apontadas pelos municíipes de uma maneira geral que devem orientar a construção de proposta para a Revisão do Plano Diretor.

O Caderno de Leitura Técnica, indica "A distribuição dos equipamentos comunitários deveria considerar as realidades e demandas avaliadas como prioritárias para cada **Unidade de Planejamento**, pois foram criadas para melhorar o controle e monitoramento da população e assim facilitar as ações, programas e políticas públicas, além de avaliar novas demandas por equipamentos. Entretanto, cada setor de atuação (Saúde, Educação, Assistência Social, Esportes) **possui suas próprias metodologias para alocar os equipamentos comunitários**, sendo necessário compatibilizar as metodologias existentes para que levem em consideração a categorização do município em UPs". A incidência de equipamentos públicos também se relaciona diretamente com a população.

Em 2017 a Secretaria de Assistência Social realizou um diagnóstico socioassistencial que apresenta, entre outras informações, a distribuição da população por faixa etária de 0 a 19 anos em cinco regiões do município (norte, sul, centro, leste

e oeste). Os dados utilizados pela secretaria consistem na projeção populacional da Fundação SEADE para 2016 (221.650 habitantes) e dados existentes na Secretaria de Saúde de Jacareí.

Quadro 3 - Faixa etária populacional de 0 a 19 anos por região de Jacareí

	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	Total da região	% da região em relação ao total da população de 0 a 19 anos
Região Norte	971	901	929	1.068	3.869	6,25%
Região Sul	1.551	1.440	1.484	1.706	6.181	10%
Região Central	6.137	5.698	5.874	6.751	24.460	39,54%
Região Leste	1.996	1.854	1.911	2.196	7.957	12,86%
Região Oeste	4.862	4.515	4.653	5.359	19.389	31,35%
Total faixa etária:	15.517	14.408	14.851	17.080	61.856	100%

Fonte: Secretaria de Assistência Social (2017) Elaboração: Secretaria de Planejamento.

Quadro 4 - Comparativo das Unidades de Planejamento de Jacareí entre 2003 e 2013

Unidades de Planejamento	Área (km ²)	Nº de habitantes	Densidade demográfica (hab/km ²)
Central	4,21	25.919	6.156,53
Norte	43,89	22.029	501,91
Sul	16,86	34.060	2.020,17
Leste	23,42	46.019	1.964,94
Oeste	48,92	61.350	1.254,09
Sudoeste	1,93	4.797	2.485,49
Total	139,23	194.174	1.394,63

Fonte PMJ. 2013.

Ainda que os dados estejam desatualizados, sabe-se que para cidades como Jacareí a tendência é o crescimento, verifica-se nas Oficinas de Leitura Comunitária que há uma pressão, em 2022, por mais equipamentos e também pela manutenção dos Equipamentos Comunitários já existentes. Cita-se a necessidade de verificação da

disponibilidade de áreas públicas para a instalação de novos equipamentos, considerando a própria dinâmica do crescimento da população e envelhecimento da população.

No que se refere à **Educação** e seus Equipamentos, sabe-se, a partir do Caderno de Leitura Técnica que "Para implantação de cada unidade escolar, é levada em conta a demanda do bairro e região, conforme previsto no art. 4º, item X, da Lei Federal nº 9.394/1996, o qual prevê: "vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próximo de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade." No ano de 2020, de acordo com informações da Secretaria de Educação, as creches municipais e conveniadas atendem 4.521 crianças e há vagas disponíveis, porém, algumas destas vagas não atendem às preferências dos pais, o que gera uma demanda reprimida. Pré-escola e ensino fundamental têm 100% de sua demanda atendida, com um total de 5.010 e 12.847 alunos, respectivamente. A EJA atende 355 alunos, o que representa 100% da demanda atual, e há vagas disponíveis para atender mais alunos. (p.143 - grifos nossos).

Um ponto a ser observado é o porquê das causas do "não atendimento das preferências dos pais". Dos problemas levantados são destacados pela comunidade: "Falta professores para crianças com deficiência"; " Inclusão para pessoas portadoras de deficiência", "Falta de estrutura no ambiente escolar", " Mais EMEF's integrais e EMEI's com horários que atendam aos pais".

As citações são mais frequentes em relação à manutenção dos espaços escolares do que a necessidade de outros equipamentos, o que deve ser observado a partir dos dados, como citado acima. No entanto, segundo o Caderno da Leitura Técnica ainda "Observa-se que os equipamentos de Educação estão distribuídos de forma homogênea pela cidade, considerando creches, escolas de educação infantil,

ensino fundamental e médio – esses mais concentrados nas áreas mais centrais ``(p. 144)

Tal como, apontados em ambas as Leituras Técnicas e Comunitárias as áreas mais carentes de atendimento de equipamentos de **educação se concentram nos bairros como Santo Antônio da Boa Vista, Veraneio Ijal, Veraneio Irajá, Jardim Colônia, Nova Jacareí, Jardim Pedramar**. Além desses, há outros locais em contexto de núcleos urbanos praticamente isolados, como é o caso do distrito de **São Silvestre, Chácaras Guararema, Conjunto 22 de abril (informal) e Recanto dos Pássaros**. Nestes casos evidenciam a necessidade de transporte escolar, por serem áreas rurais.

No que se refere ao **tema Lazer - Áreas Verdes**, observa-se inúmeras citações do municípios e sabe-se que “O Plano Diretor de 2003 (Lei Complementar nº 49), define em seu artigo 47 que a urbanização do solo deve reservar áreas destinadas ao sistema de lazer, verde e institucional. (p. 153).” Para a revisão do mesmo, logo, deve-se retomar o debate sobre as áreas destinadas à implantação de parques e praças.

O tema da **Cultura** é abordado várias vezes vinculado aos Equipamentos de Educação, como EducaMais. No entanto, a maior parte deles são de responsabilidade da Fundação Cultural de Jacarehy: Estação Cidadania Cultura, Arquivo Público Histórico e Diretoria de Patrimônio, Museu de Antropologia do Vale do Paraíba - MAV, Cine Teatro Mário Lago”. A população na Leitura Comunitária apontou a necessidade de um melhor uso das instalações do EDUCAMAIS e descentralizar as atividades. Há uma necessidade expressa de se levar mais atividades culturais aos bairros periféricos, em especial, aquelas que atendem a população jovem.

No **tema Saúde**, segundo os estudos do Caderno Técnico Jacareí **possui 41 equipamentos comunitários** destinados à Secretaria de Saúde: 02 UPA (Unidade de Pronto Atendimento), 16 UMSF (Unidades Municipais de Saúde da Família), 02 UBS (Unidades Básicas de Saúde), 06 Serviços Especializados (Serviço Integrado de Medicina – SIM e seus anexos Ambulatórios de Saúde Mental, Centro de Imagens e

Centro Oftalmológico, Ambulatório de Infectologia, Casa do Abraço Laboratório Municipal, Centro de Reabilitação e Centro de Especialidades Odontológicas - CEO), 03 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (01 CAPS Infanto Juvenil, 01 CAPS II e 01 CAPS ad III Álcool e Drogas), 01 Vigilância de Zoonoses, 01 Vigilância Ambiental em Saúde, 01 Vigilância Epidemiológica, 01 Vigilância Sanitária, 01 Farmácia Municipal, 01 Setor de Transporte Ambulatorial, 01 Central de Regulação e 04 SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência). Cada equipamento possui uma característica específica de atendimento e metodologia de implantação, estabelecidos pela Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017.

A principal crítica da Leitura Comunitária aponta para a qualidade do serviço oferecido. Nas falas dos municíipes encontramos citações das ausências de serviços e também equipamentos:

“Demora no atendimento postos de saúde”;

“melhor atendimento na saúde contratação de mais médicos”;

“fila de espera para exames, consultas e procedimentos esta grande forma de atendimento nos postos está ruim”.

Uma informação importante que se destaca no Caderno também de Leitura Técnica é que:

O Plano Diretor de 2003 apresentou como demandas futuras a instalação de um hospital na UPA Central, e um equipamento de saúde nas UPs E1, W1 e W6, porém sem especificar a categoria dos equipamentos (UBS, UMSF etc.). Não há hospital público municipal, somente convênios e intervenção. Segundo informações da Secretaria de Saúde de Jacareí, há previsão de instalação de dois novos equipamentos de saúde da atenção básica até 2021: uma UBS Central e uma UMSF no Bairro Jardim Flórida (UP W1). As novas instalações atenderão em torno de 27.479 pessoas do total de 152.981 usuários dependentes de equipamentos comunitários de saúde. Dados desta secretaria apontam que a demanda de atendimento é maior na região oeste da cidade, onde se situa a UMSF Jardim Flórida. (CADERNO DE LEITURA TÉCNICA, 2021).

Assim, é necessário realizar o acompanhamento do processo de instalação desses novos equipamentos de saúde e qualidade de atendimento ao município, em

especial para aqueles desprovidos de qualquer atendimento, ainda em 2022. No que se refere à **Assistência Social**, por mais que o tema não tenha sido exaustivamente tratado na Leitura Comunitária, ela destaca a questão da População em Situação de Rua, em particular no Centro da Cidade. Atualmente Jacareí possui um 01 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), o Caderno de Leitura Técnica apontou que “Em janeiro de 2020, no município de Jacareí, constavam no Cadastro Único 159 pessoas autodeclaradas em situação de rua, 78 com última atualização em 2019. Situadas em 33 bairros diferentes, são em grande maioria homens - aproximadamente 84%. (CADERNO DE LEITURA TÉCNICA, p.101). Deve-se verificar a capacidade de agência do Centro frente à questão e as propostas de iniciativas que solucionem tal questão.

A questão da população idosa, também foi citada pelos municíipes, ela se destacou fortemente nas Leituras Comunitárias com a presença de um munícipe da Associação de Aposentados e Pensionistas do Sindicato dos Trabalhadores. Ele destaca que representa “um setor que hoje é em Jacareí, em torno de 35000 pessoas só na comunidade idosa, com mais de 60 anos de idade. De 50 a 59, nós temos em torno de 12000, nós vamos chegar em 2032 sobre esse plano ter terminado, vamos chegar em torno de 45000 idosos na cidade e a população idosa muitas vezes não são, é não são visualizadas, né? Às vezes parece que nós não existimos, nós existimos só na época de eleição para contar os nossos votos. Infelizmente isso funciona assim dentro do sindicato, funciona assim nos partidos políticos, funcionam assim em todos os setores. E eu fiz todo esse esforço de participar dessas plenárias, porque nós entendemos a importância e queremos que tenha importância com a situação dos idosos, que começa pelo problema da saúde pública dos idosos. O idoso ficar 6 meses a 1 ano para ter uma consulta médica é muita coisa (...)” (LEITURA COMUNITÁRIA - RELATÓRIO GERAL).

O Quadro abaixo do Caderno da Leitura Técnica traz com exatidão a questão, coletada pela gestão municipal.

Quadro 5 - Faixa etária populacional 60 anos ou mais por região de Jacareí

	60 a 69 anos	70 a 74 anos	75 anos e mais	Total da região	% da região em relação ao total da população acima de 60 anos
Região Norte	1.136	332	416	1.884	6,25%
Região Sul	1.816	531	664	3.011	9,99%
Região Central	7.189	2.104	2.630	11.923	39,56%
Região Leste	2.337	684	855	3.876	12,86%
Região Oeste	5.696	1.667	2.084	9.447	31,34%
Total faixa etária:	18.174	5.318	6.649	30.141	100%

Fonte: Secretaria de Assistência Social (2017). Elaboração: Secretaria de Planejamento.

Também destaca a necessidade de melhoria da saúde pública para a população e para os idosos. **Acessibilidade para os idosos. Sabe pela Leitura Técnica da existência de apenas um 01 Centro de Convivência do Idoso (CCI Viva Vida).** Dessa forma, é necessário olhar com atenção para a questão da população idosa de Jacareí.

Outro tema a se atentar é o da **segurança**. A questão apresenta-se por meio da análise maior dos problemas da cidade, mas é visto de maneira genérica, cita-se "a Falta de atendimento policial e um monitoramento da perturbação social, a Falta de Segurança na cidade como um todo" e a necessidade de expansão do COI, mas também chama atenção a falta de segurança nos bairros, a baixa frequência de rondas, muitas vezes, a segurança também relacionada ao **ILUMINAÇÃO PÚBLICA**.

A partir dessa consideração sobre segurança e iluminação pública, é possível aprofundar no debate trazendo à discussão a questão dos **Bens de Consumo coletivos. O saneamento básico desponta como tema de relevância para o município**. Há uma preocupação emergente com a "zeladoria" e acúmulo de lixo nas vias e Capina (Coleta de resíduos predominante orgânicos). Os municípios enfatizam ainda a necessidade de expansão dos Locais de Entrega Voluntária (LEV).

A questão relativa ao abastecimento de água e rede de esgoto, sabendo que:

A rede de coleta de esgoto de Jacareí em 2001 tinha 51,76 km de extensão, o que significa que o SAAE atende 85% das unidades do município (residências, indústrias, comércio e serviços). Em dezembro de 2018 a rede coletora cresceu para 616,27 km de extensão, apresentando um crescimento de 20,66% (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, 2022).

Também, tema citado nas oficinas, principalmente quando se vincula às questões de Regularização Fundiária. O Caderno da Leitura Técnica considera que "o crescimento da rede tem acompanhado o crescimento de novos empreendimentos imobiliários regulares". Dessa forma, diferentemente da rede de distribuição de água, ainda existem loteamentos que não possuem redes de coleta de esgoto mais próximos à malha urbana: Chácaras Guararema, Veraneio Ijal, Veraneio Irajá, Jardim Colinas (rede parcial), Chácaras Reunidas Ygarapés (rede parcial) e Pagador Andrade. As áreas Bairrinho, Estrada Amizade e São Sebastião, objetos de regularização fundiária, também não possuem rede coletora de esgoto.

O principal corpo receptor superficial é o Rio Paraíba do Sul, havendo afluentes que também funcionam como receptor superficial. O aquífero subsuperficial é o corpo d'água subterrâneo que recebe os efluentes infiltrados no solo pelos sumidouros.

A **iluminação Pública** é citada, em referência a iluminação de LED, considerando que como explicado no Caderno de Leitura Técnica

Em 2019 Jacareí foi contemplada na Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética da EDP, tendo cerca de mil pontos de iluminação pública modernizados com lâmpadas de tecnologia LED. As áreas beneficiadas são: Centro, Jardim Califórnia, Jardim Esperança, Jardim Paraíba, Cidade Nova Jacareí, São João, Parque Itamarati, Parque dos Príncipes, Jardim Colônia e Jardim Santa Maria. A escolha destas áreas, listadas no Quadro 26, considerou os pontos com significativo potencial de redução de custos com energia elétrica. Com a instalação das lâmpadas LED será possível reduzir o consumo de energia equivalente ao consumo médio anual de 305 famílias. A economia estimada para o município é de R \$270.000,00 por ano. Além disso, há uma redução também nos custos de manutenção, uma vez que a durabilidade da lâmpada LED é muito superior ao sistema utilizado. O novo modelo também gera menos impacto ambiental por não possuir mercúrio e outros componentes nocivos em sua composição.

(CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, 2022).

No entanto, nas Leituras Comunitárias há uma grande preocupação dos municípios em relação ao tema **Mobilidade**. Os moradores de Jacareí expressam preocupações relativas fundamentalmente ao TRÂNSITO E QUALIDADE do asfaltamento, há uma observação sempre precisa sobre “os buracos” na vias dos bairros e centrais, somada às questões do bairros irregulares ou bairros de caráter rural.

O Caderno da Leitura Técnica apontou diferentes problemáticas e chama atenção para que “Cabe ao Plano Diretor a definição de novas vias estruturantes, acompanhando o crescimento da área urbana em expansão e prevendo novas vias de acesso às áreas urbanas já existentes” e reafirma a necessidade emergencial do **Plano de Mobilidade**. Considerando que:

Em 2012 foi promulgada a Lei Federal nº 12.587 que instituiu a Política Nacional da Mobilidade Urbana e determinou a elaboração do Plano de Mobilidade por todos os municípios do Brasil, com conceitos de integração dos modais de transporte, movimentações urbanas e os impactos gerados por eles. Atualmente, o Plano de Mobilidade de Jacareí está em fase de elaboração e deverá ser pautado nas diretrizes definidas coletivamente no processo de revisão do Plano Diretor.” (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, p. 194).

Na Leitura Comunitária, há exigência popular de investimentos no **TRANSPORTE PÚBLICO**, em particular, atenção às **linhas de ônibus e horários** que atendem de maneira insatisfatória a população de maneira ampla. O Caderno da Leitura Técnica destaca que “A fim de melhorar o tempo de deslocamento dos passageiros do transporte coletivo entre sua origem e seu destino, em janeiro de 2020 iniciou-se a operação do Corredor do Transporte Coletivo na região central de Jacareí, visando ordenar o uso do sistema viário e reduzir conflitos entre os ônibus e demais veículos. O Corredor inicialmente implantado possui 7,1 km de extensão, e ao fim de sua implantação totalizará 11,2 km, sendo 75% do trecho de faixas compartilhadas educativas e 25% de faixas exclusivas durante horários de pico”.

Mas além da atenção ao transporte público, também é destacada a

necessidade de se pensar a **extensão das ciclovias e calçadas para pedestres**.

Temas também tratados no Caderno de Leitura Técnica.

Em 2018, toda extensão da Av. São Jorge, no bairro Cidade Salvador, foi contemplada totalizando mais 4,8 quilômetros de estrutura cicloviária no município. Com a inauguração do Parque Linear do Cassununga em 2019, foram adicionados mais 850 metros de ciclovia à malha cicloviária, totalizando 15,275 quilômetros. Em 2020 novos 525 metros de ciclovia foram instalados no Parque Linear Tupinambás, no Jardim Santa Marina, na região leste. O Mapa 49 a seguir mostra a evolução da implantação de infraestrutura cicloviária em Jacareí, bem como o tipo de ciclovia implantada (CADERNO DE LEITURA TÉCNICA).

A fragilidade das calçadas, na Leitura Comunitária, também foram apontadas pelo Caderno Técnico “É o caso de loteamentos como Parque Meia Lua, Jardim Marcondes, Parque dos Sinos, Parque Brasil, Jardim Santa Terezinha, Jardim São Jorge, Jardim Paraíba, todos esses a leste do Rio Paraíba do Sul, e Jardim Emília, Vila Machado, Jardim Jacinto, Jardim Paulistano, Residencial São Paulo, Jardim Beira Rio, Cidade Jardim e Balneário Paraíba, do lado oeste.” (CADERNO DA LEITURA TÉCNICA, p. 184).

Segundo o estudo técnico ainda é importante atentar-se que o município possui 106 vias urbanas sem pavimentação, localizadas em sua maioria nos loteamentos Veraneio Ijal, Veraneio Irajá, Bela Vista I e II, Jardim Olímpia e Jardim Pedramar. Levando em consideração todas as vias urbanas (total de logradouros cadastrados menos as estradas rurais) e fazendo uma comparação com o número de vias não pavimentadas, ou seja, cerca de 4,92% das vias urbanas municipais estão sem pavimentação”.

Para além da questão da mobilidade, verifica-se que nas Leituras comunitárias citações importantes sobre a questão **dos alagamentos** que o município sofreu nos últimos anos. Cita-se na Leitura Técnica que:

Em regiões de crescente urbanização, a impermeabilização resultante

da promoção de infraestrutura, associada ao relevo acidentado, tem reduzido significativamente a capacidade de absorção das águas pelo solo e o tempo de concentração das bacias de drenagem, fazendo proliferar os pontos de alagamento (especialmente na várzea do Rio Paraíba do Sul) e aumentar os riscos de desprendimento/desabamento de terra, e segundo informações do diagnóstico do SAAE para o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Jacareí, os principais pontos de estrangulamento na rede de drenagem urbana são: a desembocadura do Córrego Seco no Rio Paraíba do Sul, toda a extensão do Rio Turi, a galeria do Campo Grande, a galeria da Av. Santos Dumont, o Córrego do Tanquinho (especialmente na várzea do Rio Paraíba do Sul), o Córrego do Siesta, a galeria da R. Santa Helena e da Av. São João.

Como plano de diagnóstico apresentado pelo SAAE, apontou-se ser necessária a elaboração das **seguintes atividades** que podem ser PAUTA interessantes na discussão das propostas do Plano Diretor.

- Programa de Manutenção Sistemática do Sistema de Microdrenagem: Sistematização de ações periódicas de manutenção preventiva, tais como varrição e recolhimento de entulhos das vias públicas, limpeza das bocas de lobo, substituição de bocas de lobo danificadas, limpeza dos ramais das bocas de lobo e das galerias de águas pluviais, entre outras.
- Programa de manutenção: Conforme ações já iniciadas na reforma do córrego do Turi e novos estudos de pontos críticos em outros córregos principais. Ao longo dos anos foram construídos alguns tanques de retenção para captação de controle de volume lançado no córrego do Turi. (CADERNO LEITURA TÉCNICA, p. 230).

E por fim, é necessário destacar que há citações a problemáticas específicas nas Leituras comunitárias (também citada no Caderno de Leitura Técnica). São elas: Analisando o sistema viário do município verificam-se dificuldades de integração de diferentes regiões, conforme mostra o Mapa 55, contextualizadas a seguir:

- **“Ponto 1 - Rotatória do Jardim Califórnia / entroncamento da Rod. Geraldo Scavone:** A rotatória do Jardim Califórnia está localizada no trecho urbano da Rodovia Geraldo Scavone e é impactada pelo fluxo demandado de grandes indústrias localizadas nas proximidades, além do deslocamento de moradores e o trânsito intermunicipal, pois interliga Jacareí a São José dos Campos. Em 2019 foi semaforizada e apresentou considerável melhoria, porém o tráfego de caminhões continua intenso, ainda gerando transtornos para a população que por ali transita diariamente;
- **Ponto 2 - Saída Vila Branca - Av. Getúlio Vargas - Acesso**

Dutra: O Villa Branca é um bairro relativamente novo no município, evoluiu num rápido crescimento e adensamento populacional. Foi projetado com vias largas, porém o mesmo não ocorreu com seus acessos. Estima-se que parte da população residente no bairro trabalhe em São José dos Campos, e diariamente enfrenta dificuldades na chegada e saída para acessar a Av. Getúlio Vargas e via Dutra nos horários de pico. Além do trânsito do Villa Branca, a Av. Getúlio Vargas recebe também os veículos da Av. Eng. Davi Monteiro Lino, que ainda não está interligada à marginal da Dutra no Parque Meia Lua. Para a melhoria no tráfego da região é necessário a reestruturação de toda a rotatória da Av. Getúlio Vargas e a execução da ligação da Av. Eng. Davi Monteiro Lino com a marginal da Dutra no Parque Meia Lua, aliviando o trânsito conturbado das imediações do acesso à Dutra no Villa Branca, surgindo como uma nova opção para os motoristas;

- **Ponto 9 - Rodovia Geraldo Scavone na curva próxima ao Rio Comprido:** Os acessos ao bairro Residencial Santa Paula e o entroncamento com a estrada do Imperador apresentam problemas em horários de pico, quando há o cruzamento dos veículos nas pistas. Os moradores que querem sair do bairro sentido Centro enfrentam dificuldades, pedestres que precisam atravessar a Rodovia Geraldo Scavone, embora exista uma travessia elevada, também encontram dificuldades por ser uma rodovia. O ponto em questão foi semaforizado, após a instalação do semáforo houve melhoria na segurança e fluidez. Há ainda a necessidade de adequação geométrica para um aumento ainda maior da fluidez.

Ponto 10 - Entroncamento Rodovia Geraldo Scavone com Av. Getúlio Vargas (Rotatória da Gates): A rotatória (praça Charles Gates) atualmente encontra-se com a capacidade próxima do limite, o fluxo de veículos, tanto leves quanto pesados, é alto pois capta o fluxo da Rodovia Geraldo Scavone sentido Centro, da Av. Siqueira Campos sentido Rodovia Geraldo Scavone, da Av. Getúlio Vargas sentido Centro e conversão para Rodovia Geraldo Scavone" (CADERNO TÉCNICO, p. 200).

Eixo 3: MEIO FÍSICO E AMBIENTE

A seguir, é apresentado o texto que confronta todas as visões colhidas nas oficinas das Leituras Comunitárias (para a cidade) com os estudos do Caderno Técnico, considerando o Eixo 3: MEIO FÍSICO E AMBIENTE. Este confronto entre as leituras (comunitária e técnica) permite a leitura crítica da cidade e os embasamentos para a formulação de propostas sobre as temáticas pertinentes ao Meio Ambiente e

Sociedade. A análise dos problemas apontados pelas Leituras Comunitárias possibilitou a categorização em temas (Quadro 1 - Caderno de Dados “Brutos” da Leitura Comunitária, p. 297) que foram comparados com os dados e informações apresentados no Caderno Técnico. As comparações, checagens e inferências resultantes dessa análise são apresentadas a seguir.

Arborização e Áreas verdes: nas falas da comunidade, a palavra arborização aparece 26 vezes e a palavra árvore, 22, na grande maioria das vezes estão relacionadas ao desejo de uma arborização adequada e suficiente. O desejo de mais árvores é sempre acompanhado pelo desejo necessário do cuidado com as podas, das calçadas, da fiação elétrica e da limpeza das ruas. Embora a população anseie por mais áreas verdes, principalmente combinadas com espaços de esporte e cultura para jovens, crianças e idosos (áreas verdes são mencionadas 27 vezes) e em bairros ainda não contemplados, muitas menções referem-se a melhorias, como manutenção, segurança e limpeza das áreas verdes existentes, como as praças, parques e a orla do Rio Paraíba e outros córregos da cidade.

Quadro 6: Resumo das falas das oficinas comunitárias relacionadas à arborização e às áreas verdes.

Arborização	Áreas verdes
Falta de árvores e podas de árvores	Aumentar áreas verdes
Pouca arborização da cidade	Área verde (pouca)
Melhorar arborização da cidade	Mais área verde
Arborização e paisagismo	Gestão popular dos parques
Falta podas nas árvores	Melhoria na Orla do Rio Paraíba
	Necessidade de melhoria da orla do rio
	Rio margens abandonadas

O Caderno da Leitura Técnica pontua a existência de uma lei municipal (nº4.549/2001) que elaborou um Plano de Arborização, mas não menciona se o plano foi implementado. O Plano Diretor de 2003 estabeleceu a elaboração de um Plano de Arborização no prazo de um ano, porém o mesmo só foi instituído em 2008. Este plano não está atualizado, não consta monitoramento, nem avaliação de cumprimento do mesmo. Os únicos dados disponíveis são para a Zona Especial do Centro (ZEC),

que tem aproximadamente 3 mil árvores plantadas, distribuídas em 132 ruas. Um plano de arborização necessitaria de um plano de gestão, que inclui, entre outros elementos, um inventário das árvores existentes, critérios para escolha de espécies adequadas ao espaço urbano (para evitar prejuízos nos fios de alta-tensão, por exemplo), plano de substituição, análise de risco, podas, limpeza, manutenção e conciliação com outras normas legais, como de mobilidade, por exemplo. Recomenda-se que um plano de arborização faça um diagnóstico participativo, no qual a percepção e as relações cotidianas da população com o ambiente proporcionem a equidade e o engajamento, a corresponsabilidade, da comunidade ao plano.

Um plano de arborização não deve ser desassociado de um Plano Ambiental Municipal de ampla abrangência em relação aos aspectos ambientais, que contemple desde o plantio de árvores no perímetro urbano, a criação de incentivos para o controle de emissões de gases de efeito estufa (GEE) que provocam as mudanças climáticas e das diferentes formas de poluição antrópica, até a restauração de paisagens na escala municipal e regional e ferramentas de gestão e monitoramento ambiental participativo. O Caderno da Leitura Técnica pontua que o Plano Diretor de 2003 previu, no prazo de 6 anos, a elaboração de um plano de meio ambiente para a classificação e delimitação de unidades de conservação e proteção de sítios arqueológicos no município, porém a contratação de um estudo em 2010 ainda espera por avaliação, aprovação e regulamentação.

Prevenção de desastres e a conservação ambiental: Os desastres ambientais mais citados pela população são as enchentes e os alagamentos, citados 78 e 34 vezes, respectivamente, nas falas dos participantes das oficinas comunitárias. Segundo os participantes, esses eventos são cada vez mais frequentes e atingem vários locais da cidade. Dos problemas ambientais pontuados, as enchentes e alagamentos são os mais relevantes do ponto de vista das comunidades ouvidas, uma vez que as consequências negativas impactam diretamente na qualidade de vida, impedindo a mobilidade das pessoas, originando custos privados e coletivos de bens e

de serviços, incluindo a saúde e a educação das crianças (doenças e faltas na escola). Portanto, as soluções para o problema merecem ser priorizadas pela administração pública.

O Quadro 7 traz a lista dos locais (bairros, avenidas e ruas), apontados pelas leituras comunitárias, que sofrem com alagamentos e enchentes recorrentes, e compara com a lista de locais em risco de alagamentos, inundações e deslizamentos de terra apontados pelo Plano de Contingência de Defesa Civil de Jacareí (2019-2020), disponível no Caderno Técnico.

Quadro 7: Locais que estão em risco ou sofrem alagamentos, inundações e deslizamentos.

Locais com algum tipo de risco	Em risco pelo Plano de Contingência de Defesa Civil	Sofrem desastres segundo as leituras comunitárias
22 de Abril	deslizamento	
Avenida Santa Helena		enchentes/ alagamentos
Bairro do Lago	deslizamento	
Bairro Esperança		enchentes/ alagamentos
Balneário Paraíba		enchentes/ alagamentos
Bandeira Branca 1	deslizamento	enchentes/ alagamentos
Bandeira Branca 2	deslizamento	enchentes/ alagamentos
Bela Vista 1	deslizamento	
Bela Vista 2	deslizamento	
Califórnia		enchentes/ alagamentos
Cassununga	deslizamento	
Centro		enchentes/ alagamentos
Cidade Jardim		enchentes/ alagamentos
Cidade Salvador	deslizamento	
Colônia		enchentes/ alagamentos
Córrego São Luiz		enchentes/ alagamentos
Córrego Seco		enchentes/ alagamentos
Córrego Turi		enchentes/ alagamentos
Ijal	deslizamento/ inundaçāo	
Jardim Emília	inundaçāo	enchentes/ alagamentos
Jardim Jacinto		enchentes/ alagamentos
Jardim Luiza		enchentes/ alagamentos
Jardim Maria Amélia		enchentes/ alagamentos
Jardim Nova Esperança	deslizamento	
Jardim Pitoresco	deslizamento	
Jardim Privavera		enchentes/ alagamentos
Jardim São Luis	deslizamento	enchentes/ alagamentos
Jardim Vista Verde	deslizamento	
Leblon 2		enchentes/ alagamentos
Maria Amélia 1	deslizamento	
Maria Amélia 2	deslizamento	

Moro do Cristo		deslizamento
Nilo Máximo		enchentes/ alagamentos
Nova Jacareí	deslizamento	enchentes/ alagamentos
Parque dos Príncipes	deslizamento	
Parque Imperial		enchentes/ alagamentos
Parque Santo Antônio	deslizamento	
Pedramar		enchentes/ alagamentos
Região da UPA/ Telma		enchentes/ alagamentos
Rio Comprido	inundação	
Rua 9 de Julho		enchentes/ alagamentos
Rua Douglas Fontes		
Rua Dr. Thelmo		enchentes/ alagamentos
Rua José de Moraes/ São João		enchentes/ alagamentos
Rua Minas Gerais		enchentes/ alagamentos
Rua Prudente de Moraes		enchentes/ alagamentos
Rua Salvador Correia M.		enchentes/ alagamentos
Santana	inundação	
Vera Lúcia		enchentes/ alagamentos
Veraneio	deslizamento/ inundação	
Vila Guarani		enchentes/ alagamentos
Vila Ita	inundação	enchentes/ alagamentos
Vila Zezé	deslizamento	

Na percepção dos participantes das oficinas comunitárias, os locais que sofrem com enchentes e alagamentos estão aumentando em quantidade em toda a cidade, assim como na frequência de ocorrências. Uma das falas resume um dos aspectos centrais da questão: “Gente sabe, né, que as condições meteorológicas não ajudaram muito esses dias, né? Mas a gente também vê que faltou muita preparação da cidade para enfrentar um período de chuvas e isso é visível.” Nas falas dos participantes, os desastres de enchentes, alagamentos e deslizamentos estão relacionados à deficiência da provisão pública em saneamento básico e drenagem pluvial, impermeabilização e lixo excessivo na área urbana e à negligência com a proteção, limpeza e uso adequado dos recursos hídricos e das áreas de proteção permanente – APP (áreas ao longo das margens dos rios, córregos, nascentes e encostas de morros).

Quadro 8: Resumo das falas das oficinas comunitárias sobre desastres ambientais e problemas relacionados.

Desastres	Limpeza de rios	Infraestrutura	Zona Esp. Várzea (ZEV)
Prevenção de risco em áreas de vários bairros.	Limpeza, recuperação e revitalização do Rio Paraíba do Sul	Limpeza de esgotos e gestão das águas pluviais (Nilo Máximo, Vila Ita, região central.	Manutenção das áreas de várzeas prevista no plano diretor de 2003
Resolver problemas das enchentes	Falta apoio a iniciativa privada que deseja realizar o desassoreamento do leito do Rio Paraíba	Falta de drenagem (ocasionando enchentes)	Requalificação de áreas com restrições ambientais de ocupação (várzeas) - sendo realizado através de estudos geológicos/geotécnicos e hidrológicos - Diretrizes de ocupação
Enchentes (cidade com um todo)	Cuidar, limpar e revitalizar Rio Paraíba	Limpeza das bocas de lobo	Manutenção das áreas de várzea
Problemas de enchente	Limpeza do Rio Paraíba	Drenagem	
Alagamentos nas ruas	Limpeza dos córregos	Saneamento	
Alagamento	Rio margens abandonadas		

Contrastando a leitura comunitária com os estudos do Caderno técnico, em relação “a manutenção das áreas de várzea” e a “requalificação de áreas com restrições ambientais de ocupação (várzeas)”, verifica-se que a Carta Geotécnica e Hidrológica, elaborada pelo DAEE e prefeitura em 1991, serviu de base para o ordenamento territorial no Plano Diretor de 2003. A Carta Geotécnica e Hidrológica, preconiza que a área de Planícies de Inundação e Terraços Fluviais deve ter uma ocupação criteriosa e limitada por apresentar “Lençol freático próximo à superfície do terreno, estabilidade precária das paredes de escavação, recalque das fundações, solapamento e assoreamento dos cursos d’água, dificuldade de drenagem das águas servidas e pluviais, presença de extração mineral.” Por razões de fragilidade ambiental e de risco social dessas áreas, o Plano Diretor de 2003 estabeleceu uma determinada área do território como Zona Especial de Várzea - ZEV (Mapa 73 no Caderno Técnico), cujo uso e ocupação é restrinido e regulamentado pelo artigo 101 do

mesmo plano. Em anos posteriores, a administração pública municipal diminuiu a área da ZEV (Mapas 73 e 74 do Caderno Técnico), mas essa ação foi julgada constitucional (ADIN 2211306-55.2017.8.26.0000) e a ZEV teve seu perímetro reestabelecido ao tamanho originalmente definido no Plano Diretor de 2003.

A área identificada pela Carta Geotécnica e Hidrológica como Planícies de Inundação e Terraços Fluviais não se restringe apenas à área da Zona Especial de Várzea (ZEV), instituída pelo Plano Diretor de 2003 (Mapa 73 Caderno Técnico), mas também às áreas marginais aos rios, córregos e nascentes localizados no território municipal, sujeitas a enchentes, inundações periódicas e à erosão, e com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, compondo as Áreas de Proteção Permanente (APP), como são definidas no Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012). Enquanto a ZEV pode ser ocupada desde que atenda a regulamentação do artigo 101 do Plano Diretor de 2003, as Áreas de Proteção Permanente (APP), ou seja, as áreas localizadas nas “faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente” são regulamentadas pela Lei Federal do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que determina a largura mínima da APP em função da largura do curso d’água. Em 2021, foi aprovada a Lei Federal nº 14.285 que alterou dispositivos do Código Florestal referentes as APP dentro do perímetro urbano. Todas as outras configurações de APP (topo de morro e encostas, por exemplo) e as APP de faixas às margens de rios e córregos de áreas rurais continuam sob regulamentação do Código Florestal.

Sobre a Lei Federal nº 14.285 de 2021, que altera o Código Florestal para APP urbanas:

Pela nova norma, área urbana consolidada deve estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica; dispor de sistema viário implantado; estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados; e apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços.

Deve ainda dispor de, no mínimo, dois equipamentos de infraestrutura urbana implantados, entre eles drenagem de águas pluviais, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, distribuição de energia elétrica e iluminação pública e limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

Conforme o Código Florestal, as faixas às margens de rios e córregos são áreas de preservação permanente (APPs), e sua extensão é determinada a partir da largura do curso d'água.

Os limites das áreas de preservação permanente marginais de qualquer curso d'água natural em área urbana serão determinados nos planos diretores e nas leis municipais de uso do solo, **ouvidos os conselhos estaduais e municipais de meio ambiente.**

Para a lei municipal deverão ser observadas regras como **a não ocupação de áreas com risco de desastres e a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico**, se houver.

As atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas áreas de preservação permanente urbanas **devem ainda observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.** Fonte: Agência Senado

Entretanto, a Lei Federal nº 14.285 de 2021 está sob “Ação Direta de Inconstitucionalidade por eventual violação ao regime de legislação concorrente e aos princípios que regem a proteção ao Meio Ambiente” (ADI 7.146) no supremo Tribunal Federal e, portanto, o momento exige cautela sobre esta questão, uma vez que estão sendo questionados os dispositivos da nova lei.

Assim sendo, e de acordo com a Carta Geotécnica e Hidrológica, que caracteriza a ZEV como uma área com “lençol freático próximo à superfície do terreno, estabilidade precária das paredes de escavação, recalque das fundações, solapamento e assoreamento dos cursos d'água, dificuldade de drenagem das águas servidas e pluviais, presença de extração mineral”, a manutenção da área original da ZEV e das regras de uso e ocupação, determinadas no Plano Diretor de 2003, protegem a população da exposição ao risco de desastres e as finanças públicas dos impactos e custos dos desastres ambientais.

Os estudos da Carta Geodésica e Hidrológica recomendam para todas as planícies de inundação e terraços fluviais, que incluem as ZEV e as Áreas de Preservação Permanentes (APP) ao longo dos rios e córregos urbanos que “para cada projeto de parcelamento, realizar estudo geológico - geotécnico apontando áreas de baixa capacidade de suporte. Projeto de obras de terraplenagem deve garantir o escoamento e a drenagem das águas pluviais. Prevenir problemas de recalque ao longo do tempo. Privilegiar implantação de pavimentos articulados a pavimento

flexível. Adotar impermeabilização da superestrutura das edificações, dado a proximidade do lençol freático. Recompor e proteger a mata ciliar, evitando erosão das margens dos cursos d’água. A implantação de atividade mineral deverá ser precedida de análise criteriosa” (p. 244).

Na leitura comunitária é evidente a preocupação da população com as enchentes e alagamentos e a percepção de que estes eventos estão relacionados aos modos de uso e ocupação do espaço urbano, ao descuido com a proteção e limpeza dos recursos hídricos, a precariedade da infraestrutura e das ações de zeladoria, principalmente de saneamento básico, drenagem das águas pluviais, limpeza e coleta de lixo das ruas.

Entretanto, se por um lado a manutenção das funções sistêmicas de regulação dos rios e córregos situados na área urbana impactam o controle de enchentes, inundações e alagamentos, por outro, o uso e a cobertura do solo e a conservação das APP na área rural do município também têm efeito sobre a capacidade do ambiente em regular o nível dos rios. A gestão das microbacias hidrográficas é importante, para a prevenção de desastres e para garantir a produção de água em quantidade e com a qualidade desejadas e em consonâncias com os planos das macro bacias regionais e estaduais.

O Caderno da Leitura Técnica aponta a existências de Unidades de Conservação (Lei Federal do SNUC nº 9.985 de 2000) no município, todas elas de categoria de uso sustentável: Áreas de Proteção Ambiental (APA). A APA tem como objetivo “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SNUC 2000) e, portanto, exerce importante papel de proteção de bens e serviços ambientais em geral e no município, em particular, protege recursos hídricos importantes. A APA Mananciais do Vale do Rio Paraíba, de jurisdição federal, incide no território de Jacareí no entorno da Represa de Jacareí e de Santa Branca e tem como objetivo orientar o processo de

ocupação no entorno desses reservatórios. Ainda, o Caderno Técnico aponta três (3) APAs de jurisdição municipal em Jacareí (APA Municipal de Jacareí, Apa Várzeas da Bacia do Rio Paraíba do Sul e APA da Escola Agrícola Estadual de Jacareí). As três unidades de conservação não apresentam “memorial descritivo delimitando o polígono destas áreas”, conselho gestor e plano de manejo como exige a Lei Federal do SNUC, portanto, estão sem zoneamento e definição de objetivos específicos de manejo e gestão. O conselho de uma UC contempla a participação da sociedade civil (SNUC/2000), garantindo aos municípios o exercício do direito de cogestão socioambiental dessas áreas.

Atividade de extração de areia: A mineração de areia no município é um tema polêmico e gerador de conflitos. Pode-se observar nas falas dos participantes das oficinas comunitárias que há visões divergentes sobre a questão. Enquanto algumas pessoas percebem a atividade como degradadora do meio ambiente, outras acolhem a extração como uma oportunidade econômica para o município. A atividade é regulamentada, ou seja, existe um conjunto de regras que disciplinam a atividade, justamente para proteger o meio ambiente dos impactos que causam sua degradação e, sobretudo, que diminuem a qualidade de vida das pessoas, como por exemplo poluição das águas do Rio Paraíba pela queda de barreiras, perda de cobertura vegetal acompanhada por processo erosivos e de lixiviação do solo.

Quadro 9: Resumo das falas das oficinas comunitárias sobre a atividade de extração de área no município.

Falas de restrição da extração de areia	Falas a favor da extração de areia
Restrição da exploração de areia na cidade predatória	Atenção à mineração enquanto atividade econômica relevante
Restrição de exploração de areia na cidade que causa diversos impactos sociais e ambientais	Liberar mineração de areia
Zoneamento mineração uma definição	
Restrição na exploração de areia	
Controle da extração de areia	

O Quadro 10 resume a situação das mineradoras que se encontram no território municipal de Jacareí.

Quadro 10: Situação das mineradoras situadas no território municipal de Jacareí:

Total de Mineradoras situadas em Jacareí	27
Em operação com Licença de Operação da CETESB	7
Em operação sem licença de operação	1
Localizadas fora da Macrozona de Mineração	7
Cumprindo Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA)/ CETESB	2
Abandonadas	16
Operação encerrada	1

De um total de 27 mineradores, sete (7) estão fora da Macrozona de Mineração, uma (1) mineradora opera sem licença de operação e 16 foram abandonadas pelos proprietários, o que representa um passivo ambiental significativo na forma de lagoas distribuídas ao longo da planície aluvial do rio Paraíba do Sul.

Se por um lado, como a leitura comunitária apontou em algumas falas, a atividade de extração de areia é importante para o município na forma de trabalho e renda, por outro, a leitura comunitária também apontou que a atividade provoca danos ambientais e de infraestrutura. O Caderno de Leitura Técnica aponta que existem 16 mineradoras abandonadas no município e, por isso, Jacareí “apresenta inúmeras lagoas de mineração (cavas abandonadas), sem a realização da devida recuperação ambiental” e que do ponto de vista físico, as atividades de mineração de areia são as que mais degradam o meio ambiente (p. 279).

É obrigação da administração pública municipal zelar pelo meio ambiente e promover a qualidade de vida dos municípios, portanto, fiscalizar as licenças, a operação, a desativação e a recuperação ambiental dos empreendimentos de mineração, em apoio aos órgãos estaduais encarregado, compartilhando a corresponsabilidade da gestão ambiental no território municipal. A mineração de areia, quando executada em associação à aplicação das normas existentes, pode ser uma oportunidade para o município e para os bairros atingidos (pelo transporte da areia,

por exemplo), desde que se encontrem caminhos para a negociação de compensações entre as partes envolvidas, apoiadas pela mediação da esfera pública, visando o alcance de consensos negociados, garantindo, assim, que os benefícios da atividade sejam produzidos para toda a sociedade.

5. SÍNTESI TEMÁTICA DAS OFICINAS DE LEITURA COMUNITÁRIA - QUESTÕES GERAIS DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ

Observa-se ampla participação da comunidade no debate das questões gerais da cidade indicando ampla circulação do município por regiões diferentes das regiões onde mora. Metodologicamente, as visões dos municípios sobre a cidade/município também foram organizadas pelos Eixos. 1. DINÂMICA POPULACIONAL, TERRITORIAL, SOCIOECONÔMICA E HISTÓRICO-CULTURAL; 2. INFRAESTRUTURA - SERVIÇOS URBANO/RURAIS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS (subdividido ainda em a mobilidade e acessibilidade, bens de consumo coletivos – Água, esgoto, eletricidades limpeza pública – bem como relacionada diretamente aos usos dos equipamentos comunitários divididos em diferentes categorias – Educação, Saúde, Esporte Lazer, Cultura, Educação e Assistência Social –). E 3. MEIO FÍSICO E AMBIENTE.

Problemáticas do Município de Jacareí segundo seus moradores

No Eixos 1. DINÂMICA POPULACIONAL, TERRITORIAL, SOCIOECONÔMICA E HISTÓRICO-CULTURAL; 2. INFRAESTRUTURA - SERVIÇOS URBANO/RURAIS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, está concentrada demandas e problemáticas apontadas pela população, referentes às cidades. Foram pelo menos **73 menções** relativas às questões da DINÂMICA POPULACIONAL, TERRITORIAL, SOCIOECONÔMICA. Dentre elas, são repetidas “falas” que se remetem a necessidade do município de observar as questões relativas à **regularização fundiária e uso e ocupação do solo**, em particular, urbano. Há

sugestões dos municípios de implementação de “IPTU progressivo nas áreas centrais para favorecer a ocupação popular”, quando na leitura comunitária tentar-se capturar as visões gerais do município ele sempre se remete ao centro do município. Citam ainda que “ o Aumento no número de prédios na cidade que estão mais congestionamento nos bairros”, tema que se liga com a dimensão da infraestrutura e serviços urbanos. A questão do **Emprego/Economia popular** também é apresentada nas falas dos municípios de maneira a enfatizar as ausências de investimentos para atração de indústria e falta de incentivo a construção de hortas comunitárias no município que poderiam proporcionar a produção popular de alimentos.

No Eixo 2, quando analisa-se as citações relativas aos **Equipamentos**, há pelo menos **55 menções diretas ao tema Saúde** dos grupos que participaram das oficinas de leitura comunitária. As falas se concentram em reclamações gerais relativas aos serviços. Sintetizadas na fala “necessidade de um melhor atendimento na saúde, contratação de mais médicos, diminui fila de espera para exames, consulta e procedimentos”. A questão do **Lazer/Esporte cultura** é citada **19 vezes** nos grupos que participaram das oficinas de leitura comunitária, destaca-se a falta de manutenção nos locais já existentes e falta de programação em bairros periféricos, a necessidade implantação de academias ao ar livre para a população e uma atenção maior a população idosa.

Os **Equipamentos de Educação** são citados pelo menos 29 vezes pelos grupos que participaram das oficinas de leitura comunitária, pelos municípios que participaram das oficinas. A questão mais evidente foi das escolas, necessidade de se “pensar Internet gratuita nas escolas, mais atividades no educamais, programas de Valorização dos professores, falta atenção para as crianças especiais nas escolas, Falta professores para crianças com deficiência”.

No que se refere ao tema **Mobilidade** diferentes problemas foram apontados, no nível do município. O tema se **repetiu 30 vezes** nos resumos dos grupos de trabalho das oficinas. Na Consulta Pública *Online* também foi um dos temas que mais

apresentou questões a serem tratadas no âmbito da revisão do Plano Diretor. Os municípios nos grupos relataram problemas relativos à pavimentação das vias, a necessidade da construção de uma “Terceira Ponte”, e a revisão dos limites nas grandes avenidas. Pavimentação das ruas dos bairros, principalmente o centro (ainda temos ruas centrais com paralelepípedo). Por fim, questões relativas à qualidade do serviço de transporte público e ciclovias também são lembradas pelos municípios.

Já na temática **Saneamento Básico** - Bens de consumo públicos/coletivos - nos grupos a discussão se **apresentou 23 vezes**. As observações são relativas às enchentes, problemas com a drenagem das águas pluviais e fluviais; Coleta seletiva para todos os bairros e Tratamento de água.

Para o tema do Eixo 3 relativo ao MEIO FÍSICO E AMBIENTE, também é lembrado pelo município nos grupos de trabalho. Ele foi evidenciado **27 vezes** nas Oficinas de Leitura Comunitária, as discussões estiveram centradas também no sistema de drenagem da cidade, **na Limpeza, recuperação e revitalização do Rio Paraíba do Sul**, e nas áreas verdes do município.

Potencialidades do Município de Jacareí segundo seus moradores

Nas oficinas de Leitura Comunitárias também foram levantadas as potencialidades do município, com a mesma técnica utilizada para o debate do nível dos bairros do raio da oficina, perguntava-se primeiro as problemáticas e depois discutia-se as potencialidades do município. Muitas potencialidades apresentavam-se como início de propostas, mas o objetivo era avaliar contextos de possível proposta de ação para a revisão do Plano Diretor.

Verifica-se uma menor proporção de citações de potencialidades quando comparadas com a coleta de problemáticas, no entanto, destacam-se para o Eixo 1 **69 citações** no âmbito dos resumos de todas as oficinas. Nessas citações são valorizadas a posição geográfica do município e a potencialidade cultural para atividades turísticas, elas “podem aquecer a economia local”, incluindo por exemplo a

Orla do Rio Paraíba. Além do turismo ainda é citada possibilidade desenvolvimento da Economia Solidária, feiras de artesanato e comércio de pequenos produtores rurais, feiras livres, horta urbana pontos a serem considerados.

Para o Eixo 2, verifica-se 167 citações que incluem equipamentos públicos e diversas condições da cidade e possíveis atuações ou aprimoramentos. Por mais que a **Saúde** tenha sido citada como uma problemática emergente no município, valoriza-se a rede de atendimento, o Hospital Dr. Thelmo e as UBS são amplamente citadas. Os municíipes também comentam que a **Educação** pode ser melhorada, observam que o Educamais é uma estrutura que pode ser melhor utilizada para diferentes atividades. Os Parques da Cidade e Cassununga são importantes locais de **lazer** e convivência dos municíipes e podem diversificar seus usos e programação, segundo a visão dos participantes de várias oficinas. Nos quesitos **Saneamento Básico**, os municíipes lembram que o tratamento de esgoto é razoável e no quesito **iluminação pública** elogiam a implantação das luzes de LED em algumas áreas da cidade.

Para o Eixo 3 os municíipes citaram **26 vezes** no âmbito dos grupos de trabalho, eles valorizam e reconhecem a mineração enquanto atividade relevante, os parque públicos, o viveiro municipal, a Orla do Rio Paraíba como potencialidade turística, Aproveitamento do potencial turístico da barragem do Jaguari.

6. A CONSULTA PÚBLICA - DESCRIÇÃO DE DADOS E ANÁLISES DESCRIPTIVAS E CONTEUDISTA

Nesta etapa de análise da cidade foi valorizada as sistematizações oferecidas pela Plataforma *Google*, Consulta Pública *online*, referente ao GRAU DE SATISFAÇÃO do municíipes em relação aos temas, e demais visões organizadas via uma análise rápida de conteúdo. Para etapa de proposta, orienta-se que sejam avaliadas as respostas dos municíipes relativas a sugestões para a cidade e bairro, também coletadas na Consulta. Desta etapa participaram dessa etapa 248 municíipes,

validado por informarem os CPFs. .

Os (as) participantes da pesquisa apresentam o seguinte perfil: são do sexo masculino (57%); obteve-se 43% de participações de pessoas que se declaram do sexo feminino. Os (as) participantes, também se declaram, majoritariamente brancos 76,2% , contra 21,3% de Pretos e Pardos e 2,4 % se declaram Amarelos. A faixa etária foi bastante diversa. Com destaque para os (as) participantes que estão na faixa dos 31 aos 40 anos, cerca de 28%. Quando analisa-se os dados dos (as) outros participantes tem-se: até 20 anos 11,7%; de 21 a 30 anos 16,5%; de 41 a 50 anos 21%; de 51 a 60 anos 14,9% e acima dos 61 anos 8% dos (as) participantes.

No quesito escolaridade verifica-se que todos os/as participantes possuem escolaridade acima da antiga quarta série. 5,6% completaram até o nono ano do Ensino Fundamental; 12% completaram o Ensino Médio; 24,2% completaram Ensino Técnico, e 28,6 % completaram o Ensino Superior e mais 28,6 completaram alguma Pós-graduação. Ou seja, 57% dos respondentes possuem grau superior quando somadas as anotações de Ensino Superior (graduação e pós-graduação).

Sobre a condição de moradia verifica-se que moram em Jacareí há mais de 20 anos, cerca de 63%; 9,7% moram de 6 a 10 anos; 15,7% moram de 11 a 20 anos e 11,7% moram há menos de 5 anos. Quando se verifica o tempo de moradia nos bairros verifica-se que 29,8% moram no bairro há mais de 20 anos; 29,8% moram a menos de 5 anos; 24,6 % moram de 6 a 20 anos e por último, 15,7% moram no bairro de 6 a 10 anos.

Questionou-se os municíipes em vários quesitos, realizou-se uma pesquisa geral, em que se valorizou o grau de satisfação dos mesmos quanto a diversos temas que descreve-se abaixo, considerando os Eixos orientadores do Caderno Técnico.

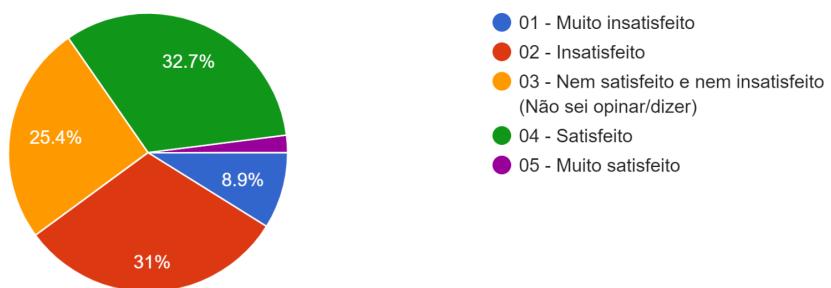
Para o Eixo 1, a questão da **habitação e população, estrutura econômica** do município, bem como os equipamentos de Lazer foram as dimensões valorizadas na Consulta *Online*.

No que se refere às Condições das Moradias, os municípios, apresentam um Grau de Insatisfação maior do que de Satisfação. 40% dos respondentes avaliam negativamente essa questão (31% insatisfeitos e 8,9% muito insatisfeitos). O grau de Satisfação é menos de 11% (8,9 satisfeitos e 2% muito satisfeitos). Como também explicitado nas Oficinas de Leitura Comunitária é um tema importante na Revisão do Plano Diretor. Segue a figura do gráfico gerado:

Figura 1: Condição de moradia em Jacareí.

03 - Ao tema da "Condição das Moradias" (Infraestrutura, plantas, situação do terreno, se é regularizado ou não, etc...), você está:

248 responses



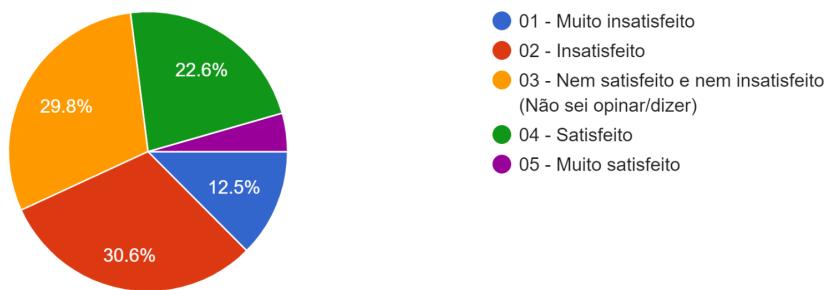
Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

O tema da **Geração de Renda/ Trabalho ou oportunidade de negócios** no município também foi um destaque na Consulta Pública. Há também uma problemática evidente quando se analisa os dados. Dos respondentes cerca de 27% consideram a questão positiva e apresentam grau de satisfação. Por outro lado, 43,1% dos respondentes se mostram insatisfeitos ou muito insatisfeitos (30,6% e 12,5%).

Segue a imagem do gráfico gerado:

Figura 2: Geração de trabalho/renda e oportunidade de negócios

11 - Ao tema da "Geração de Trabalho / Renda e Oportunidades de Negócios", você está:
248 responses

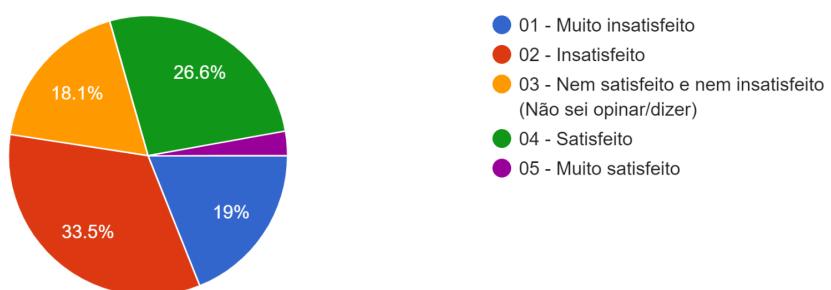


Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

A Consulta Pública *Online*, também dentro os objetivos do Caderno Técnico, considerou as visões dos municípios em relação aos **Locais para entretenimento / Recreação e Lazer**, eles possuem alto grau de insatisfação, na somatória dos Insatisfeitos (33,5%) como os Muito Insatisfeitos (19%), temos cerca de 53% de opiniões negativas em relação aos espaços considerados. As visões positivas somam-se 29,4% das respostas.

Figura 3: Locais de entretenimento/ recreação e lazer

12 - Ao tema dos "Locais para entretenimento / Recreação e Lazer", você está:
248 responses

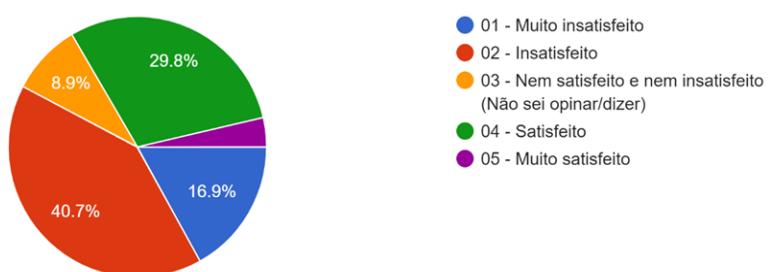


Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

Para o Eixo 2 (Infraestrutura e Serviços) é possível apontar por meio dos dados descritos que 40,7% dos respondentes estão “muito insatisfeitos” com o **saneamento básico do município**. Se somados com os “muito insatisfeitos”, cerca de 17%, podemos afirmar que o munícipe vê como um problema significativo a questão do saneamento no município. Apenas 30% estão satisfeitos com os serviços de Água, esgoto, drenagem e gestão do lixo. Quando se avalia os dados referentes a **Iluminação Pública**, verifica-se que cerca de 43% consideram-se Insatisfeito ou Muito Insatisfeito, sendo o número dos “Muito Insatisfeitos” menor (11,7%) que dos “Insatisfeitos” (31,5%). No entanto, observa-se que a população encontra-se dividida, considerando que cerca de 40% se dizem satisfeitos. Confira os dados listados abaixo.

Figura 4: Saneamento básico

01 - Ao tema do "Saneamento básico" (Sistema de abastecimento de água e esgoto, coleta de lixo, limpeza urbana, drenagem de águas pluviais/chuva), você está:
248 responses

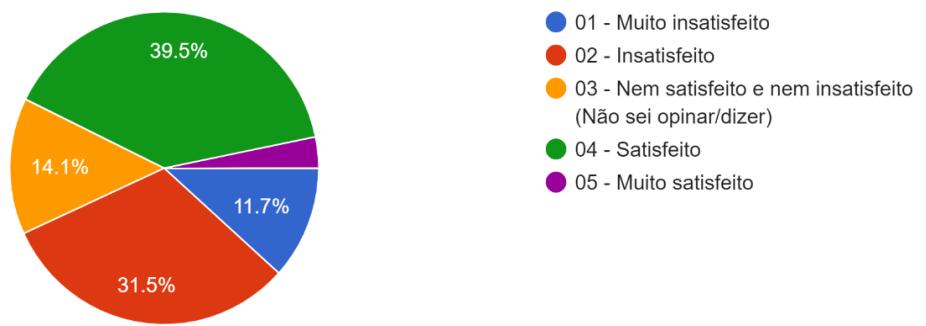


Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

Figura 5: Iluminação Pública

02 - Ao tema da "Iluminação Pública", você está:

248 responses



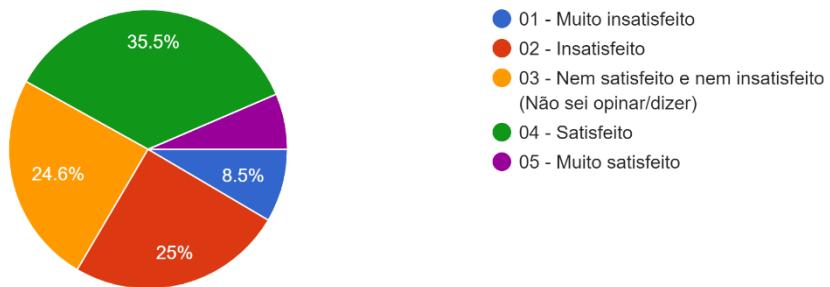
Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

Na questão referente a **Segurança Pública**, observa-se que quase 25% “não sabem opinar” sobre esta dimensão, mas cerca de 43% se dizem Satisfeitos (35,5%) e Muito Satisfeitos (6,5%). O grupo de munícipes “Insatisfeitos” e “muito insatisfeitos” soma-se 33,5%. Confira os dados listados abaixo.

Figura 6: Serviços de segurança Pública

04 - Ao tema dos "Serviços de Segurança Pública" (Guarda Municipal, Polícia Civil, Delegacias, Corpo de Bombeiro, etc...), você está:

248 responses



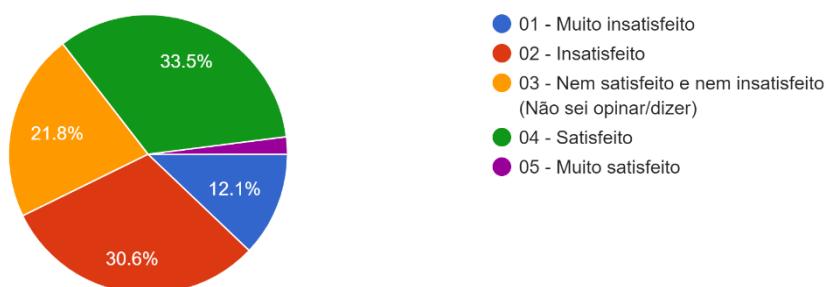
Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

Na dimensão **Serviço de Saúde Pública** (Rede de atendimento de saúde, UBS, Hospitais, Pronto Socorro, etc..), foi apresentado pelo município uma elevado grau de Insatisfação, se somados o número de “Insatisfeitos” com os respondendo “Muito Insatisfeitos” soma-se 43% de contrariedade aos serviços. No entanto, cerca de 35% acreditam na boa qualidade dos serviços, visto que Satisfeitos (33,5%) e Muito Satisfeitos (2%). No entanto, observa-se uma parcela significativa dos municípios que “não sabem opinar” quase 22% dos respondentes. Segue os dados abaixo, sistematizados por meio de um gráfico:

Figura 7: Serviços de Saúde Pública

05 - Ao tema do "Serviço de Saúde Pública" (Rede de atendimento de saúde, UBS, Hospitais, Pronto Socorro, etc..), você está:

248 responses

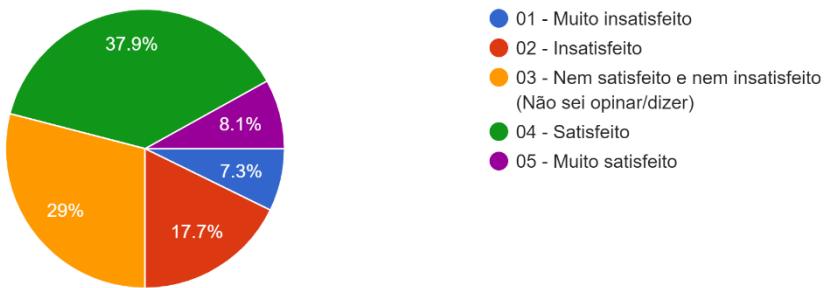


Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

Outra dimensão importante do questionário de Consulta Pública *Online* foi o tema dos **Serviços de Educação**. Verifica-se que o grau de satisfação é alto, cerca de 46% da população vê como positiva a atuação do poder público nesta questão. Cerca de 25% se dizem insatisfeitos ou muito insatisfeitos e 29% não sabem opinar, o número pode ser explicado pelo perfil do público que o questionário *online* atingiu. Segue os dados abaixo, sistematizados por meio de um Figura 8:

Figura 8:Serviço de Educação

06 - Ao tema do "Serviço de Educação" (Creches, Escolas de Ensino Fundamental, etc...), você está:
248 responses



Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

Já quanto ao tema da **Mobilidade Urbana**, conforme já indicado no Caderno de Leitura Técnica (2003-2020) produzido pela Prefeitura Municipal de Jacareí há grandes questões ou problemáticas estruturais vinculadas ao crescimento do município, por isso, optou-se por se alongar na coleta de informações via Consulta Pública. Investigou-se as percepções de satisfação na dimensão Mobilidade Urbana e Respeito ao Pedestre (Calçadas), "Mobilidade Urbana e Respeito ao Ciclista", "Mobilidade Urbana - Transporte Público", "Mobilidade Urbana - Transporte

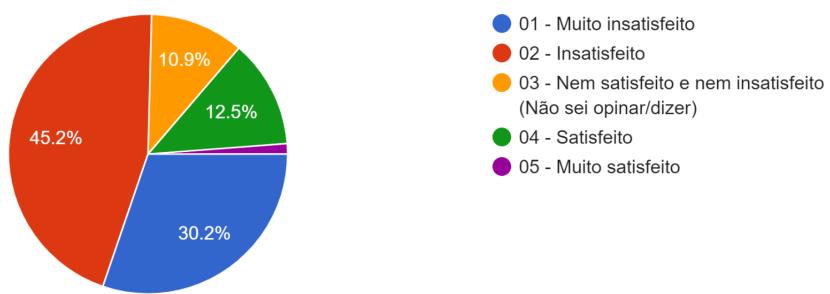
Particular" (Carro ou Moto). Avalie a adequação das vias - (Ruas, Avenidas, Estradas...).

Na primeira dimensão, a do pedestre, verificou-se que há uma grande insatisfação por parte do munícipe, se somados os valores de Insatisfação e Muita Insatisfação verifica-se que 75,4% dos respondentes apresenta contrariedade a essa estrutura. Apenas cerca de 13% se dizem satisfeitos. Os dados nos apontam que esta questão é uma emergência a ser tratada pelo Plano Diretor do Município a ser elaborado. Segue os dados sistematizados por meio de um gráfico.

Figura 9: Mobilidade Urbana Jacareí - Respeito ao Pedestre

07 - Ao tema da "Mobilidade Urbana e Respeito ao Pedestre" (Calçadas), você está:

248 responses



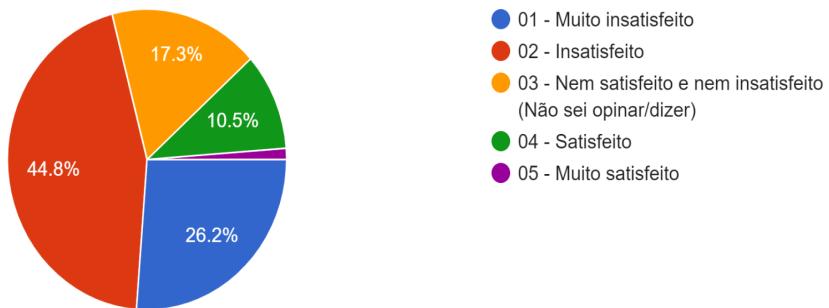
Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

No que se refere ao item da **Mobilidade Urbana e Respeito ao Ciclista**, 71% dos respondentes se mostram contrariados (quando somadas as respostas de insatisfação). Cerca de 45% estão insatisfeitos e 26,2% muito insatisfeitos com a atenção destinada ao ciclista do município. Verifica-se no Caderno Técnico uma análise sobre o Plano de Mobilidade ainda em elaboração do Município que visa, por exemplo, a expansão das ciclovias na cidade. Este tema também foi referenciado nas rodadas de leitura comunitária. Segue abaixo o gráfico que sistematiza as informações coletadas na Consulta Pública *Online*.

Figura 10: Mobilidade Urbana Jacareí - Ciclistas

08 - Ao tema da "Mobilidade Urbana e Respeito ao Ciclista", você está:

248 responses



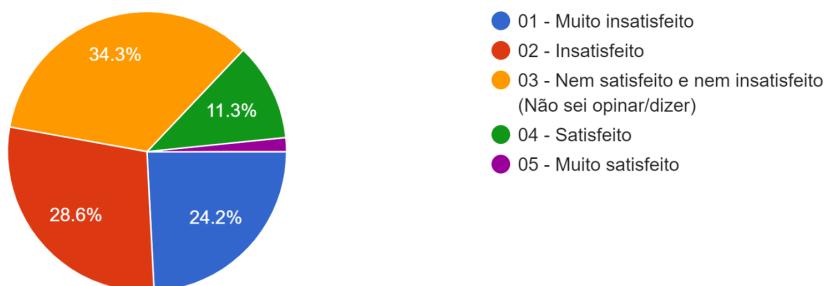
Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí *Online*. 2022.

A questão do transporte público, também apresenta-se como uma questão ao munícipe, também verifica-se uma grau alto de insatisfação, cerca de 52,8%, apenas 12% apresentam algum nível de satisfação, chama a atenção o número de respondentes que não sabem opinar (34,3%), o que mais uma vez nos faz voltar ao perfil do participante da pesquisa para realizar inferências. Segue abaixo o gráfico síntese das opiniões.

Figura 11: Mobilidade Urbana Jacareí - Transporte Público

09 - Ao tema da "Mobilidade Urbana - Transporte Público", você está:

248 responses

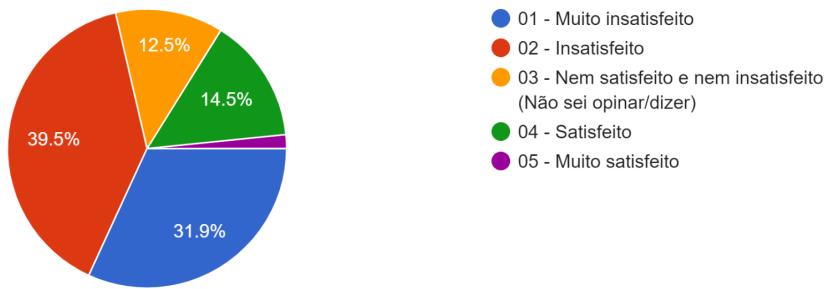


Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

Ainda no tema **Mobilidade**, o município também foi questionado sobre o tema da **"Mobilidade Urbana - Transporte Particular"** (Carro ou Moto), em relação a adequação das vias - (Ruas, Avenidas, Estradas...), e as estatísticas de reprovação quanto ao serviço ou cuidado das vias, também mostram contrariedade do município, cerca de 16% estão Satisfeitos. 71,4% dos respondentes estão Insatisfeitos (39,5%) ou Muito Insatisfeitos (31,9%). Esta questão também foi levantada nas Oficinas de Leitura Comunitária, nos indicando uma grande temática para ser tratada na Revisão do Plano Diretor.

Figura 12: Mobilidade Urbana Jacareí - Transporte Particular

10 - Ao tema da "Mobilidade Urbana - Transporte Particular" (Carro ou Moto). Avalie a adequação das vias - (Ruas, Avenidas, Estradas...), você está:
248 responses



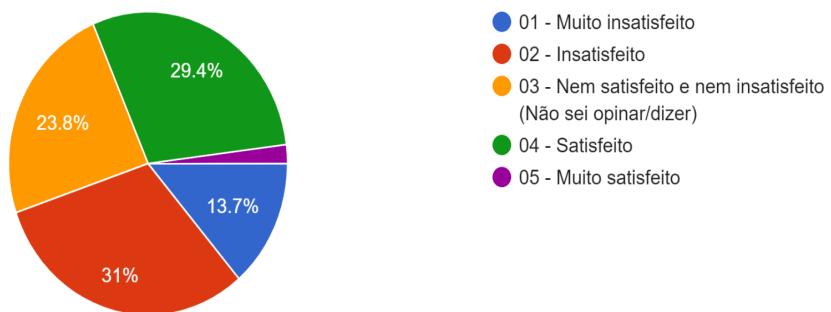
Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

O Eixo 3 - Meio Físico e Meio Ambiente, foi abordado por meio da concepção de Cuidados ou Preservação. Muitas das questões dessa temática estão relacionadas a outros eixos. Dos respondentes cerca de 45% apresentam insatisfação em relação a preservação do meio ambiente, e cerca de 32 % apresentam algum grau de satisfação. Segue o gráfico que explicita essa questão.

Figura 13: Meio ambiente

13 - Ao tema dos "Cuidados / Preservação com o Meio Ambiente", você está:

248 responses



Fonte: Pesquisa Consulta Pública Jacareí - Online. 2022.

Os dados descritos refletem a visão de moradores de Jacareí que não estiveram nas Oficinas de Leitura Comunitária presencial, no entanto, observa-se que as visões são bastante similares com aquelas apresentadas nas oficinas. Nesta fase também foram coletadas proposições que serão consideradas na próxima etapa de estudos de revisão do Plano Diretor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado compõe uma síntese dos dados qualitativos levantados nas oficinas de Leitura Comunitária e Consulta Pública *online*, confrontados com algumas dimensões do Caderno Técnico. Os dados das Leituras Comunitárias trazem a visão de Jacareí segundo seus moradores. Valorizou-se a coleta da dimensão das questões da cidade que precisam ser tratados no âmbito das proposições de revisão do Plano Diretor. No Caderno Síntese a dimensão das problemáticas assumiram protagonismo, em detrimento das potencialidades, pois apontam questões a serem debatidas no âmbito da Revisão do Plano Diretor.

No processo da leitura crítica identificou-se diferentes questões que podem ser lidas como **conflictos a serem considerados na próxima etapa** de trabalhos da

revisão do Plano Diretor. Lista-se, por fim, algumas delas:

- A mobilidade urbana apresenta-se como uma questão, considerando que a relação com os municípios limítrofes deve ser observada, mas sobretudo, a condição do trânsito na cidade e a condição de mobilidade dos pedestres e ciclistas;
- Em relação ao zoneamento da região da Estrada do Varadouro, os municípios dessa região, solicitam que a área rural passe para área urbana, considerando que esta nova condição os garantiriam acesso a bens de uso coletivo, típicos do zoneamento urbano;
- A discussão sobre a Regularização Fundiária apareceu em boa parte das oficinas associada ao debate da moradia digna, ou seja, os apontamentos dos municípios indicaram que além da segurança jurídica da posse é necessário e urgente promover a disponibilidade de infraestrutura (água potável, energia, saneamento básico e tratamento de resíduos, transporte e iluminação públicos) e, portanto, a inserção destes bairros na cidade. Outro dado que foi expresso nas leituras comunitárias foi a constatação que há uma centralidade de investimentos em infraestrutura e em equipamentos públicos em determinadas áreas da cidade em detrimento de outras. Neste sentido, aponta-se uma questão chave para pensar a demarcação e regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e dos demais instrumentos da Política Pública que regulam o ordenamento territorial.
- A atividade de mineração de areia é um tema conflitante no município, o que ficou evidente durante o processo da leitura comunitária, nas oficinas participativas da fase de diagnóstico, que facilitaram o diálogo entre municípios e a identificação de problemas do “perto” (no bairro) e no “longe” (na cidade). Parte da população, representada principalmente pelas pessoas envolvidas com a atividade, a mineração de areia é importante na forma de trabalho e

renda, porém parte da população apontou descontentamento com a atividade, relacionando a mesma a danos ambientais e de infraestrutura urbana. A existência de conflitos é esperada no processo de revisão de plano diretores porque os diferentes atores sociais têm concepções distintas e muitas vezes opostas sobre determinados assuntos. Porém, a identificação de conflitos é importante para garantir a construção coletiva e pactuada de propostas e estratégias coesas para o município. O desafio para o tema da atividade de mineração de areia é que os interesses conflitantes devem ser mediados pela esfera pública, encontrando caminhos para a negociação entre as partes envolvidas, e que a construção de consensos envolva todos os setores da sociedade.

Para as Oficinas de Propostas, próxima etapa, deve-se considerar indicações do documento metodológico do Ministério das Cidades (2004), entendendo que a fase “Ler a Cidade” foi concluída. O Documento “Plano Diretor Participativo: Guia para elaboração dos municípios e cidadãos”, nos lembra da importância das seguintes questões no processo participativo:

1) Que medidas devem ser tomadas para atingir uma outra realidade que reflete a cidade que queremos?

2) Quais são os conflitos de interesse que identificamos na leitura da cidade?

Reconhecendo a cidade como ela é, quais os caminhos a trilhar, para transformá-la? Identificados esses caminhos, que objetivos nos guiarão para que alcancemos a situação desejada?

3) Quais os programas e projetos a serem executados, para atingir o desenvolvimento pretendido, de acordo com a nossa realidade?

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Editora Edições 70. 1979.

LOUREIRO, C. H. A. **Moradia e meio ambiente: desmanchando consensos em torno do conflito entre o direito à moradia digna e o direito ao meio ambiente sustentável**.

Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/20974/Carlos_Henrique_A._Loureiro.pdf>. Acesso em: 06 junho. 2022.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Disponível: [Plano Diretor Participativo : guia para elaboração pelos municípios e cidadãos \(planejamento.gov.br\)](https://planejamento.gov.br/)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ. **Avaliação dos conteúdos das Oficinas**.

<http://geosegovplan.jacarei.sp.gov.br/geojacarei/planodiretor2022/calendario.html>.

acesso em 04 de jun de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ. **Caderno de Dados qualitativos**. Relatório. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ. **Caderno Técnico. Relatório**. 2020.